



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - PPGE

A CRISE ECONÔMICA E O MUNDO DO TRABALHO

DIEGO MENDES LYRA

JOÃO PESSOA - PB

2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - PPGE

DIEGO MENDES LYRA

A CRISE ECONÔMICA E O MUNDO DO TRABALHO

Orientador: Prof. Dr. Nelson Rosas Ribeiro

Projeto de Dissertação apresentado ao curso de Mestrado em Economia do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em cumprimento as exigências para obtenção do grau de mestre em Economia.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ECONOMIA DO TRABALHO

JOÃO PESSOA - PB

2010

L992c Lyra, Diego Mendes.
A crise econômica e o mundo do trabalho / Diego Mendes
Lyra.- João Pessoa, 2009.
136f. : il.
Orientador: Nelson Rosas Ribeiro
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCSA
1. Economia. 2. Economia do Trabalho. 3. Crise econômica
- impactos. 4. Economia – organização – produção. 4. Econo-
mia – condições de trabalho.

UFPB/BC

CDU: 33(043)

DIEGO MENDES LYRA

A CRISE ECONÔMICA E O MUNDO DO TRABALHO

Dissertação de mestrado submetida ao Curso de Mestrado em Economia, do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Economia, tendo como área de concentração Economia do Trabalho.

Dissertação aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nelson Rosas Ribeiro
CCSA - UFPB
Orientador

Prof. Dr. Ivan Targino Moreira
CCSA - UFPB
Examinador Interno

Prof. Dr. João Policarpo Rodrigues Lima
PIMES - UFPE
Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

À minha família que me proporcionou as condições materiais e objetivas, sem as quais não conseguiria ter chegado até aqui.

Aos meus colegas, que de um modo geral me incentivaram, direta ou indiretamente, ao longo do curso, com conselhos, atitudes e decisões.

Aos professores do Departamento de Economia da Universidade Federal da Paraíba, com os quais aprendi não só a fazer ciência, mas a ver o mundo de uma maneira diferente, procurando não só compreendê-lo, mas também tentando modificá-lo.

À CAPES pela bolsa de estudos, que me possibilitou o apoio econômico-financeiro, durante todo o árduo período do curso de mestrado em economia.

Às funcionárias da secretaria do mestrado, pela presteza e pronto atendimento que realizaram, sempre que precisei de auxílio referente aos ditames burocráticos da universidade.

"A nossa civilização é em grande parte responsável pelas nossas desgraças. Seríamos muito mais felizes se a abandonássemos e retornássemos às condições primitivas."
(Sigmund Freud)

"A desintegração do átomo transformou tudo, exceto nossa forma de pensar; por isso, caminhamos para uma catástrofe sem paralelo."
(Albert Einstein)

RESUMO

Esta dissertação tem como tema central o mundo do trabalho em seus múltiplos elementos, isto é, as formas de organização da produção e do processo de trabalho, as alterações nas condições de realização desse processo, e seus reflexos no mercado de força de trabalho e no modo de vida da classe trabalhadora. Analisam-se os impactos da crise econômica sobre o mundo do trabalho e como as transformações provocadas pelos planos de reestruturação produtiva, por ela ensejados, alteram a realidade econômica dos indivíduos, particularmente daqueles que vivem da venda da força de trabalho. O desenvolvimento econômico capitalista, caracterizado pelas crises periódicas de superprodução, tem levado ao surgimento de formas de organização da produção cada vez mais flexíveis, que permitem o rápido ajuste da produção, em resposta as oscilações ocorridas na demanda, com o movimento cíclico das economias. Observa-se que, em geral, isto tem como consequência uma piora gradativa nas condições de trabalho e um aceleração no ritmo de vida das pessoas. Este processo é marcado, de um lado, por uma espécie de desregulamentação tácita dos direitos dos trabalhadores e perda de representatividade dos sindicatos, enquanto entidade portadora de interesses comuns de classe, e do outro lado, pelo encurtamento do tempo livre e prolongamento do tempo de trabalho, fora do seu ambiente natural. Este processo econômico está aprofundando as contradições da sociedade capitalista e criando um cenário complexo no mundo do trabalho.

Palavras-Chaves: Mundo do trabalho, crise econômica, formas de organização da produção.

ABSTRACT

This dissertation is focused on the world of work in its many elements, namely: the ways of organizing production and the work process, the alterations in the conditions for carrying out this process, and its reflections in the labour market and in the way of life of the working class. An analysis was made of the impacts of the economic crisis on the world of work and how the changes caused by the productive restructuring plans (which resulted from the economic crisis) alter the economic reality of individuals, particularly those who live by the sale of their workforce. The development of the capitalist economy, characterized by periodic crises of overproduction, has led to the emergence of increasingly flexible organizational forms of production; enabling the rapid adjustment of production, in response to oscillations in demand with the cyclical movement of the economy. In general, it is observed that this has resulted in a gradual deterioration in working conditions and an acceleration in the pace of life. This process is marked, on the one hand, by a kind of tacit deregulation of workers' rights and the loss of representativeness of trade unions (which act as representatives of the common interests of class), and on the other hand, by the reduction of free time and longer working time outside of their natural environment. This economic process is deepening the contradictions of capitalist society and creating a complex scenario in the world of work.

Palavras-Chaves: World of work, economic crisis, ways of organizing production.

SUMÁRIO

1 - Introdução.....	12
1.1 - Justificativa	14
1.2 - Objetivos	15
1.2.1 - Objetivo Geral.....	15
1.2.2 - Objetivos Específicos	15
1.3 - Metodologia da Pesquisa	16
2 - Fundamentação Teórica	19
2.1 - O Conteúdo das Crises Econômicas e suas Formas de Manifestação.....	19
2.2 - O Trabalho, a Força de Trabalho e o Salário	25
3 - Outras Visões Sobre a Crise Econômica	30
3.1 - A Visão Novo-Clássica da Crise Econômica	30
3.2 - A Visão Keynesiana da Crise Econômica	36
4 - Os Impactos da Crise Econômica sobre o Mundo do Trabalho	41
4.1 - Os Planos de Reestruturação das Grandes Corporações.....	49
5 - O Panorama Atual do Mundo do Trabalho	59

5.1 - O Panorama do Mundo do Trabalho no Brasil	85
6 - Trabalho e Tempo Livre.....	99
7 - Considerações Finais	114
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICE A - Medindo a Relação Bilateral PIB x Desemprego: Um Exercício Econométrico	129
ANEXO A.....	137
ANEXO B.....	138

Lista de Quadros

Quadro A.1 – Teste de Raiz Unitária.....	133
Quadro A.2 – Matriz de Correlação dos Resíduos.....	135
Quadro A.3 – Decomposição da variância dos erros de previsão para as séries do PIB e da taxa de desemprego	136

Lista de Tabelas

Tabela 4.1 – Redução da Proporção dos Salários no Total da Renda, por Regiões.....	42
Tabela 5.1 – Taxa de Desemprego Mundial e por Regiões (%): 1998-2008.....	64
Tabela 5.2 – Desemprego no Mundo (milhões): 1998-2008	69
Tabela 5.3 – Parcela de Empregos Vulneráveis no Mundo e por Regiões (%): 1998-2008	69
Tabela 5.4 – Número de Empregos Formais Criados Anualmente (Mil) e Taxa de Crescimento do PIB no Brasil: 2001-2009.....	87
Tabela 5.5 – Número de Acidentes do Trabalho (Motivo/Situação) no Brasil: 2007-2008	97
Tabela 6.1 Proporção de assalariados que trabalham acima de 44 horas semanais: 1998-2008	103
Tabela A.1 – Seleção do Modelo VAR(p)	134
Tabela A.2 – Teste de defasagem por razão de verossimilhança	135
Tabela A.3 – Resultados do modelo VAR(4).....	136

Lista de Gráficos

Gráfico 4.1 – Taxa Trimestral de Desemprego e Variação do PIB (EUA): 1948-2009...	45
Gráfico 5.1 – Incidência do Emprego em Tempo Parcial: 1991-2006	63
Gráfico 5.2 – Incidência do Emprego Temporário: 1991-2006	64
Gráfico 5.3 – Total de Greves e Bloqueios nos Estados Unidos: 1990-2008.....	72
Gráfico 5.4 – Total de Greves e Bloqueios no Canadá: 1986-2008	73
Gráfico 5.5 – Total de Greves e Bloqueios no Japão: 1980-2003	74
Gráfico 5.6 – Desemprego nos EUA entre Pessoas com Ensino Superior e Um ano de Estudo (Mil): 2001-2007	78
Gráfico 5.7 – Taxa Mensal de Desemprego Aberto no Brasil: 2001-2009.....	87
Gráfico 5.8 – Taxa Média de Anual de Desemprego Urbano no Brasil: 2000-2009.....	88
Gráfico 5.9 – Desemprego no Brasil entre Pessoas com Ensino Superior e Um ano de Estudo (Mil): 2001-2007	89
Gráfico 5.10 – Total de Greves e Bloqueios no Brasil: 1999-2004	93
Gráfico 5.11 – Percentual de Ocupados em Empresas com Contratação Flexibilizada (Regiões Metropolitanas): 1998-2006	94
Gráfico 5.12 – Percentual de Ocupados Segundo Formas de Contratação Flexibilizada na Região Metropolitana de São Paulo: 1989-2006.....	95
Gráfico 5.13 – Acidentes do Trabalho no Brasil: 1999-2008	96

1 - Introdução

A crise apresenta-se como uma das fases do ciclo econômico, fenômeno que afeta todos os países capitalistas avançados há mais de 150 anos, preocupando os economistas, que se dividem na tentativa de explicá-lo. Marx, por exemplo, identificou o problema como “crise cíclica de superprodução”, e embora não tenha elaborado uma teoria completa sobre o assunto, com base em suas indicações, várias explicações foram formuladas pelos marxistas.

Supostamente eliminado pelas medidas de política econômica de inspiração keynesiana, que suavizaram o movimento cíclico da economia mundial entre os anos 1950 e 1970, o fenômeno voltou a manifestar-se com toda a sua violência a partir de meados da década de 70 e nas décadas seguintes, com uma regularidade aproximada de 10 anos. No período anterior, durante o imediato Pós-Guerra, o capitalismo viveu a sua fase áurea, marcada por altas taxas de crescimento, registradas pelos países capitalistas avançados. O Estado passou a desempenhar novas funções, com uma combinação de políticas fiscais e monetárias, cujo principal objetivo era manter um nível de demanda efetiva, compatível com o ritmo de acumulação de capital.

Este foi um período de crescimento acelerado, propiciado, em grande medida, pelos espaços econômicos que haviam sido criados pela II Guerra Mundial, que destruiu grande parte da Europa e do Leste Asiático, exigindo um plano de reconstrução para alguns dos seus países, o que significou, do ponto de vista econômico, novas oportunidades de investimentos lucrativos nessas áreas.

Segundo Harvey (2001), esse rápido período de expansão, teve como base o equilíbrio de forças entre o grande capital corporativo, o trabalho organizado e o Estado. Os sindicatos, nos Estados Unidos e em países europeus, tiveram o reconhecimento, por lei, da sua importância relativamente aos direitos de negociação coletiva, como sendo essenciais para a resolução do problema de demanda efetiva. Em contrapartida, foram obrigados a se submeterem à disciplina imposta pelas grandes empresas, que visavam manter os seus trabalhadores longe do contato com a ala mais radical do movimento operário.

Foi dessa maneira que os sindicatos preservaram o seu poder político, dentro e fora das fábricas e conquistaram uma série de benefícios de seguridade social, como o salário mínimo e o seguro desemprego. Mas foram obrigados a assumirem uma postura corporativa, que visava atender, estritamente, aos interesses de seus membros, deixando de lado as

aspirações socialistas e os interesses gerais da classe trabalhadora, fato que provocou um verdadeiro racha dentro do movimento operário, ajudando a conter a ameaça à hegemonia do capitalismo, representada por um sistema econômico rival, o comunismo, então em ascensão, nos países que formavam o bloco da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)¹. É evidente que isso se processou de maneira diferente em cada país, nos Estados Unidos, por exemplo, os sindicatos tiveram de se enquadrar na disciplina legal da Lei Taft-Hartley de 1947, que limitava a possibilidade de greve e ação sindical.

Entretanto, esta fase de prosperidade foi interrompida pela crise econômica de 1974/1975. Ela pôs a nu todas as contradições do sistema capitalista, que haviam sido amenizadas pela política econômica anticíclica de inspiração keynesiana. Durante alguns anos, essa política econômica obteve sucesso na tentativa de proporcionar uma maior estabilidade a economia, mas, ela não foi capaz de acabar com as contradições inerentes à sua própria natureza.

Seguiu-se, então, um período de forte flexibilização dos processos produtivos, dos produtos e dos mercados de um modo geral, particularmente, do chamado “mercado de trabalho”. Era preciso criar condições para que os processos de produção pudessem, de forma cada vez mais rápida, se ajustar as oscilações da demanda. Ou seja, havia a necessidade de se produzir novas formas de organização da produção, com um elevado grau de planificação, a fim de sintonizar a oferta e a procura, a produção e o consumo.

Desse modo, novas tecnologias foram desenvolvidas, novas técnicas de gestão, organização e gerenciamento da produção foram implementadas, como o gerenciamento da cadeia de estoques, o *just-in-time*, e o gerenciamento da cadeia de suprimentos, o *supply chain management*, que graças às novas tecnologias da informação, permitiram a “otimização” do fluxo de produtos, serviços e informações entre o produtor e o consumidor final. Entretanto, todo esse avanço não foi capaz de conter a tendência superprodutiva do sistema econômico, que periodicamente continua se manifestando sob a forma de crise econômica.

O tema central e objeto de análise desta dissertação é o atual mundo do trabalho, diante da crise econômica global. Por mundo do trabalho entende-se não somente o “mercado de trabalho”, mas também, a organização do processo de trabalho dentro das empresas, a organização dos trabalhadores em sindicatos, as condições de trabalho e as condições de vida

¹ Existem grandes controvérsias com relação ao sistema econômico implantado nesses países, e ao fato dele caracterizar ou não um sistema comunista. Como essa discussão levaria ao completo desvio do objeto de estudo desse trabalho, o que interessa aqui é o fato dele ter contribuído, de alguma maneira, para a conquista de direitos trabalhistas, por parte dos assalariados dos países capitalistas.

da classe trabalhadora. O problema fundamental a ser discutido aqui é como as crises econômicas ocorridas nos últimos anos, vêm provocando alterações qualitativas na organização do processo de trabalho e, como consequência, impactando sobre o mercado, mais precisamente sobre o nível de emprego, os salários e o grau de sindicalização dos trabalhadores.

Não faz parte do objeto de investigação deste trabalho, a análise dos efeitos das alterações na organização dos processos produtivos, sobre o movimento social e político da classe trabalhadora. Este tema só será abordado de forma secundária e apenas na medida em que houver necessidade de demonstrar a ligação entre ambos, pois apesar de fortemente correlacionados, eles se encontram em esferas diferentes da realidade, o primeiro na econômica, e o segundo na esfera social. Uma análise conjunta dos dois levaria a uma delimitação pouco precisa do objeto de estudo desta dissertação.

1.1 - Justificativa

Nos últimos 30 anos, a organização do processo de trabalho vem passando por significativas transformações, consequência do processo de reestruturação produtiva que se observa nas principais empresas mundiais, cuja tendência principal é a flexibilização dos processos produtivos, para torná-los facilmente adaptáveis as oscilações na demanda efetiva. A flexibilidade destes processos é extremamente importante para a acumulação, em períodos de crise econômica, pois possibilita uma rápida redução da produção por parte das empresas, sem incorrer em elevados custos.

Tais mudanças na organização do processo de trabalho têm provocado alterações importantes no mundo do trabalho, dentre as quais está o relaxamento no cumprimento das leis trabalhistas, com a existência de acordos cada vez mais flexíveis de contratação e utilização de mão-de-obra. Estas alterações estão sendo aprofundadas com a atual crise econômica, que, apesar de assumir a forma financeira, têm abalado significativamente os setores reais da economia mundial, em particular, o chamado “mercado de trabalho”²

Esse novo quadro econômico exige uma agenda de pesquisas capaz de resgatar a investigação sobre o mundo do trabalho, por parte da ciência econômica que, em grande

² A expressão mercado de trabalho, bastante intuitiva do ponto de vista prático, não é uma expressão rigorosa do ponto de vista teórico, por isso ela aparece aqui entre aspas. Esse ponto será esclarecido no capítulo 2.

medida, deixou de lado este tema nos últimos anos, se preocupando, quase sempre, com apenas um de seus aspectos: o “mercado de trabalho”. É preciso somar esforços científicos para se tentar compreender essa nova etapa no processo de desenvolvimento da organização capitalista da produção, área em que a economia vem perdendo espaço para outras ciências e outros campos do conhecimento, como a engenharia de produção e a administração.

Portanto, este tema é de grande importância não só para se compreender as modificações que se estão processando com a crise econômica global e os seus impactos sobre o mundo trabalho, mas também para retomar a investigação de um problema que a teoria econômica convencional deixou de lado, nos últimos anos.

1.2 - Objetivos

1.2.1 - Objetivo Geral

O objetivo geral desta dissertação é analisar as crises econômicas recentes e os seus impactos sobre o mundo do trabalho, isto é, os seus efeitos sobre os salários, o nível de emprego, as condições de trabalho e as condições de vida dos trabalhadores.

1.2.2 - Objetivos Específicos

Como objetivos específicos, pretende-se:

- a) Examinar alguns dos planos de reestruturação, já colocados em prática pelas empresas, para reduzir custos e enfrentar a crise econômica atual;
- b) Verificar a influência das mudanças na organização do processo de trabalho, sobre organização dos trabalhadores em sindicatos e suas formas de reivindicação.

1.3 - Metodologia da Pesquisa

A crise econômica traz consequências importantes para o sistema com um todo, especialmente para o mundo do trabalho. Estudar essas transformações e compreender como elas se processam não é uma tarefa simples, ela requer esforços teóricos e empíricos, aliados a uma análise qualitativa e quantitativa dos dados e informações que retratam esse fenômeno.

Os diversos aspectos que englobam o mundo do trabalho são objetos de estudo de uma gama variada de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, administradores, economistas, sociólogos, antropólogos, etc. Geralmente, cada um desses estudiosos recorta uma de suas faces, para investigá-la cientificamente. Os administradores, por exemplo, se debruçam mais frequentemente, sobre a análise da organização do processo de trabalho e como torná-lo mais eficiente. Os sociólogos por sua vez, buscam investigar os diferentes tipos de relações sociais observadas no âmbito dos mais variados processos de produção, enquanto que os economistas, normalmente, restringem a sua pesquisa ao “mercado de trabalho” e as questões a ele relacionadas, como os salários e o nível de emprego e desemprego.

Portanto, o tema proposto para investigação é bastante complexo e multifacetado, logo, para investigá-lo pretende-se recorrer, tanto à análise quantitativa das variáveis e grandezas envolvidas, como a análise qualitativa dos dados e informações disponíveis. Isto é, objetiva-se tentar não só mensurar os impactos da crise econômica sobre o chamado “mercado de trabalho”, mas também analisar as mudanças qualitativas que estão se processando na organização do processo de trabalho e nas relações sociais de produção, fundamentalmente, nas relações de trabalho assalariado.

O referencial teórico utilizado no presente trabalho de dissertação, está fundamentado na concepção marxiana sobre o capitalismo, a qual tem por base o método dialético-materialista. A escolha por esse arcabouço teórico se deve ao movimento extremamente dinâmico de transformações no mundo do trabalho, mediante os efeitos das crises econômicas. Isto exige uma teoria que, ao mesmo tempo, esteja próxima da realidade e que seja capaz de fornecer subsídios, para a interpretação das alterações que esta sofre continuamente, pré-requisitos preenchidos pelo materialismo e pela lógica dialética marxiana.

Sob esta perspectiva, foi realizada uma interpretação das alterações no mundo do trabalho, a luz do processo contínuo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, das leis econômicas responsáveis por esse movimento. Vale dizer, do conteúdo que se

esconde por trás das formas de manifestação dos fenômenos, envolvidos diretamente no problema central da investigação.

Para tanto, foram confrontadas a teoria e a realidade, analisando-se, por um lado, a realidade sob o prisma da teoria e, por outro lado, verificando-se a congruência da teoria com os fatos concretos da realidade. Grande parte dos dados apresentados ao longo da dissertação foi extraída dos últimos Relatórios e documentos sobre o mundo do trabalho, publicados, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que fornecem informações relevantes sobre salários, desigualdade de rendimentos e grau de sindicalização para mais de 70 países. Além de apresentar dados importantes sobre o emprego e o desemprego para as diversas regiões do planeta.

Para a obtenção de informações a respeito dos fatores que afetam o mundo do trabalho, como os recentes planos de reestruturação produtiva que ainda estão sendo colocados em prática e testados pelas empresas, o que significa que ainda não existem relatórios e outras fontes mais seguras de informações sobre os mesmos, foram utilizadas fontes como jornais e revistas. Assim diante da impossibilidade de observação direta desses planos, por motivos concretos como a restrição de tempo, a restrição de recursos financeiros e restrição de acesso às grandes corporações, restaram apenas essas fontes “secundárias” de dados.

Coletou-se ainda, uma série de dados em *sites* de organismos especializados em estatísticas socioeconômicas, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que em conjunto com os dados da OIT, foram utilizados para a elaboração de gráficos e tabelas ilustrativas, os quais servem de fundamentação para as principais idéias desenvolvidas ao longo do trabalho.

Buscou-se ainda quantificar e captar a relação existente entre a taxa de desemprego e a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos, tomada como padrão por ser a maior economia do mundo, através de um modelo econométrico. O objetivo foi examinar a influência recíproca que uma variável exerce sobre a outra, o que constitui um exercício importante quando se trata de analisar a dinâmica do sistema econômico e os seus impactos sobre o “mercado de trabalho”. Foi considerado o intervalo temporal de 1948 a

2008, para colher as informações no banco de dados do *Bureau of Economic Analysis* e do *Bureau of Labor Statistics*³.

Durante a pesquisa também foram usados periódicos importantes, nacionais e internacionais, da área de economia e administração, os quais contêm artigos relevantes, que de alguma maneira, já trataram de algum aspecto do tema desta dissertação. É evidente que diante do grande número de publicações, alguns artigos importantes deixaram de ser consultados, embora tenha havido a preocupação de encontrar, aquilo que pudesse ser de maior valia para a pesquisa.

Todo esse conjunto de dados, estatísticas, informações e pontos de vista sobre a crise e o mundo do trabalho, foi organizado e tratado de maneira rigorosa, de modo a preservar sua originalidade e analisado com a preocupação de detectar e extrair conclusões e/ou críticas, que, de algum modo, visam contribuir para a discussão deste problema, conferindo-lhe novas interpretações.

³ BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. **National Economic Accounts**. Disponível em: <<http://www.bea.gov>>. Acessado em: 12 jan. 2009, 08:58; BUREAU OF LABOR STATISTICS. **Databases & Tables**. Disponível em: <<http://www.bls.gov>>. Acessado em: 12 jan. 2009, 08:59.
BUREAU OF LABOR STATISTICS. **Databases & Tables**. Disponível em: <<http://www.bls.gov>>. Acessado em: 12 jan. 2009, 08:59.

2 - Fundamentação Teórica

2.1 - O Conteúdo das Crises Econômicas e suas Formas de Manifestação: Uma Abordagem Marxiana

Atualmente, todas as correntes do pensamento econômico admitem o fato de que as economias capitalistas alternam períodos de prosperidade econômica e de crise. No entanto, quando se trata de explicar o fenômeno, as causas apontadas por cada teoria econômica são as mais diferentes possíveis.

Até mesmo entre os próprios economistas marxistas não há um consenso no que se refere à causa das crises, isso ficou claro no debate realizado entre eles, principalmente, na passagem do século XIX para o século XX, no qual foram apontadas diversas causas para o fenômeno: a anarquia da produção; o subconsumo; a lei da queda tendencial da taxa de lucro, a superprodução, etc⁴.

Ou seja, mesmo os marxistas, a exemplo dos neoclássicos e dos keynesianos, não conseguiram apreender a essência do fenômeno, por tentarem descobrir a “causa” dele, sem antes terem identificado o seu próprio conteúdo, aquilo que não se pode ver através das suas formas aparentes, mas que está por trás delas. Assim, os economistas passaram décadas investigando apenas as formas de manifestação das crises.

Com Ribeiro (2008), pôde-se dar um salto qualitativo na investigação das crises e dos ciclos econômicos. Ele utilizou todo o rigor metodológico e científico do materialismo dialético de Marx, o que lhe permitiu sair da rota de investigação das formas e buscar identificar o conteúdo do fenômeno.

De acordo com Ribeiro (2002), o conteúdo da crise se encontra ainda como um embrião, na própria mercadoria, mais precisamente, na contradição existente em seu interior entre valor e valor de uso, a qual cria a possibilidade de que o produto do trabalho humano não venha a ser consumido.

O “germe” da crise, portanto, reside na mercadoria, a célula do sistema capitalista. Acompanhar o desenvolvimento do processo de produção de mercadorias significa observar o

⁴ Para uma análise detalhada deste tema, ver Carcanholo (1996).

desenvolvimento do conteúdo da crise. Foi isso que Marx fez, ao estudar as equações do valor até o momento em que surge o dinheiro.

O dinheiro cria uma forma de manifestação externa da contradição que se encerra no interior da mercadoria, entre valor e valor de uso. É a contradição entre a mercadoria e o dinheiro, que torna os atos de compra e venda uma unidade de contrários.

A função do dinheiro como meio de circulação vai constituir, pois, a primeira forma de manifestação da crise, nas palavras de Marx:

[...] A contradição imanente à mercadoria, que se patenteia na oposição entre valor-de-uso e valor, no trabalho privado, que tem, ao mesmo tempo, de funcionar como trabalho social imediato, no trabalho concreto particular, que, ao mesmo tempo, só vale como trabalho abstrato geral, e que transparece na oposição entre a personificação das coisas e a representação das pessoas por coisas, - essa contradição imanente atinge formas completas de manifestar-se nas fases opostas da metamorfose das mercadorias. Essas formas implicam a possibilidade, mas apenas a possibilidade das crises. Para a conversão dessa possibilidade em realidade é mister todo um conjunto de condições, que não existem ainda, do ponto de vista da simples circulação das mercadorias. (MARX, 1989, p. 127).

Marx refere-se apenas a possibilidade de crises, devido à inexistência das condições capitalistas de produção, neste estágio de exposição das suas investigações.

A segunda forma de manifestação da crise, Marx vai encontrar na função do dinheiro como meio de pagamento: “Em sua segunda forma, a crise é a função do dinheiro como meio de pagamento, e então o dinheiro figura em duas fases diferentes, separadas no tempo em dois papéis diversos”. (MARX, 1980, p. 945).

O surgimento do dinheiro, portanto, cria duas formas de manifestação para a crise, o que a torna possível, embora muito pouco provável, em uma sociedade de simples produtores de mercadorias, na qual a capacidade de expansão da produção, ainda é muito limitada.

Somente com o surgimento do capital, isto é, com a sociedade de produtores capitalistas de mercadorias, a crise deixa de ser um fenômeno existente apenas em estado potencial, para se tornar um fenômeno necessário e real. A circulação capitalista de mercadorias desenvolve, não só as suas formas de manifestação, mas também o seu próprio conteúdo.

Na sociedade capitalista, a mercadoria e o dinheiro assumem funções qualitativamente diferentes daquelas que exerciam na sociedade mercantil. Ambos passam a constituir formas de existência do capital.

Servindo de meio de circulação do capital, mercadoria e dinheiro dão origem a mais uma contradição, a contradição entre produção e circulação, que vai se configurar numa nova forma, mais desenvolvida, de manifestação da crise:

O processo global de reprodução do capital é a unidade de sua fase de produção e de sua fase de circulação, um processo que abrange dois processos como fases suas. Aí reside nova possibilidade desenvolvida ou forma abstrata da crise. (MARX, 1980, L.II, p. 948).

Assim, na medida em que se desenvolve o modo capitalista de produção, novas formas de manifestação do fenômeno são criadas, de maneira que, este deixa de ser uma simples possibilidade para se tornar uma necessidade real.

Isso ocorre, porque o capitalismo tem a capacidade de transformar todas as coisas que o rodeiam em mercadorias, e mais, traz em sua essência uma força que impulsiona constantemente a realização da produção em escala sempre ampliada. Esta força propulsora é o lucro, a sua finalidade, e a sua razão de ser.

A expansão do número de mercadorias ocorre com a expansão do próprio consumo, assim como a expansão do consumo se dá com o aumento do número de mercadorias. Conforme as mercadorias vão sendo consumidas, um número crescente delas vão sendo, em contrapartida, lançadas no mercado.

É o que ocorre, por exemplo, com o consumo do capital, o consumo produtivo, cujo objetivo é o lucro. Este consumo ao retirar as mercadorias força de trabalho e meios de produção do mercado, terá como consequência o lançamento de novas mercadorias nele, e em quantidade sempre maior.

No caso do consumo da força de trabalho, o consumo pessoal do seu portador, o trabalhador, também terá como resultado o aumento do número de mercadorias lançadas no mercado, já que este consumo representa a reposição das suas condições físicas e mentais, para que ele possa continuar vendendo a sua força de trabalho, cujo valor de uso é produzir valor novo.

Mas o problema da expansão do número de mercadorias não para por aí, pois o próprio capital passa a ser vendido como mercadoria, uma mercadoria com características peculiares, a mercadoria-capital. A situação torna-se mais complexa porque esta mercadoria é superprodutiva por excelência, o seu valor não diminui conforme ela vai sendo consumida, mas ao contrário, cresce e se multiplica.

Essa expansão das mercadorias, como já se mencionou, é acompanhada da expansão do número de consumidores, Ribeiro (2002), sintetiza bem como isso ocorre:

O capital, em sua reprodução, recria as relações capitalistas de produção, ao mesmo tempo em que destrói as relações de produção pré-capitalistas, porventura existentes, incorporando cada vez mais populações ao mercado, ao ritmo em que ocupa todo o espaço econômico. (RIBEIRO, 2002, p. 149).

Se por um lado, o capitalismo procura sempre difundir a relação de trabalho assalariado, criando assim mais consumidores para o seu mercado, por outro, conta com o consumo das empresas que tem como limite, não as necessidades sociais, mas sim as necessidades do capital. Assim expande-se o número de consumidores, seja via consumo pessoal, seja via consumo produtivo.

Contraditoriamente, as mesmas leis que criam um número crescente de consumidores e de mercadorias, também produzem barreiras que impedem esses consumidores de adquirirem as mercadorias produzidas.

O próprio consumo dos capitalistas que possui um caráter ilimitado, pois representa as necessidades do capital de acumular cada vez mais, pode ser restringido sempre que o seu lucro é ameaçado.

Além disso, o próprio lucro do capitalista depende da maior diferença possível entre a sua procura e sua oferta, isto é, de sua capacidade de criar uma oferta bem superior a sua procura.

Um outro aspecto do problema, diz respeito a capacidade de consumo dos trabalhadores. Como o objetivo da produção capitalista é o lucro, e este advém da mais-valia extraída dos trabalhadores, o sistema está sempre buscando se apropriar de uma massa cada vez maior de trabalho não pago (mais-valia). O aumento da mais-valia extraída da força de trabalho tem como consequência, a redução da capacidade de consumo dos trabalhadores.

Ademais, a própria dinâmica da concorrência leva as empresas a desenvolverem novas técnicas de produção, com o que se eleva a composição orgânica do capital⁵, aumentando o emprego do capital constante, em relação ao variável, expulsando trabalhadores do processo produtivo, os quais acabam engrossando o exército industrial de reserva.

Dessa maneira, o capitalismo produz uma quantidade sempre crescente de consumidores, de um lado, e uma quantidade sempre crescente de mercadorias de outro, mas,

⁵ A composição orgânica é a composição do capital do ponto de vista do valor, isto é, a proporção entre o valor capital aplicado em meios de produção e o valor capital aplicado em força de trabalho.

contraditoriamente, constrói barreiras que impedem esses consumidores de satisfazerem as suas necessidades. É este o conteúdo da crise econômica, que pode ser expresso através da contradição fundamental do capitalismo: enquanto a produção possui um caráter social, fruto do trabalho socialmente despendido em sua realização, o resultado dessa produção é apropriado privadamente.

Portanto, são as mesmas leis que regem o sistema capitalista, que o levam periodicamente a uma situação de superprodução, em que a oferta é muito superior a demanda efetiva (solvente) da economia.

Superprodução de mercadorias, que na sua essência é superprodução de capital. Ela ocorre não porque se produz acima das necessidades sociais, mas sim porque os consumidores, insolventes, não podem adquirir os bens e serviços produzidos, devido às barreiras que o próprio capitalismo criou.

A crise funciona como um mecanismo de destruição do capital social produzido em excesso, ela é deflagrada quando existe capital demais para se remunerar a uma determinada taxa média de lucro, ou, o que é a mesma coisa, quando a taxa média de lucro é insuficiente para remunerar todos os capitais da sociedade.

Tal fenômeno se repete periodicamente, nas principais economias capitalistas do mundo há mais de 150 anos, destruindo violentamente os capitais em excesso e, muitas das vezes, abalando os pilares que sustentam o capitalismo. E embora a crise constitua uma lei econômica do modo capitalista de produção, que se manifesta a nível mundial desde meados do século XIX, durante vários anos ela foi negada por diferentes teorias econômicas que estiveram representando o pensamento dominante.

O melhor exemplo disso é o da chamada “primeira síntese neoclássica”, realizada por Marshall em 1890, que procurou unir o liberalismo econômico dos clássicos (Smith e Ricardo) ao arcabouço teórico marginalista criado por Jevons, Menger e Walras, passando a constituir o *mainstream* do pensamento econômico. Com isso a lei do valor trabalho foi substituída pela lei do valor utilidade, sustentada por um corpo teórico baseado no equilíbrio econômico.

Desta forma o estudo da crise, vista como um desequilíbrio entre a oferta e a procura, foi deixado de lado e assim permaneceu até a crise de 1930, pois ela afirmava na prática, aquilo que os economistas neoclássicos negavam em sua teoria. Sem ter uma explicação para o fenômeno, mas ao contrário, afirmando, com base na lei de Say, que o mesmo não poderia ocorrer, a teoria neoclássica entrou em crise, tal como a economia.

Somente em 1936, ano de publicação da “Teoria Geral”, “surge” Keynes trazendo uma explicação aparentemente razoável para o problema, demonstrando que a economia capitalista não tendia automaticamente para o equilíbrio, como defendiam os neoclássicos. E caso este ocorresse, não haveria nada que garantisse a sua manutenção, nem que o mesmo se desse de maneira a promover o pleno emprego. Em sua “Teoria Geral”, as variações no nível de emprego e de produto são o resultado das variações da demanda agregada. Assim o problema do desemprego era causado pela insuficiência da demanda agregada, logo, era preciso estimulá-la, papel que caberia ao Estado através de medidas de política econômica.

A teoria de Keynes foi rapidamente absorvida pelo meio acadêmico, embora este problema crônico de insuficiência da demanda agregada, que se abatia sobre o capitalismo, já tivesse sido abordado anteriormente por outros autores, como Rosa Luxemburgo em sua investigação sobre o papel desempenhado pelo militarismo e a economia bélica, na acumulação do capital.

Mas o keynesianismo se propunha não só a explicar os problemas econômicos, mas também a resolvê-los. Assim, os neoclássicos foram expulsos dos cargos de gestores de política econômica, nas principais economias do mundo, dando lugar aos keynesianos, que uma vez no poder colocaram em prática a sua teoria. A princípio, obtiveram sucesso conseguindo suavizar o ciclo econômico mundial, durante o período do imediato Pós II Guerra. Com isto, os economistas trataram rapidamente de proclamar o fim das terríveis e assustadoras crises econômicas, alegando as terem controlado ou mesmo eliminado.

Entretanto, a fase dourada do capitalismo foi “surpreendentemente” interrompida em meados da década de 1970, quando a crise ressurgiu ainda mais voraz, revelando e manifestando toda a violência que havia sido reprimida pela política econômica, praticada durante o período conhecido como “capitalismo pós-cíclico”.

E, mais uma vez, a crise econômica levou à crise da teoria econômica. Desta vez foram os keynesianos os responsabilizados, deixando estes os cargos de gestores que ocupavam. Reassumiram os neoclássicos que voltaram a ser ou representar o pensamento dominante.

Novos esforços teóricos foram empreendidos na tentativa de explicar o fenômeno, a exemplo do que ocorreu entre os economistas franceses que, buscando aliar elementos keynesianos a aspectos da teoria marxista, criaram a teoria da regulação. A escola neoclássica que sempre renegou a crise, nunca tendo elaborado qualquer teoria para explicá-la, foi obrigada a rever as suas posições. Surgiu assim, nos Estados Unidos, no final dos anos 70 e

início dos anos 80, uma série de economistas intitulados novos-clássicos, cuja denominação mais apropriada seria a de novos-neoclássicos, que, tratando de expressar a visão dominante, criaram a teoria do *Real Business Cycle*. Apesar de esta fornecer poucas respostas que ajudem a esclarecer as causas dos ciclos econômicos, como admitem seus próprios autores⁶, ela foi rapidamente incorporada e aceita na maioria das escolas de economia do mundo.

Após a intensificação da abertura econômica nos países subdesenvolvidos (hoje chamados de emergentes) ocorrida na década de 1990, que trouxe consigo a globalização do capital financeiro, forma dominante do capital no estágio atual deste sistema econômico, as crises se intensificaram, tornando-se ainda mais generalizadas e se propagando rapidamente pelos mercados financeiros mundiais. Nas últimas quatro décadas, as crises vêm assumindo, cada vez mais, a forma financeira, embora os seus efeitos sobre a economia real sejam cada vez mais devastadores, em particular, sobre o mundo do trabalho, que têm sofrido graves impactos, como a elevação global do desemprego, a eliminação gradativa dos direitos trabalhista e o empobrecimento relativo da classe trabalhadora.

2.2 - O Trabalho, a Força de Trabalho e o Salário

A denominação usual que se dá ao mercado em que os trabalhadores ofertam a sua capacidade de trabalho é a de “mercado de trabalho”, bastante intuitiva do ponto de vista prático, pois é uma nomeação muito comum e de fácil compreensão para empresas, trabalhadores e estudiosos, embora totalmente imprecisa do ponto de vista teórico, levando a interpretações equivocadas a respeito do processo de trabalho, exatamente pela facilidade de aceitação do senso comum, derivada daquilo que, à primeira vista, se observa no mercado.

Aparentemente, o que ocorre é a compra e venda de trabalho, pois é esta a atividade que o trabalhador executa dentro de uma empresa, mas uma análise lógica mais profunda mostra que o trabalho não constitui uma mercadoria, não é um objeto negociável. O trabalho é um processo, uma ação, pressupondo, portanto, o movimento, e a transformação. Logo, o trabalho é uma atividade transformadora, um processo dinâmico, que, se observado ao longo da história, esteve presente em todos os modos de produção, como veículo de ligação entre o

⁶ Ver Magalhães, Matheus. **Explicando o ciclo de negócios**, Revista Economia Aplicada, janeiro-março 2000, pp. 157-189.

homem e a natureza, para dela extrair os elementos materiais necessários a satisfação das suas necessidades.

Porém, somente no modo capitalista de produção, ele aparece como uma mercadoria, devido à figura do trabalhador assalariado, característica particular desse modo de produção, sujeito que personifica a atividade do trabalho. Mas, no mercado, os trabalhadores não podem vender trabalho, pois é algo que não possuem, só estando nele, exatamente a sua procura. Essa atividade o trabalhador só realizará fora do mercado, em um determinado processo de produção de bens ou serviços. Quando se encontra nesta etapa, o trabalhador já assinou um contrato comercial⁷, de venda de uma mercadoria, que como se mostrou, não pode ter sido o trabalho.

O que os trabalhadores vendem no mercado, portanto, não é o trabalho, mas sim a única coisa que possuem, a sua capacidade de trabalhar, ou seja, a sua força de trabalho. A força de trabalho é então definida como a capacidade física (óssea e muscular) e mental (intelectual) de trabalhar, capacidade esta corporificada no próprio trabalhador. Como a função desta mercadoria no processo produtivo é a ação do trabalho, cria-se a aparência de que ele é uma mercadoria.

Para que haja força de trabalho sendo vendida no mercado, é necessária a existência de trabalhadores livres, num duplo sentido. Livres por serem os próprios donos da sua força de trabalho, podendo vendê-la para quem quiser e livres ainda, no sentido de estarem completamente destituídos de todo e qualquer meio de produção, restando-lhes apenas para vender, a sua capacidade de trabalho. Caso os trabalhadores tivessem a sua disposição meios materiais de trabalho e de produção, não venderiam a sua capacidade de trabalhar, mas sim o resultado do seu próprio trabalho, pronto e acabado, materializado em produtos.

Pelo pagamento da força de trabalho, o trabalhador recebe o salário, categoria que também obscurece a compreensão do processo de trabalho. Como se sabe, o valor é o conteúdo econômico das mercadorias, contudo, ele é uma categoria abstrata, e como tal, precisa assumir uma forma concreta de manifestação, e a principal forma de manifestação do valor é o preço, expressão monetária do valor das mercadorias.

O valor da mercadoria força de trabalho, assim como o de todas as outras mercadorias, é determinado antes dela ser levada ao mercado, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção, que neste caso, equivale ao tempo de trabalho socialmente

⁷ Admite-se aqui a hipótese de trabalho formal, por ser o tipo de trabalho padrão da sociedade capitalista.

necessário a produção dos bens de consumo essenciais⁸ para a produção da própria força de trabalho, isto é, para a reprodução da capacidade física e mental de trabalhar.

O salário é a forma de manifestação do valor da força de trabalho, mas como o que o trabalhador executa dentro da empresa é a atividade do trabalho, o salário aparece como remuneração do trabalho, o que dificulta ainda mais a compreensão do seu conteúdo. O trabalho é o ato de consumo do valor de uso da força de trabalho, que ocorre quando esta é colocada em ação pelo seu possuidor, agora não mais o trabalhador, mas sim o capitalista que a comprou no mercado e, como qualquer comprador, usufruirá do valor de uso da mercadoria que adquiriu.

Ocorre que o trabalho é a substância criadora de todos os valores, logo, ao ser consumida, a força de trabalho é capaz de criar um valor maior do que o que ela própria tem, este é o fundamento para a explicação e a geração do excedente econômico, no modo capitalista de produção, em que a força de trabalho é consumida pelo seu comprador, o capitalista, por um período de tempo, na jornada de trabalho, maior que o necessário para a sua produção.

Esta distinção sutil entre trabalho e força de trabalho⁹, que envolve a aparência e a essência de um mesmo fenômeno, é de extrema importância, dentro da teoria econômica de Marx, e foi por não percebê-la, que grandes economistas como Smith e Ricardo, não conseguiram explicar o lucro sem violar a lei do valor-trabalho. Atualmente, é por não conhecê-la que a teoria econômica tradicional não consegue ultrapassar a dificuldade de investigação do complexo mundo do trabalho, se restringindo a análise do emprego e do desemprego.

Na medida em que avança, a acumulação capitalista traz consigo o progresso tecnológico, criando processos produtivos cada vez mais intensivos em maquinários automáticos, o que, por um lado, faz com que as empresas liberem, relativamente, mais força de trabalho e, por outro, absorvam, relativamente, menos, fato este que combinado com o crescimento vegetativo da população (responsável, de um modo geral, pelo lançamento periódico de mais indivíduos no mercado de força de trabalho), produz o que Marx chama de exército industrial de reserva, uma massa populacional excedente em relação às necessidades da produção.

⁸ Alimentação, Moradia, Saúde, Vestuário, Educação e todos os demais itens fundamentais para a produção da vida do trabalhador.

⁹ A partir daqui sempre que a expressão “mercado de trabalho”, for utilizada, será sempre como sinônimo de “mercado de força de trabalho”.

Para adequar o conceito de exército industrial de reserva à realidade contemporânea, propõe-se uma substituição do termo ‘industrial’ pelo termo ‘global’. Ter-se-ia, então a expressão *exército global de reserva*. Este se trata de um enorme contingente de desempregados, que além de pressionar os salários para baixo, constitui uma verdadeira massa humana, sempre a disposição do capital, em qualquer que seja o seu ramo (agricultura, indústria ou serviços), quando ele necessita recrutar novos trabalhadores. Um conceito, portanto, mais amplo e adequado a contemporaneidade.

O conceito “exército global de reserva” inclui não somente os operários vinculados ao setor industrial, isto é, aqueles que de alguma maneira estão aptos a exercer funções em algum ramo da indústria, mas também todos aqueles trabalhadores capacitados para realizar algum tipo de trabalho, na agricultura e no setor de serviços. É importante chamar a atenção para o fato de que a classificação das atividades econômicas em cada um desses setores, não segue critérios bem definidos, de tal modo que no setor de serviços, estão classificadas também muitas atividades produtivas, notadamente de caráter industrial, como a panificação, que envolvem a transformação de matérias-primas em novos produtos.

Os trabalhadores do exército global de reserva são aqueles que estão desempregados, mas que são capazes de atender a uma maior demanda por força de trabalho, caso seja necessário aumentar o ritmo de acumulação de capital. Não fazem parte deste contingente de trabalhadores, aqueles incapacitados e não aptos, por qualquer que seja o motivo, para exercer qualquer tipo de trabalho economicamente necessário, dentro da sociedade.

Com o aumento da integração econômica entre os países, este exército de trabalhadores está se tornando cada vez mais globalizado, de maneira que em um dado país se podem encontrar pessoas desempregadas, oriundas de diferentes países. O resultado desse processo é o acirramento da concorrência entre os trabalhadores, por uma vaga de trabalho, uma vez que se torna necessário competir com candidatos nacionais e estrangeiros.

O fluxo de entrada de pessoas num dado país, em busca de trabalho, acaba criando as condições para a contratação de trabalhadores a salários mais baixos, o que muitas vezes ocorre de maneira ilegal e informal. É deste modo que muitos estrangeiros acabam tomando o lugar dos trabalhadores locais, dentro das empresas, fato observado principalmente em países economicamente mais avançados, constituindo este o fundamento econômico da xenofobia.

Assim sendo, o exército de reserva do capitalismo contemporâneo é um exército global, não apenas porque constitui um grande contingente de trabalhadores que, embora

aptos para o trabalho, estão desempregados, mas também porque é formado por trabalhadores de diferentes países, com níveis distintos de capacitação e qualificação.

3 - Outras Visões Sobre a Crise Econômica

Nesta seção, são apresentadas as principais idéias dos autores novo-clássicos e de Keynes acerca da crise econômica, duas interpretações muito utilizadas, quando se trata deste assunto

Atualmente a linha novo-clássica é responsável pelas principais formulações explicativas a respeito deste tema, no campo da corrente neoclássica do pensamento econômico. Contudo, é importante salientar a dificuldade que envolve a tarefa de descrever, de maneira resumida, as idéias de um conjunto de economistas, que apesar de pertencerem a uma mesma corrente de pensamento¹⁰, divergem em relação a determinados aspectos de sua agenda de pesquisas.

O esforço empreendido aqui, busca ainda sumarizar um conjunto de idéias e expô-las de forma sintética, com a preocupação de não incorrer num reducionismo, ou em uma apresentação que leve a interpretações demasiadamente simplista das mesmas.

3.1 - A Visão Novo-Clássica da Crise Econômica

Assim como não há um consenso dentro da corrente marxista, a respeito da causa das crises, no campo novo-clássico também existem divergências, embora em menor grau, dada a maior coesão teórica existente entre os novo-clássicos.

Um dos autores pioneiros nessa área é Robert Lucas. Dentre as suas principais contribuições está a introdução da possibilidade de representação dos ciclos econômicos, em modelos construídos com base num arcabouço teórico de equilíbrio, algo até então impensável. Isto significa que a crise, antes considerada com um desequilíbrio do sistema econômico, agora passava a ser encarada como um período de ajustes das decisões e das preferências dos agentes econômicos, de modo a permitir a manutenção da sua trajetória de equilíbrio, nos momentos em que a economia enfrenta “choques negativos de oferta”.

¹⁰ Esta frase refere-se aos autores novo-clássicos.

Isso representou, no campo neoclássico, um avanço metodológico, por permitir a modelagem e a representação do comportamento dos agentes econômicos, também em momentos de crise, sem a necessidade de abandonar a noção de equilíbrio.

De acordo com Lucas (1980), modelos teóricos são, por definição, abstrações da realidade, logo, não deveriam ser analisados do ponto de vista do realismo de suas hipóteses, mas sim sob o aspecto da sua capacidade de representar economias reais e fazer previsões, nas suas palavras:

[...] On this general view of the nature of economic theory then, a “theory” is not a collection of assertions about the behavior of the actual economy but rather an explicit set of instructions for building a parallel or analogue system – a mechanical, imitation economy. A “good” model, from this point of view, will not be exactly more ‘real’ than a poor one, but will provide better imitations. Of course, what one means by a ‘better imitation’ will depend on the particular questions to which one wishes answers. (LUCAS, 1980, p. 697).

Quanto à fonte causadora das flutuações econômicas, Lucas fundamenta a sua explicação na hipótese de existência de informação imperfeita. Esta hipótese permite ao seu modelo uma curva de oferta agregada positivamente inclinada e, mesmo admitindo que os indivíduos formulem expectativas racionais, variações no nível de preços que não possam ser antecipadas pelos agentes econômicos (surpresas monetárias), acabam afetando o produto e o emprego. Dado que o nível de preços esperado acaba divergindo do nível de preços observado.

A abordagem de Lucas abriu espaço para o desenvolvimento de novos modelos, que apesar de atribuírem a causa das flutuações econômicas, não a variáveis monetárias, mas sim a fatores reais, também passaram a ser rotulados de novo-clássicos.

Tais modelos acabaram por formar a Teoria dos Ciclos Econômicos Reais (*Real Business Cycle*), cuja principal ênfase, de acordo com Magalhães (2005), é a análise dos aspectos quantitativos dos ciclos econômicos.

Segundo Prescott (1991), o termo *Real Business Cycle*, pode ser atribuído a Long e Plosser que em 1983, escreveram um artigo com este título (LONG e PLOSSER, 1983). No Brasil, porém, este termo foi traduzido para os manuais de macroeconomia como Ciclos Reais de Negócios.

Os primeiros modelos de ciclos reais eram bastante simplificados, sendo, geralmente, compostos por um agente representativo, vivendo em uma economia hipotética, a qual pode

ser denominada de “Economia de Robinson Crusóé”, em alusão ao famoso personagem do romance de Daniel Defoe, que vivia sozinho numa ilha, após o naufrágio de seu navio.

Esse tipo de economia hipotética não possui imperfeições, e Crusóé, o agente representativo, maximiza a sua função utilidade intertemporal, sujeito a restrições de recursos. Posteriormente, esses modelos foram sendo sofisticados, com um instrumental econométrico cada vez mais elaborado.

A metodologia desenvolvida por Lucas passou a exercer grande influência no meio acadêmico, sobretudo no que diz respeito à possibilidade de unir, à teoria neoclássica do crescimento com a abordagem novo-clássica das flutuações econômicas. Assim, o conceito de equilíbrio, anteriormente utilizado para descrever uma situação de igualdade entre a oferta e a demanda, em determinado momento no tempo, teve o seu significado completamente alterado. O velho conceito de equilíbrio era estático, não servindo para a análise de ambientes dinâmicos, em que a economia sofre, simultaneamente, várias alterações (choques).

Segundo Magalhães (2005): “[...] O termo equilíbrio passou a ser usado para descrever o ponto de repouso do espaço de regras de decisão dos agentes[...].” (MAGALHÃES, 2005, p. 521). Desta maneira, possibilitou-se o emprego deste conceito em um cenário de incerteza, típico de períodos de crise.

Assim, aquilo que aparentemente era visto como um desequilíbrio passou a ser visto como um momento de elaboração de novas regras de decisão e alteração nas preferências dos agentes, de modo a garantir a manutenção da trajetória de equilíbrio da economia. Portanto, sob este ângulo, mesmo em períodos de crise, a economia se encontra em equilíbrio, dado que os agentes econômicos, plenamente racionais, estão apenas dando respostas ótimas, a algum tipo de choque adverso ocorrido na economia.

Sob esta perspectiva metodológica, Kydland e Prescott (1982), partiram de uma versão modificada do modelo de crescimento de Solow, considerando uma economia sem imperfeições e formada por um agente representativo, para testar a incidência de choques tecnológicos sobre a economia. Através de simulações computacionais, esses autores buscaram demonstrar que choques de produtividade em setores específicos de sua economia hipotética, terminam por se transformar em oscilações, análogas aos ciclos econômicos.

O conceito de choque tecnológico, não se restringe apenas a inovações tecnológicas. Num sentido mais geral, este termo refere-se a choques de oferta, como variações climáticas, aumento no preço dos insumos, ou ainda alterações institucionais. Esses choques são capazes de alterar a produtividade dos fatores de produção e as preferências dos indivíduos e,

consequentemente, modificar a trajetória de equilíbrio da economia. Nesse sentido, uma redução significativa da atividade econômica, acompanhada de uma elevação na taxa de desemprego e excesso de produção, características comuns dos períodos de crise, são tidos como ajustes nas preferências intertemporais dos agentes (respostas ótimas diante da incerteza), provocada por algum tipo de choque negativo de oferta, como uma catástrofe climática, ou uma piora nas normas e leis, ou ainda um retrocesso tecnológico.

Dentre os mecanismos de transmissão ou de propagação desses choques para a economia, interessa aqui, particularmente, o que ocorre via “mercado de trabalho”, o qual pode ser analisado pelo chamado “preço relativo intertemporal do trabalho”. De maneira simplificada, este preço pode ser definido pela equação 3.1:

$$\beta = \frac{(1+r)W_1}{W^e_2} \quad (3.1)$$

Sendo β , o “preço relativo intertemporal do trabalho”, um agente racional preferirá trabalhar mais no presente se o salário hoje (W_1), aplicado a uma taxa de juros real (r), for superior ao salário que ele espera ganhar no período seguinte (W^e_2). Se β for menor que 1, isto significa que o salário futuro esperado é maior que o salário no presente, logo é preferível trabalhar mais no futuro e menos no presente.

Sendo assim, esta análise do “preço intertemporal do trabalho” pode levar alguns indivíduos a preferir mais lazer e menos trabalho no presente e mais trabalho e menos lazer no futuro, se, por exemplo, houver um choque adverso de oferta, que reduza a produtividade marginal dos fatores de produção e, consequentemente, o salário e a taxa de juros. A escolha, por parte dos agentes, de mais lazer e menos trabalho, no presente, leva a redução do nível de emprego e do nível de produto.

Long e Plosser (1983) chegaram a conclusões interessantes em sua abordagem dos ciclos econômicos, dentre as quais ganhou bastante destaque a seguinte: as flutuações não são fatores redutores do bem-estar social, uma vez que elas são tidas como um aspecto natural de uma economia de mercado. Nesse sentido, os autores encerram seu artigo dizendo que:

It is important to emphasize that the persistence and comovement inherent in this class of models should not be confused with welfare reducing deviations from some ideal path. Ours is a “competitive theory of economic fluctuations” [...] Efforts to stabilize this economy can only serve to make consumers worse off. (LONG e PLOSSER, 1983, p. 67-68).

Nas pesquisas desenvolvidas na área dos ciclos reais, a abordagem de Kydland e Prescott tem prevalecido sobre a de Long e Plosser, talvez devido à conclusão a que estes últimos chegaram, de que o ciclo é uma característica inerente às economias capitalistas, e ao fato do próprio Plosser admitir a compreensão limitada da teoria dos ciclos reais:

Real business cycles theory is still in its infancy and thus remains an incomplete theory of the business cycle. [...] simple real business cycles models have demonstrated that equilibrium models are not necessarily inconsistent with many of the characteristics attributed to the business cycle. [...] The appeal of this line of research is the apparent power of some very simple economic principles to generate dynamic behavior that heretofore thought to be incompatible with any notion of equilibrium. While the promise is great, much work remains before economists have a real understanding of business cycles. (PLOSSER, 1989, p. 71).

Um dos pontos mais frágeis desse corpo teórico é a implicação que se obtém a partir do momento em que se admite que os períodos de prosperidade são gerados por choques tecnológicos positivos, logo, infere-se daí que os períodos de crise são provocados por algum tipo de retrocesso tecnológico, algo muito pouco plausível, pois, historicamente, a tecnologia tem progredido continuamente, sendo muito pouco verossímil a hipótese de que se utilize tecnologias mais atrasadas em períodos de recessão, uma vez que durante essas fases, as empresas são obrigadas a aumentar a sua eficiência, para reduzir os custos de produção.

Descartando esta explicação, restaria apenas se recorrer a fatores casuais, que possam vir a ser considerados como choques negativos de oferta, por isso se tornou comum entre os economistas, buscar explicações para as crises em fatores acidentais, como na crise de 2001, que teve como a principal causa apontada, o atentado terrorista às torres gêmeas em Nova Iorque e na crise atual, cuja origem foi atribuída à bolha especulativa, formada no mercado imobiliário norte-americano.

Outro aspecto problemático da teoria dos ciclos reais está relacionado ao seguinte: se os choques tecnológicos são de fato a causa das flutuações, então o emprego e a produtividade, teoricamente, deveriam ser variáveis positivamente correlacionadas. Entretanto, os resultados empíricos mostram que, em geral, elas tendem a ser negativamente correlacionadas. Isto ficou conhecido na literatura dos ciclos reais, como enigma da produtividade.

Em Marx, porém, esse enigma já havia sido desvendado na Lei Geral da Acumulação Capitalista, pois à medida que se processa a acumulação de capital, a busca pela obtenção de lucros extraordinários, travada na concorrência capitalista, acaba por promover um constante

desenvolvimento de novas tecnologias. Tecnologias estas, que, em geral, são poupadoras de trabalho, permitindo a elevação da produtividade, de tal maneira, que, relativamente, precisa-se de um número cada vez menor de trabalhadores, para operacionalizar uma quantidade crescente de máquinas e equipamentos.

Apesar da extrema elegância e da sofisticação matemática e econométrica, os modelos de ciclos reais possuem apenas uma vaga explicação genérica, para as flutuações da atividade econômica, compreendidas como respostas ótimas dos agentes a algum tipo de choque de oferta, os quais podem ser de naturezas variadas, englobando desde fatores tecnológicos até fatores eventuais, como catástrofes climáticas.

Desse modo, cada período de crise econômica é visto como algo singular, e a cada crise é atribuída uma causa particular, deixando-se assim de extrair aquilo que há de geral e comum em todas as crises, isto é, a sua essência e o movimento geral que as regem. Por isso, aquilo que constitui apenas o fator deflagrador da crise, é visto como a sua causa.

Esta maneira de abordar e investigar a crise econômica, portanto, ao observar apenas as formas que esta assume, negligencia um de seus aspectos mais importantes, que é a regularidade com a qual esta ocorre, uma vez que os choques de oferta podem ocorrer de forma inesperada. Isto dificulta a interpretação dos movimentos de expansão e contração das economias e a detecção do momento de iminência de uma nova crise. Por isso, muitas vezes ela é vista como uma “surpresa”, provocada por “falhas de mercado”, algo que não deveria ocorrer.

Além disso, a teoria dos ciclos reais vai de encontro com a realidade econômica observada no mundo do trabalho, pois ao contrário do que ela afirma, não são os trabalhadores que estão escolhendo a situação de desemprego, devido à adversidade do período de crise, a qual reduziria a produtividade marginal do trabalho. São as empresas que estão demitindo, embora os seus empregados, em muitos casos, tenham aceitado piores condições de trabalho, para evitar demissões.

Assim, não é por causa do irrealismo de suas hipóteses, que a teoria dos ciclos reais de negócios não será adotada aqui como instrumental para interpretação da crise econômica, pois toda teoria recorre, em maior ou menor grau, a abstração dos elementos complexos da realidade. Mas sim, devido a esse conjunto de insuficiências que ela apresenta em suas explicações, a respeito desse fenômeno, as quais estão relacionadas muito mais com a sua metodologia de abordagem dos problemas econômicos, que com as suas hipóteses, que apenas derivam de sua abordagem, baseada no individualismo metodológico, que atribui a

cada agente individualmente, e não ao sistema em seu conjunto, a responsabilidade pela dinâmica do próprio sistema, como se as partes fossem independentes do todo.

3.2 - A Visão Keynesiana da Crise Econômica

Keynes constrói a sua “Teoria Geral”, com base no princípio da demanda efetiva. Para ele, a cada nível de receita agregada, está associado um determinado nível de emprego, dado o estoque de capital, o qual supõe como constante, assim como a tecnologia.

Em seu modelo, a oferta agregada é entendida como a receita necessária e desejada pelos empresários, para justificar cada nível de emprego, enquanto que a demanda agregada compreende a receita esperada pelos empresários, correspondente a cada nível de emprego.

O ponto de demanda efetiva é aquele no qual a oferta agregada é igual à demanda agregada, ou em outras palavras, que a receita necessária para justificar um dado nível de emprego, é igual à receita esperada.

A noção de demanda efetiva significa, portanto, que Keynes supõe que os empresários formulam expectativas corretas no curto prazo, sendo o ponto de demanda efetiva, um ponto de equilíbrio, porém, não necessariamente de pleno emprego, pois em uma economia onde os investimentos são orientados pelos lucros privados, não há nada que garanta a utilização integral dos fatores de produção, sobretudo do fator trabalho.

Surge a partir daí o conceito de equilíbrio com desemprego. Observe-se ainda que este conceito de equilíbrio é estático, correspondendo a igualdade entre a oferta e a demanda agregada, em determinado momento no tempo. Assim um desequilíbrio entre essas duas variáveis, significaria um erro de expectativa dos empresários.

Logo, de acordo com o princípio da demanda efetiva, é a expectativa de demanda dos empresários que determina a sua oferta, vale dizer, são os gastos que determinam o nível de emprego e de produto da economia.

Keynes divide os gastos em dois tipos: os gastos de consumo e os gastos de investimento. O primeiro depende diretamente do nível de emprego, embora, em média, cresça menos que proporcionalmente em relação a este, no agregado da economia. O segundo depende das expectativas de longo prazo e da taxa de juros, essas duas variáveis, por sua vez, sofrem significativa influência do estado de confiança dos indivíduos em relação à economia,

que é um fenômeno coletivo, enquanto que as expectativas podem variar entre os agentes econômicos.

O estado de confiança é algo instável, o que acaba por promover a instabilidade dos investimentos, fator que tende a produzir uma volatilidade da demanda agregada e, consequentemente, do emprego e do produto.

Essa instabilidade decorre da incerteza, que para Keynes tem a sua origem na moeda, uma vez que ela permite aos indivíduos a autonomia de decisão e de escolha entre gastar ou não gastar.

Marx já havia identificado esse problema ao analisar a moeda sob a ótica da dialética, pois a partir do momento em que ela passa a desempenhar a função de meio de circulação, ela separa os atos de compra e venda, tanto no tempo, como no espaço, dando a impressão de que são duas coisas independentes uma da outra. Porém, ao separar duas coisas que em si formam uma unidade, o dinheiro cria uma nova contradição, que para Marx constitui forma abstrata da crise.

Em Keynes, a moeda desempenha um papel central dentro do sistema econômico, pois, para ele, economias capitalistas são economias monetárias de produção. Seria, portanto, um equívoco construir modelos teóricos sem moeda, para representar economias reais, tal como é feito em alguns modelos neoclássicos, inclusive na linha dos ciclos reais de negócios.

Desse modo, Keynes passa a admitir a hipótese de que as expectativas de longo prazo estão dadas, passando a analisar a influência da taxa de juros (fenômeno que para ele é puramente monetário), sobre os investimentos.

A taxa de juros corrente de mercado depende da interação entre a oferta e a demanda por moeda, ou seja, da quantidade de moeda em circulação e, principalmente, da preferência pela liquidez, fator extremamente importante dentro da teoria keynesiana, que determina o *quantum* de sua renda, os indivíduos desejam manter sob a forma de moeda.

Em períodos de elevada incerteza, como nas crises, os agentes preferem adquirir ativos mais líquidos, sendo a moeda o mais líquido dentre todos os ativos. Nessas fases, reduz-se, a aquisição de bens de capital, cujo rendimento é extremamente incerto, reduzindo-se, por conseguinte, o nível de emprego. O aumento da preferência pela liquidez faz com que os agentes exijam um maior retorno para abrir mão da moeda, o que tende a provocar o aumento da taxa de juros, reduzindo ainda mais os investimentos.

Associado aos investimentos, ou mais precisamente, aos bens de capital, se encontra o conceito de eficiência marginal do capital, que de acordo com Keynes é:

[...] A relação entre a renda provável de um bem de capital e seu preço de oferta ou custo de reposição, isto é, a relação entre a renda provável e o custo de produção de uma unidade suplementar desse capital [...]. Mais precisamente, definiremos a eficiência marginal do capital como sendo a taxa de desconto que, aplicada à série de anuidades constituída pelas rendas prováveis desse capital durante toda a sua existência, tornaria o valor presente dessas anuidades igual ao preço de oferta do capital. (KEYNES, 1970, p.135).

O termo preço de oferta, não corresponde exatamente ao preço de mercado, mas sim ao preço necessário para motivar o fabricante a produzir uma unidade a mais desse bem. Feito esta ressalva, pode-se definir a eficiência marginal do capital, através da seguinte equação:

$$\varepsilon = \frac{\sum_{t=1}^n Q^e}{P^s} \quad (3.2)$$

Nesta equação, o termo ε representa a eficiência marginal do capital. Na medida em que o investimento num determinado bem de capital cresce, a sua eficiência marginal tende a diminuir em primeiro lugar, devido à redução da renda esperada (Q^e), conforme aumenta a oferta desse bem, em segundo lugar, devido à elevação do seu preço de oferta (P^s), para continuar motivando a sua fabricação.

A decisão de investir, portanto, depende da análise comparativa entre a eficiência marginal do capital e a taxa de juros. O investimento em determinado tipo de bem de capital, será efetuado até o ponto em que a sua eficiência marginal iguale a taxa de juros corrente de mercado. Se essa taxa cair abaixo da taxa de juros, é preferível se aplicar em títulos ou ações.

Na sua análise sobre o ciclo econômico, Keynes destaca três variáveis que considera importantes para a sua explicação: a propensão a consumir, a preferência pela liquidez e a eficiência marginal do capital, sugerindo ser a flutuação desta última, o fator primordial para explicar a regularidade e a duração dos ciclos.

Ao observar a crise, uma das fases que compõe o ciclo econômico, Keynes expressa da seguinte maneira a sua visão sobre o fenômeno: “[...] creio que a explicação mais normal e por vezes a essencial da crise não é primariamente uma alta na taxa de juros, senão um repentino colapso na eficiência marginal do capital”. (KEYNES, 1970, p. 301). Em outro trecho, conclui ainda que “[...] o pessimismo e a incerteza a respeito do futuro que

acompanham um colapso da eficiência marginal do capital, suscitam um forte aumento da preferência pela liquidez – e, portanto, uma alta da taxa de juros”. (KEYNES, 1970, p. 302).

Então, de acordo com a sua visão, a causa da crise reside no esgotamento, por assim dizer, da eficiência marginal do capital, cabendo, portanto, a investigação dos fatores que levam a esse esgotamento, os quais Keynes atribui ao “surgimento repentino” de dúvidas em relação à confiança, que ocorre durante a etapa de auge do ciclo, nas suas palavras:

[...] A desilusão chega porque **de repente surgem dúvidas** quanto à confiança que se pode ter no rendimento provável, **talvez** porque o rendimento atual dê sinais de baixa à medida que os estoques de bens duráveis de produção recente aumentam com firmeza. (KEYNES, 1970, p. 303, grifo nosso).

Observa-se aí, então, uma explicação, em grande medida, subjetiva para a crise, ao se atribuir a sua causa ao surgimento súbito e inesperado de dúvidas em relação ao rendimento futuro dos bens de capital, fato que provoca uma deterioração das expectativas futuras de demanda e, por consequência, uma queda abrupta dos investimentos.

Ao proceder dessa maneira, Keynes desloca a explicação da crise do plano econômico, para o plano psicológico, embora as mudanças nas expectativas e a passagem de um clima de otimismo para um clima de pessimismo entre os indivíduos, em última instância, sejam normalmente provocadas por fatores econômicos. Porém, isso é algo que fica apenas implícito em sua teoria, deixando margem para discussões.

A esse respeito, Keynes ressalta a importância das correntes de pensamento, que sustentam a tese de que a tendência crônica das economias capitalistas ao subemprego deve ser procurada no subconsumo, admitindo que “[...] essas correntes como guias de política prática, estão indubitavelmente certas” (KEYNES, 1970, p. 309), ao preconizar estímulos ao consumo como forma de aumentar o nível de emprego.

Todavia, ao criar um modelo estático, no qual a tecnologia está dada, Keynes negligência a importância do progresso tecnológico, como força promotora do crescimento e do desenvolvimento econômico e, como fator de extrema relevância no que diz respeito à absorção e a liberação, em maior ou menor grau, de trabalhadores por parte das empresas, algo imprescindível para uma teoria geral do emprego.

Keynes encontra a explicação para a crise no colapso da eficiência marginal do capital, entretanto, esta não constitui a sua causa, pois como ele mesmo sugere, esta dá sinais de esgotamento mesmo antes da crise ter início. O esgotamento da eficiência marginal do capital é apenas uma consequência desse processo, ela constitui uma forma de expressão da

impossibilidade de manutenção do mesmo ritmo de acumulação de capital, mediante o excesso de produção que periodicamente é criado pelo sistema econômico.

Ao considerar a hipótese de que o capital fixo está dado, o modelo de Keynes desloca a explicação do nível de emprego para os gastos com consumo e investimentos, entretanto, os gastos com tecnologia têm assumido uma escala crescente no capitalismo, e muitas vezes os novos investimentos não necessariamente resultam em geração de mais empregos, mas sim, em eliminação de postos de trabalho. Isto representa uma grande fragilidade para o modelo keynesiano.

Portanto, além de considerar aquilo que é apenas uma consequência da contradição fundamental do capitalismo, como principal fator explicativo para a crise, a teoria de Keynes não é suficiente para esclarecer o fenômeno do desemprego e o complexo processo de atração e repulsão de força de trabalho pelo capital. Esta é uma das principais razões para que o seu modelo teórico não seja adotado, neste trabalho, como um referencial para a investigação do objeto de estudo que se pretende analisar.

Para compreender o mundo do trabalho e as transformações pelas quais este vem passando nos últimos anos, especialmente com a crise econômica atual, é de extrema importância a análise do processo dinâmico do desenvolvimento capitalista, e como este promove alterações diversas nas formas que o trabalho assume na sociedade, tendo em vista sempre o seu conteúdo econômico.

A compreensão das múltiplas faces do mundo do trabalho, e a interação de suas partes com o sistema econômico, exige um arcabouço teórico capaz de captar essa dinâmica e apreender a sua essência, sem distanciar-se da realidade. Por todos esses motivos, optou-se neste trabalho pela utilização da teoria econômica marxiana, como referencial para o estudo da crise e do mundo do trabalho, pois esta é fundamentada no materialismo e na dialética. O materialismo permite uma grande proximidade da realidade, evitando assim descolamentos excessivos do plano real, e a lógica dialética, permite a apreensão das transformações ocorridas no mundo do trabalho, ao longo do processo de desenvolvimento econômico.

4 - Os Impactos da Crise Econômica sobre o Mundo do Trabalho

A redução mundial no nível da atividade econômica, a restrição ao crédito e o colapso do sistema financeiro internacional, estão afetando de maneira significativa o rendimento dos trabalhadores e o emprego. Mas, como se sabe, não é de agora que o mundo do trabalho sofre com este processo dinâmico de reestruturação produtiva, continuamente realizada pelo capitalismo, na sua busca incessante pela acumulação de capital. O que se está assistindo atualmente, nada mais é do que uma nova etapa deste processo, marcada por mais uma crise econômica, cujos efeitos, ao longo da história, têm sido altamente nocivos ao bem-estar da classe trabalhadora.

Durante o período de expansão do ciclo econômico, iniciado no final de 2001 e terminado em 2007, os benefícios do crescimento ficaram restritos, quase que exclusivamente, às grandes empresas multinacionais e aos mega-especuladores financeiros. Somente para se ter uma ideia, em 2005, o total de ativos financeiros no mundo – depósitos bancários, títulos de dívida pública e privada e ações – atingiu a cifra de US\$ 140 trilhões, mais que o triplo do PIB mundial, de acordo com relatório do McKinsey Global Institute (2007). Como será visto posteriormente, neste mesmo período a desigualdade de renda aumentou expressivamente e não é preciso maiores exemplos para se concluir que as novas oportunidades criadas nesta fase, foram distribuídas entre os atores financeiros envolvidos direta ou indiretamente nesta trama. Entretanto, o custo social da atual contração econômica, está sendo sentido por todos e recaindo, fundamentalmente, sobre milhões de trabalhadores no mundo inteiro.

De acordo com Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹¹, nas últimas duas décadas a proporção dos salários como parte total da renda, diminuiu em 51 dos 73 países, para os quais haviam dados disponíveis. A tabela 4.1 mostra que a maior redução foi registrada na América Latina e no Caribe (-13%), ao longo de um curto período – de 1993 a 2002. Significativas quedas foram observadas também em países da Ásia e Pacífico, onde a massa dos salários no total da renda caiu 10%, durante o período 1980-2005. Nas economias avançadas houve uma redução de 9%.

¹¹ INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **World of Work Report 2008: Income Inequalities in the Age of Financial Globalization**, Geneva: ILO, 2008. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>.

Tabela 4.1 – Redução da Proporção dos Salários no Total da Renda, por Regiões

Região	Redução
América Latina e Caribe	13%
Países da Ásia e Pacífico	10%
Economias Avançadas	9%

Fonte: OIT

Durante o mesmo período, verificou-se também que a diferença entre os 10% dos assalariados com rendimentos mais altos e os 10% com rendimentos mais baixos, aumentou em 70%. Em 2007, nos Estados Unidos, os diretores executivos das 15 maiores empresas, receberam salários 500 vezes superior aos do trabalhador médio norte-americano, comparado a uma diferença de 300 vezes em 2003.

Estes dados confirmam a tendência de empobrecimento relativo da classe trabalhadora, que Marx já tinha percebido ainda no século XIX, como sendo o resultado do emprego de uma proporção, cada vez mais elevada, de máquinas, e, relativamente, cada vez menor de trabalhadores, ao longo do tempo, pelo capital, fazendo com que os salários, embora cresçam em termos absolutos, caiam em termos relativos.

Mas que não se conclua a partir daí que o Relatório da OIT possui um viés marxista, pois o seu embasamento teórico é essencialmente neoclássico, fundamentado na teoria do capital humano (muito tradicional na área de economia do trabalho), como demonstra a passagem a seguir:

Uma maior desigualdade de rendimentos pode ser útil. Pode estar indicando maiores retribuições ao empenho laboral, à inovação e ao desenvolvimento de capacidades. Isto melhoraria as perspectivas econômicas para todos, ricos e pobres. Ao contrário, uma diferença menor nos rendimentos poderia afetar as perspectivas laborais, por exemplo, porque o mercado não seria suficientemente atrativo para alguns trabalhadores. Além disso, uma desigualdade demasiado pequena de rendimentos poderia debilitar os incentivos a assumir riscos e **investir em capital humano e, portanto, afetaria de maneira negativa as perspectivas de crescimento econômico.** (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **World of Work Report**, 2008, p. 2, grifo nosso)¹².

Como se vê, o Relatório deixa claro, a importância dos “investimentos em capacidades”, por parte dos trabalhadores, e dos incentivos produzidos por diferenças de renda, existente no “mercado de trabalho”, ressaltando ainda que isto afeta o crescimento

¹² Tradução da própria OIT.

econômico de um país. Esta visão, como quase sempre se costuma fazer, atribui toda a responsabilidade do desemprego, ou a maior parte dela, ao próprio trabalhador.

Deixando de lado a fundamentação teórica deste Relatório, é possível observar que essa desigualdade entre os rendimentos dos trabalhadores, resulta, em grande parte, da atual forma de organização institucional das grandes corporações, que dominam a economia mundial em diversos setores. Tal sistema permite que os altos executivos disponham de uma posição de negociação privilegiada dentro da empresa, enquanto que os operários de chão de fábrica ficam em uma posição debilitada, com muito pouca, ou quase nenhuma capacidade de negociação, mesmo estando organizados em sindicatos. Essa estrutura organizacional, por sua vez, é o resultado dos processos de reestruturação do capital, como se verá mais adiante.

O mesmo Relatório da OIT mostra também que houve uma considerável diminuição da sindicalização, nas últimas duas décadas. Entre 1989 e 2005, a densidade de sindicatos reduziu-se nos 51 países pesquisados, com exceção de sete deles: Brasil, China, Hong Kong, Índia, Paraguai, Singapura e Espanha, nos quais houve um aumento no número de sindicatos. Estas exceções não causam surpresa, pois, excluindo a Espanha, todos os outros são países ditos emergentes, onde os trabalhadores ainda estão se organizando, institucionalmente, para efetuar negociações coletivas. Na Europa Central e países europeus, a densidade de sindicatos foi drasticamente reduzida, mais de 50% na República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia e Lituânia, países onde antes havia quase 100% de filiação dos trabalhadores a algum sindicato, nos anos de regime comunista.

Diante da atual crise econômica, a tendência é que esse quadro de desigualdade de renda e redução do poder de barganha dos sindicatos piore ainda mais, isto para não falar do desemprego, que vem crescendo perigosamente em todo o planeta. Ao longo da história do capitalismo, os processos de reestruturação produtiva têm utilizado como receita básica para as empresas, a redução e o corte de custos em várias áreas, e no final da ponta está sempre prevista uma inevitável onda de demissões. Assim, várias das conquistas históricas dos trabalhadores, concretizadas em uma série de direitos trabalhistas, são passo a passo varridas do ambiente de trabalho.

Segundo Somavia, diretor geral da OIT, “necessitamos de ações governamentais rápidas e coordenadas para evitar uma crise social que poderá ser grave, duradoura e global.” (NOTÍCIAS DA OIT, 2008). De acordo com ele, dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização das Nações Unidas (ONU), indicam que o número de trabalhadores desempregados no planeta, passará de 190 milhões em 2007, para 210 milhões em 2009. Com

isso o número de indivíduos que vivem com menos de um dólar por dia poderá aumentar em 40 milhões e os que vivem com menos de dois dólares por dia, em mais de 100 milhões. A OIT ressaltou ainda que as novas projeções podem estar subestimadas, caso os efeitos da atual contração econômica não sejam enfrentados com rapidez¹³.

Em 2009, essa projeção foi atualizada pela organização em novo relatório¹⁴, segundo o qual, o desemprego mundial deve oscilar dentro do intervalo de 210 e 239 milhões de pessoas, o que corresponde a uma taxa de desemprego global de 6,5% e 7,4%, respectivamente. Essa elevação no nível global de desemprego está provocando uma piora significativa nas condições de vida de uma parcela considerável da população do planeta. Estimativas indicam que cerca de 200 milhões de trabalhadores estão correndo o risco de migrar para o segmento de pessoas que vivem com menos de dois dólares por dia.¹⁵

Se é verdade que no capitalismo existe uma mobilidade ascendente de renda e esta pode levar indivíduos a passarem de uma camada social inferior, para uma camada social hierarquicamente superior, é verdade também que há uma mobilidade descendente de renda, que exerce um efeito contrário, fazendo indivíduos migrarem de camadas mais altas, para camadas mais baixas dentro da hierarquia social.

As etapas que compõe o ciclo econômico, característica inerente as sociedades capitalistas, influenciam de maneira expressiva esse movimento. É comum nas fases de recuperação e auge, observar-se, em geral, uma mobilidade ascendente de renda e, em períodos de crise e depressão, uma mobilidade descendente. Mas, que não se infira a partir disso, que em fases de recuperação e auge não haja mobilidade descendente e, que em fases de crise e depressão, não se verifique mobilidade ascendente.

As demissões em massa, ocorridas durante a crise, têm atuado no sentido de exercer uma pressão descendente na renda de um grande número de trabalhadores, fazendo-os migrar para camadas sociais inferiores.

A perspectiva de recuperação da atividade econômica mundial, contudo, não sugere a criação de uma quantidade de postos de trabalho suficientemente grande, para reabsorver os milhares de trabalhadores demitidos durante a crise, devido à tendência de emprego de um

¹³ NOTÍCIAS DA OIT. OIT diz que crise financeira mundial causará a perda de 20 milhões de empregos. OIT. 21 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acessado em: 08 jan. 2009, 14:48.

¹⁴ INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **Global Employment Trends Update, May 2009**, Geneva: ILO, 2009. Disponível em: <<http://www.ilo.org/publns>>.

¹⁵ Ibid.

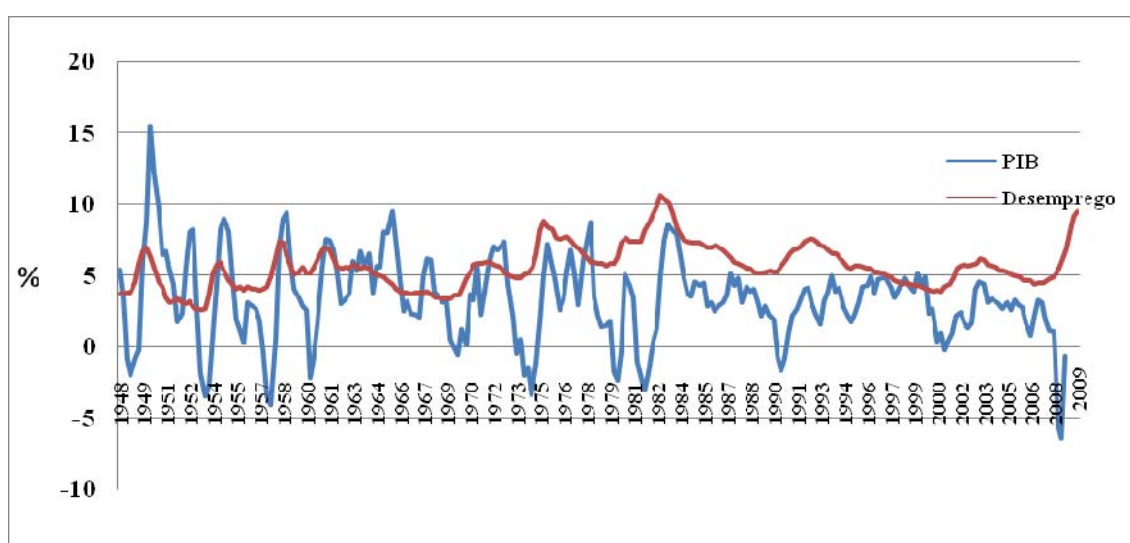
patamar tecnológico mais eficiente nos processos produtivos¹⁶, que se observa em etapas de retomada ou reanimação econômica.

Isto significa que a recuperação econômica, tende a ser marcada pela manutenção do desemprego, só que agora em nível mais elevado, em relação aquele observado no período que antecedeu a crise. Em relação a esse aspecto do problema, Somavia adverte que, as experiências passadas sugerem que, depois de uma recuperação econômica, os mercados laborais demoram, em média, de quatro a cinco anos para recuperar-se. (NOTÍCIAS DA OIT, 2009).

Em períodos de depressão econômica, as taxas de desemprego tendem sempre a crescer, como mostra o gráfico 4.1, que apresenta as taxas trimestrais, desazonalizadas, de variação real do PIB e do desemprego para os Estados Unidos, ao longo do período 1948-2009.

Observa-se ainda que a partir dos últimos trimestres de 2008, a taxa de desemprego nos Estados Unidos passou a crescer a taxas crescentes, enquanto que no mesmo período, o crescimento do PIB apresentou uma forte redução. Verifica-se ainda que no último trimestre de 2009 a tendência de crescimento do desemprego foi amenizada. A atual taxa de desemprego do país é a maior dos últimos 60 anos, com exceção da registrada no último trimestre de 1982, quando a taxa ultrapassou a casa de 10%.

Gráfico 4.1 – Taxa Trimestral de Desemprego e Variação do PIB (EUA): 1948-2009



Fonte: Bureau of Economic Analysis e Bureau of Labour Statistics

¹⁶ O termo 'processos produtivos' se refere não só aos processos produtivos de bens, mas também de serviços.

Com base nos dados acima apresentados foi realizado um exercício econométrico, para captar e quantificar a relação bilateral existente entre a taxa de desemprego e a taxa de crescimento do PIB. Para tanto foi adotada a modelagem de Vetores Auto-Regressivos (VAR), muito usada em econometria de séries temporais. (ver apêndice A).

Este exercício permitiu extrair algumas conclusões interessantes a respeito da relação entre o produto e o desemprego. A primeira delas é a de que os impactos de variações na taxa de desemprego sobre o PIB, são bem maiores que os impactos de variações no PIB sobre a taxa de desemprego. A relação entre essas duas variáveis é influenciada ainda pelas medidas de política econômica.

O modelo estimado consegue quantificar a relação bilateral existente entre o PIB e o desemprego, mensurando o impacto de uma redução no ritmo de crescimento da atividade econômica sobre o nível de emprego, que, em resposta a essa redução, tende a diminuir. O exercício mostra ainda como essa redução do nível de emprego age de volta sobre o crescimento do PIB, que em decorrência do aumento do desemprego, tende a se desacelerar ainda mais, num processo dinâmico de ação e reação.

Assim, evidencia-se a importância do efeito de oscilações do PIB sobre o comportamento da taxa de desemprego e vice-versa.

Uma segunda conclusão que se pode tirar deste exercício, é a de que o efeito das oscilações do produto sobre o desemprego pode ter sido suavizado pela atuação do governo dos Estados Unidos, através da política econômica ativa que foi praticada durante todo o período analisado e, em particular, nos momentos de crise econômica.

Não fossem estas ações do governo, as oscilações da atividade econômica, teriam provocado impactos maiores sobre a taxa de desemprego. Embora muitas das medidas tomadas, no caso da crise atual, tenham se preocupado mais em socorrer empresas com dificuldades financeiras, que necessariamente manter o nível de emprego, como se verá nos capítulos seguintes.

Uma terceira conclusão é a de que existe uma moderada correlação negativa entre o PIB e a taxa de desemprego, algo já esperado, uma vez que o aumento da produção e do nível de atividade econômica tende a promover a geração de novos empregos, desde que não haja alterações significativas no padrão tecnológico.

Uma quarta conclusão é a de que essa moderada correlação negativa entre o PIB e a taxa de desemprego, indica ainda que um crescimento do produto, não necessariamente é

acompanhado de uma expansão do nível de emprego, podendo mesmo haver uma expansão simultânea, tanto do PIB, como da taxa de desemprego.

Sobre o problema da defasagem na recuperação dos “mercados de trabalho” após uma crise econômica, incide ainda o seguinte fator complicador: o constante desenvolvimento tecnológico, fator endógeno às economias capitalistas, tende a provocar a diminuição do tempo de duração dos ciclos econômicos, pois a base material da alternância dos movimentos de expansão e contração dessas economias é constituída pelo capital fixo.

Visto que, apesar de variar bastante os momentos em que se investe nos mais diversos tipos de negócios, a crise, ao efetuar o saneamento da economia, estabelece para todos os ramos e setores da economia, o ponto de partida para realização de novos investimentos, formando-se assim, uma nova base produtiva, sob a qual o capital se encontra imobilizado.

O acelerado progresso tecnológico produz, por um lado, o desenvolvimento extraordinário da produtividade social do trabalho, acentuando a tendência superprodutiva do sistema capitalista e, por outro, reduz o tempo de vida útil do capital fixo, ao criar máquinas e equipamentos cada vez mais avançados, sempre mais rápido.

O resultado disso, é que o tempo de duração do ciclo econômico vem diminuindo, como ocorreu no último ciclo, que teve início em 2001, com a crise deflagrada pelo estouro da bolha especulativa formada pelas ações das chamadas “empresas pontocom” e teve o seu término já no final de 2007, quando a economia dos Estados Unidos novamente, apresentava sinais de reversão cíclica, com o encerramento do auge e o início de mais uma crise.

Se se admite que as estimativas da OIT (de que os mercados laborais demoram em média entre quatro a cinco anos para se recuperarem de uma crise econômica), são confiáveis, a redução do tempo de duração dos ciclos, tende a criar uma situação de crise quase-permanente no mercado mundial de trabalho. Pois quando este estiver esboçando as primeiras reações de reanimação, a economia se encontrará na sua fase de auge e, portanto, na eminência de mais uma crise.

Por conseguinte, o exército global de reserva, está propenso a expansões futuras, piorando dessa maneira, o cenário projetado para o mundo do trabalho nos próximos anos, com o agravante de que a força de trabalho mundial está crescendo a uma taxa média anual de 1,6%, o que corresponde a cerca de 45 milhões de pessoas ingressando no mercado, em busca de trabalho, a cada ano. Enquanto isso, o nível de emprego mundial cresceu apenas 1,4%, em 2008, sendo esperada uma taxa de crescimento em torno de zero, em 2009¹⁷.

¹⁷ Ibid.

Segundo a OIT, atualmente, cerca de 5 milhões de trabalhadores estão correndo o risco de perder o emprego, já que muitos não foram demitidos, graças aos acordos coletivos, apoiados pelos governos, que estabeleceram medidas como trabalho em tempo parcial, involuntário, como destaca a instituição. Caso as medidas de estímulo a recuperação sejam interrompidas, há grande risco de mais demissões¹⁸. Além disso, 43 milhões de trabalhadores que perderam o emprego podem ser excluídos do “mercado de trabalho”, e inseridos num tipo de desemprego que a OIT chama de desemprego de longo prazo¹⁹.

Do ponto de vista da teoria dos ciclos reais de negócios, a crise atual pode ser encarada como o resultado de falhas existentes no mercado imobiliário norte-americano, permitindo a formação de mais uma bolha especulativa, que acabou estourando. Como o setor real da economia estava vinculado ao setor financeiro, isto resultou em prejuízos financeiros, fator que acabou promovendo um choque adverso de oferta, resultando na contração da atividade econômica.

No “mercado de trabalho” este choque negativo de oferta, deve se refletir na alteração do preço relativo intertemporal do trabalho, com a redução dos salários no presente que, em geral, ocorre com a queda da produtividade marginal diante de um choque adverso e, a expectativa de melhorias salariais no futuro, quando o mercado se recuperar. Isto deveria promover, de acordo com a teoria dos ciclos reais, um aumento da preferência pelo lazer no presente. Entretanto, observa-se na realidade, através dos noticiários, que não são os trabalhadores que estão preferindo trabalhar menos, mas sim as empresas, as quais estão optando por menos trabalho e demitindo funcionários, o que é algo bem diferente.

Enquanto os trabalhadores sofrem os impactos da crise, os pacotes de ajuda às grandes empresas, em dificuldades financeiras, não param de aumentar. No final de 2008, estimava-se uma cifra em torno de US\$ 7,5 trilhões. Segundo Lozardo, nesta fase a ajuda financeira dos Governos já ultrapassava a casa de 12% do PIB mundial²⁰. Com muito menos seria possível combater a pobreza e investir o necessário para acabar com o aquecimento global. De acordo com a ONU, seria possível exterminar a pobreza com apenas 1,5% do PIB mundial²¹, o que demonstra, por um lado, o tamanho do desespero das autoridades governamentais, na tentativa de salvar o sistema capitalista mundial e, por outro, o profundo descaso dos mesmos em relação à fome e a pobreza global.

¹⁸ INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **World of Work Report 2009: The Global Jobs Crisis and Beyond**, Geneva: ILO, 2009. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>.

¹⁹ É considerado como desemprego de longo prazo, aquele com duração de um ano ou mais.

²⁰ HESSEL, R. Pacotes proliferam e podem não conter a crise. **Gazeta Mercantil**. 29 de dezembro de 2008.

²¹ Ibid.

Atualmente, sabe-se que os países desenvolvidos gastaram US\$ 11,9 trilhões, para tentar combater os efeitos da crise, de acordo com o FMI²². Tudo isso foi realizado de maneira ágil e sem grandes entraves. Se os líderes mundiais demonstrassem o mesmo interesse para combater o aquecimento global, gastar-se-ia bem menos que isso. Conforme o Banco Mundial seriam necessários cerca de US\$ 270 milhões por ano, durante aproximadamente uma década, para reduzir os impactos das mudanças climáticas, o que representa apenas 25% do total desembolsado para socorrer o sistema econômico. Entretanto, os países ricos estão dispostos a pagar bem menos para combater os efeitos negativos do aquecimento do planeta – US\$ 30 bilhões até 2012 – isto representa um montante nove vezes inferior, ao calculado pelo Banco Mundial²³.

Ironicamente, quando o que está em jogo é, não a possibilidade de apropriação privada de maiores lucros, mas sim de prejuízos, o capital e os seus representantes na esfera política, os neoliberais, mudam o seu discurso sobre o livre mercado e passam a clamar e suplicar a intervenção do Estado na economia, na tentativa de socializar as suas perdas com a classe trabalhadora, sobre a qual sempre acaba recaindo o ônus social de salvar o sistema.

4.1 - Os Planos de Reestruturação das Grandes Corporações

Os atuais modelos de organização da produção combinam a chamada “flexibilidade funcional” na organização do processo de trabalho, com um elevado grau de automação, dentro de um sistema altamente informatizado, no qual a empresa interage continuamente com clientes e fornecedores, através das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Constitui uma de suas principais características, a junção de aspectos do trabalho manual, com tecnologias que, ao mesmo tempo, proporcionam a automação do processo produtivo, o que confere substancial flexibilidade em sua organização. Em alguns casos, chega a ser imprescindível a utilização de mão-de-obra extremamente especializada no manuseio de materiais. Verifica-se isto, por exemplo, nas etapas de montagem de alguns

²² RIBEIRO, D. É melhor prevenir. **Carta Capital**, ed. 576, 16 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br>>. Acessado em: 07 jan. 2010, 12:40.

²³ Ibid.

aparelhos eletroeletrônicos, que possuem pequenos componentes e, por isso, exigem habilidade e sutileza no seu manuseio.

Embora, as tarefas repetitivas e rotineiras, que inibem a capacidade intelectual dos indivíduos, ao transformar o seu trabalho numa grande atividade mecânica, continuem existindo dentro dos processos de produção, em alguns casos, mesmo em se tratando de operários de chão de fábrica, muitos funcionários são estimulados a pensar e a desenvolver “competências multifuncionais”, o que constitui nova forma de extrair-lhes mais trabalho, quando necessário, reduzindo a necessidade de contratação.

Nesse âmbito, as novas formas de organização da produção, dotam as empresas de uma maior capacidade de adaptação ao ambiente competitivo e as oscilações da demanda, provocadas pelo movimento cíclico da economia. Ao contrário do modelo fordista de organização, que preconizava a verticalização do processo de produção, controlando as fontes das matérias-primas e até mesmo o transporte dos produtos para o mercado. De acordo com Silva (1990):

A desqualificação dos trabalhadores [...] e o caráter altamente rotinizado e mecanizado das fábricas reforça a padronização dos produtos ao tornar as mudanças custosas e difíceis. Máquinas especializadas têm que ser mudadas, trabalhadores têm que adquirir novas qualificações e aprender a usar de autonomia. (SILVA, 1990, p. 36).

Todas essas características tornavam o fordismo rígido demais para enfrentar as mudanças do ambiente de negócios, e se adequar rapidamente a elas. Para Harvey:

Havia problemas com a rigidez dos investimentos em capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa [como o fordista], que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. (HARVEY, 2001, p. 135).

Para Womack *et al.* (2004), o modelo clássico de produção em massa, apresentava inúmeras disfunções, constatadas em sua visita a fábrica da General Motors de Massachusetts, em 1986, as quais sintetiza da seguinte maneira:

Começamos examinando os corredores adjacentes à linha de montagem. Estavam lotados do que denominamos “mão-de-obra indireta”: trabalhadores indo substituir um colega, mecânicos a caminho de consertar um problema numa máquina, faxineiros, transportadores de materiais. Nenhum desses trabalhadores agrega valor ao produto, e as companhias podem encontrar outra maneira de ter seu trabalho realizado. (WOMACK *et al.*, 2004, p. 65).

Havia, portanto, uma série de desperdícios, não só de matérias-primas, mas também de tempo de trabalho, com interrupções desnecessárias do processo produtivo, além da existência de trabalhadores que eram dispensáveis à produção. Era preciso “enxugar” a produção, cortar custos desnecessários e torná-la mais eficiente.

A crise econômica de 1973 evidenciou a incapacidade de adaptação do modelo fordista às oscilações da demanda, colocando-o em xeque, modelo este que já vinha dando sinais de esgotamento. Iniciava-se então, uma nova fase de transição no que se refere às formas de organização da produção. O ambiente dinâmico e, por isso mesmo, incerto, exigia formas flexíveis de organização dos processos produtivos, capazes de se adequar rapidamente as flutuações nos mercados de consumo.

No campo do pensamento gerencial, a teoria dos sistemas compreende as organizações como sistemas abertos, que devem encontrar uma relação apropriada com o ambiente, para garantir a sua sobrevivência. (WOOD Jr, 1992).

Assim, a flexibilidade dos atuais modelos de organização da produção, tem como principal objetivo, a busca pela adequação as necessidades e exigências do ambiente sócio-econômico, no qual uma determinada empresa está inserida. Essas formas flexíveis de organização acabam por promover, não só maior flexibilidade nos processos de trabalho, mas também dos produtos e do próprio “mercado de trabalho”.

Desse modo, o desenvolvimento dos processos produtivos, têm resultado na criação de produtos com um tempo de vida útil, cada vez menor, produzidos com materiais semidescartáveis, que se desgastam rapidamente, estratégia industrial conhecida como “obsolescência planejada”. Isto permite que o mercado absorva mais rapidamente, a quantidade crescente de produtos ofertados, ao obrigar os consumidores a substituírem com efemeridade, as mercadorias que compram.

O objetivo dessa estratégia é reduzir o tempo de venda e aumentar com isso, a velocidade de rotação, necessidade criada ao longo do processo de reprodução do capital, para amenizar a tendência superprodutiva do seu sistema econômico. Mészáros (2002) observa este fenômeno da seguinte maneira:

Se baixarmos o valor de uso de uma mercadoria, ou criarmos condições para que ela só possa ser consumida “parcialmente e com menos proveito”, esta prática, não importa o quanto seja censurável de qualquer outro ponto de vista, [...] não afetará seu valor de troca. [...] De fato, enquanto a demanda efetiva do mesmo tipo de utilização é reproduzida com sucesso, quanto menos uma dada mercadoria é usada ou reusada (em vez de rapidamente consumida, o que é perfeitamente aceitável para o sistema), melhor é do

ponto de vista do capital: já que tal subutilização torna vendável outra peça de mercadoria. (Mészáros, 2002, p. 65).

O autor compreende esse processo como uma tendência, a qual denomina de “taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias”, que segundo sua visão, se constitui num dos principais mecanismos através do qual, o capital atingiu incomensurável crescimento ao longo de sua história. Não obstante, Mészáros parece utilizar o termo “valor de troca” como sinônimo de “valor”, embora essas duas expressões tenham significados diferentes, sendo o valor o conteúdo econômico da mercadoria, e o valor de troca, a sua forma concreta de expressão.

Destarte, a “produção enxuta” proporcionou a ampliação e o aprofundamento da racionalização de matérias-primas, máquinas, equipamentos e materiais, que associada às novas tecnologias da informação e telecomunicação, possibilitou a obtenção de uma planificação muito mais eficiente da produção dentro das empresas. Todavia, a lógica capitalista de produção, continua resultando num contínuo desperdício social, tanto dos insumos, como dos produtos, pois a totalidade da produção social continua sendo orientada pelo lucro, injetando no mercado, periodicamente, um excesso de mercadorias em relação ao poder de compra dos consumidores.

No mundo do trabalho, a expressão “flexibilidade” significa fácil remanejamento de trabalhadores, em termos de contratações e demissões, maleabilidade nos salários e nos turnos de trabalho e acomodação das leis trabalhistas, de acordo com as necessidades da administração ou do ambiente econômico. No terreno da administração isso é chamado de “gerenciamento flexível de recursos humanos”, que se dá em vários planos: no plano numérico, permitindo reduzir ou aumentar o número de funcionários rapidamente, de acordo com as flutuações econômicas; no plano financeiro, permitindo variação também nos custos da empresa com pagamento de salários, conforme se altere a sua rentabilidade e ainda no plano funcional, permitindo que um mesmo funcionário possa desempenhar mais de uma função.

A crise econômica tem levado grandes empresas a promoverem reestruturações nesse sentido. Serão analisados aqui dois dos principais casos, já colocados em prática, nos quais a reestruturação está modificando as condições de trabalho e as relações entre capital e força de trabalho.

O primeiro caso a ser objeto de considerações, dentro desse processo, é o da Renault do Brasil²⁴, que, no início de 2009, suspendeu o contrato de mil metalúrgicos, durante o período de cinco meses, nos quais os trabalhadores, a princípio, ficariam em casa sem receber salários. Enquanto estiveram com os seus contratos suspensos, os funcionários da Renault receberam uma contribuição paga pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), além de uma bolsa de qualificação profissional. A montadora se aproveitou de uma brecha existente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que garante às empresas o direito de suspender o contrato de trabalho por um período que varia de dois a cinco meses, desde que realizem um acordo coletivo com o sindicato dos empregados²⁵. Obviamente, não houve grande resistência do sindicato à proposta da empresa, diante da possibilidade de demissões em massa.

Um aspecto interessante nessa questão é que, passado o período de suspensão dos contratos, não há nada na legislação que impeça a dispensa dos trabalhadores e, o que é pior, caso isto viesse a ocorrer eles não teriam mais direito ao seguro desemprego, pois já teriam utilizado os recursos do FAT.

Entretanto, os incentivos fiscais concedidos pelo governo brasileiro, fundamentalmente a redução do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), evitaram a queda esperada nas vendas de carros. Com isso, 496 funcionários, que estavam afastados, puderam voltar ao trabalho no final de março, embora 500 empregados continuassem afastados²⁶, sendo recontratados somente em junho.

O caso da Renault é um bom exemplo de como as atuais reestruturações, estão proporcionando uma maior flexibilidade no emprego de força de trabalho, nos processos produtivos. A empresa conseguiu reduzir substancialmente o seu quadro de funcionários, durante quase cinco meses, sem nenhum custo extraordinário, algo que não aconteceria se ela tivesse demitido e depois voltasse a contratar.

No Brasil, a empresa teria de arcar com aviso prévio de 30 dias e multa sobre os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em caso de rescisão do contrato de trabalho dos seus funcionários. Já para voltar a contratar, teria de arcar com encargos sociais, que as empresas consideram como custo de contratação. No entanto, com a

²⁴ Unidade de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba.

²⁵ QUEIROGA, Andreza. CLT prevê que suspensão de contratos pode ser prorrogada. **Gazeta Mercantil**. 09 de janeiro de 2009. Disponível em: <<http://www.clippingmp.planejamento.gov.br>>. Acessado em: 14 jan. 2009, 09:26.

²⁶ HENNEMANN, G. Funcionários da Renault com contrato suspenso voltam ao trabalho, **Folha de São Paulo**, 24 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>. Acessado em: 07 jan. 2010, 23:09.

suspensão temporária dos contratos, nada disso foi preciso e a empresa se beneficiou ainda da melhoria na qualificação dos seus funcionários, enquanto estavam afastados.

Outro caso interessante de reestruturação é o da companhia aérea British Airways, uma das maiores da Europa. Em meio à crise, a companhia lançou um conjunto de medidas que denominou de “plano de sobrevivência”, que dentre outros pontos, “solicitava” aos seus funcionários, que se voluntariassem a trabalhar por um mês, sem receber nenhum salário. (SOUZA, 2009).

Para dar um bom exemplo aos demais, o diretor-executivo e o diretor-financeiro da empresa, abriram mão de seus salários referente ao mês de julho. O detalhe é que ambos recebem US\$ 1,208 milhão e US\$ 723 mil por ano, respectivamente²⁷, remunerações de empresários, pois exercem a função do capital de gerenciamento e administração.

O programa de reestruturação da companhia ofereceu ainda aos funcionários, folgas sem remuneração e a oportunidade de trabalhar apenas meio período. Ao final, dos 30.000 empregados da empresa, apenas 800 abraçaram a “causa” do trabalho voluntário, outros 4.000 aceitaram licença não remunerada e 1.400 concordaram em trabalhar meio período. (SOUZA, 2009).

A flexibilidade dentro das organizações tem estimulado a capacidade inventiva de seus membros, principalmente, daqueles que as gerenciam, levando ao surgimento de medidas criativas, para tentar solucionar os problemas causados pela crise. Isso abriu espaço, mesmo que temporariamente, para o uso de uma nova categoria de trabalho em uma empresa capitalista: o trabalho voluntário. Essa modalidade de trabalho é muito utilizada em organizações não governamentais e outras instituições sem fins lucrativos, mas não, pelo menos que se tenha tido notícia, em grandes corporações capitalistas.

O sindicato britânico Unite, acusou a British Airways de tentar pressionar os trabalhadores a aceitarem a sua proposta. De acordo com o sindicato, os funcionários da companhia receberam *e-mails* da alta gerência, pedindo que se voluntariassem ao trabalho gratuito. (SOUZA, 2009). Entretanto, a maior pressão exercida sobre os trabalhadores para que aceitassem as propostas do plano de reestruturação da empresa, não foi a interna, mas sim a pressão externa, exercida de fora para dentro, pelo exército global de reserva em expansão, que constitui uma força coercitiva, a qual impele a classe trabalhadora a aceitar planos de redução de custos que, normalmente, resultam na piora das condições de trabalho.

²⁷ BRITISH Airways pede a funcionários que trabalhem de graça por até 1 mês. **FOLHA DE SÃO PAULO**, 16 jun. 2009, Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>. Acessado em 07 de janeiro de 2010, 00:19.

A criatividade do programa de reestruturação da British Airways, faz lembrar do método de remuneração flexível testado em algumas empresas japonesas, como a Mazda, durante a década de 1980. Conforme Womack *et al.* (2004), nesse sistema os empregados “[...] recebem grande parte da remuneração – até um terço – sob a forma de bônus, diretamente associados à rentabilidade da companhia”. (WOMACK, 2004, p.237). Portanto, se houver uma queda na demanda pelos seus produtos, os custos com trabalho são reduzidos.

Em geral, o argumento usado pelas empresas para justificar a introdução de medidas, que degradam as condições de trabalho de seus funcionários, é o de evitar a eliminação de empregos. Mas o fato, é que tais medidas acabam por proporcionar maior flexibilidade no “mercado de trabalho” e redução nos custos de produção, particularmente nos custos com a força de trabalho, não constituindo nenhuma garantia de que esta não seja parcialmente eliminada. Para Silva:

Na maior parte das formulações teóricas do processo de competição capitalista, uma empresa deve, sob a ameaça de falência, impor aos seus empregados novas formas de divisão do trabalho, independentemente da resistência dos trabalhadores a inovação. Esse é o caso principalmente quando firmas concorrentes já reorganizaram seus métodos de produção. Desse modo, tanto tecnologia quanto organização do trabalho resultam das condições gerais de competição nacional e internacional predominantes na indústria. (SILVA, 1990, p. 23).

Atualmente as tentativas de resistência dos trabalhadores aos processos de reorganização, não têm obtido sucesso e a crise provocou uma piora nas condições gerais de competição, não só entre as empresas, que buscam se manter vivas, mas também entre os trabalhadores, que buscam garantir o seu posto de trabalho, ou tentam encontrar uma vaga para fugir do desemprego.

O enxugamento e os cortes de custos promovidos pelas medidas de reestruturação, por vezes, convertem-se em demissões no final da ponta. A própria British Airways eliminou 1.700 postos de trabalho e ainda anunciou o congelamento dos salários durante dois anos, juntamente com a criação de um sistema de recrutamento de novos empregados, em condições inferiores²⁸, entenda-se com isso, empregados com salários mais baixos.

Na teoria econômica neoclássica o trabalho é considerado um desprazer. Logo, um agente econômico racional, só opta por trabalhar se a renda que ele obtém com essa atividade, lhe permitir adquirir uma cesta de bens e serviços, que lhe proporcione um nível de satisfação

²⁸ FUNCIONÁRIOS da British Airways planejam greve durante Natal, **FOLHA DE SÃO PAULO**, 14 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>. Acessado em 07 de janeiro de 2010, 02:12.

superior ao desprazer que é trabalhar, caso contrário, é preferível escolher o lazer ao trabalho. Nesse caso o seu desemprego é voluntário.

A realidade imposta pelo capitalismo contemporâneo, porém, obriga os indivíduos a aceitarem a “irracionalidade do trabalho voluntário”, diante da impossibilidade de escolha entre o trabalho remunerado e o desemprego compulsório.

Diante disso, os acordos coletivos e criativos, realizados entre empresas e sindicatos, como parte de algum plano de reestruturação, representam uma espécie de aliança econômica entre o capital e o trabalho, para enfrentar a crise. Isto oculta, conseqüentemente, a oposição existente entre eles. Nesta aliança as empresas buscam salvar o seu capital e os trabalhadores, o seu emprego.

Mas, ao mesmo tempo em que se intensifica a unidade entre o capital e a força de trabalho empregada, aprofunda-se a oposição entre esse mesmo capital e a força de trabalho desempregada, por ele repelida da produção. Então, enquanto, por um lado, a contradição entre capital e força de trabalho tende a diminuir, por outro lado, ela tende a aumentar, constituindo esta última tendência uma força de intensidade maior que a primeira, decorrente da expansão do exército global de reserva e da piora das condições de trabalho.

Desde a década de 1970, os períodos de crise econômica, ampliaram a flexibilidade dos “mercados de trabalho”, promovendo o que se pode chamar de desregulamentação tácita dos direitos trabalhistas. Para Martins:

A crise não é apenas uma das questões que envolvem a necessidade de mudança de normas trabalhistas rígidas, mas também as novas tecnologias, o desemprego, a falta de criação de empregos, etc. É a crise uma das causas da flexibilização do Direito do Trabalho. A crise econômica, contudo, é uma companheira de viagem indispensável, mas histórica, do Direito do Trabalho. (MARTINS, 2004, p. 22, 23).

Na visão do autor, normas trabalhistas rígidas, não são compatíveis com a realidade econômica contemporânea, marcadas por crises, exigindo, por isso, normas de trabalho flexíveis, que, do seu ponto de vista, contribuem para a criação de um número maior de empregos. Entretanto, os casos de flexibilidade observados atualmente, como o da British Airways, não estão contribuindo para a geração de mais empregos, mas, ao contrário, têm criado a possibilidade de se obter mais trabalho dos funcionários já existentes dentro da empresa, ou ainda, levado a demissões.

No Brasil, por exemplo, a Lei 9.601/98, foi criada num momento em que a economia do país passava por grandes dificuldades, com demissões de centenas de trabalhadores e

falências de muitas empresas²⁹. A lei foi implantada sob a justificativa de criar mecanismos (o principal deles é o banco de horas), para impedir demissões coletivas, permitindo, a redução temporária da jornada de trabalho, em períodos de forte redução da demanda, sem redução dos salários, para posterior compensação sem pagamento de horas extras.

Atualmente, o banco de horas é utilizado por um grande número de empresas. No entanto, inversamente ao seu objetivo inicial, hoje em dia, o que ocorre é primeiramente a imposição e execução de horas extras de trabalho, para só depois haver a compensação, quando a empresa necessitar reduzir o seu nível de atividade. Tudo isso funciona de maneira questionável e duvidosa, tendo criado discordâncias no âmbito do direito do trabalho, quanto à constitucionalidade de vários dos pontos da própria Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Na perspectiva de Martins (2004), a legislação trabalhista brasileira é obsoleta e ultrapassada, como deixa claro na seguinte passagem de seu livro:

A legislação trabalhista brasileira pode ser comparada a uma máquina ultrapassada, que foi criada para trabalhar, mas que parecia não ter nascido para semelhante fim. A CLT não tem mais a mesma finalidade que tinha quando da sua criação, necessitando ser revista. Uma das formas dessa revisão é verificar mecanismo de flexibilização, de forma a adaptar a realidade de fato à norma jurídica. (MARTINS, 2004, p. 14).

Assim, segundo ele, a CLT não tem mais a mesma finalidade que possuía inicialmente, talvez o autor se refira a finalidade de proteção do empregado e seus direitos, todavia, isto é só uma hipótese, já que ele não deixa isto explícito. Mas, caso o fim para o qual a CLT foi criada, a que se refere, tenha sido realmente este, qual seria então a sua finalidade atualmente? Na sua ótica, talvez seja a de criar instrumentos legais de flexibilização, ao sugerir a sua revisão nessa direção.

Os programas de reestruturação da Renault e da British Airways, são exemplos contundentes dessa desregulamentação tácita das leis trabalhistas. A suspensão temporária dos contratos de trabalho e a utilização dos recursos do FAT para o auxílio financeiro de trabalhadores, temporariamente desempregados, colocam em risco o benefício do seguro desemprego, um direito historicamente adquirido pela classe trabalhadora. Tais acordos não constituem garantia de emprego e, caso a recontração não ocorra, os funcionários terão perdido o direito ao seguro desemprego.

²⁹ PANTALEÃO, S. F. **Banco de Horas – Aspectos para Validade**, [2002?] data provável. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br>>. Acessado em 14 de janeiro de 2009, 10:24.

Mais impressionante ainda é a introdução do trabalho voluntário e gratuito, mesmo que este tenha vigorado apenas por um mês e em uma única companhia³⁰, pois o salário constitui o direito mais elementar dos trabalhadores em uma economia de mercado. Ele corresponde ao pagamento pela venda da força de trabalho, a única mercadoria que os trabalhadores possuem para vender. A não efetuação desse ato pode ser comparada à compra de um carro financiado, sem que se paguem as suas parcelas. Violam-se, desse modo, as leis mercantis, um dos elementos mais sagrados de uma sociedade capitalista.

Os atuais modelos de organização da produção e os programas de reestruturação que têm sido implantados pelas empresas para enfrentar a crise, proporcionam uma maleabilidade muito maior do trabalhador coletivo, o conjunto formado pelos trabalhadores individuais ou parciais, tornando-o flexível e multifuncional, um grande avanço em relação ao modelo fordista. Desta maneira, mesmo com toda a automação dos processos produtivos, o capital pode recorrer, sempre que necessário, ao remanejamento dos trabalhadores que compõem o trabalhador coletivo, alterando a sua composição, aumentando ou reduzindo o seu tamanho, harmonizando mais rapidamente as suas partes, ao todo, sempre em função da obtenção do máximo lucro.

³⁰ Isto de acordo com as informações divulgadas pelas empresas, que se têm conhecimento.

5 - O Panorama Atual do Mundo do Trabalho

A globalização do capital é um processo que tem se intensificado nas últimas décadas, por meio, principalmente, da ampliação da abertura econômica e financeira dos países emergentes, que tem sido diligenciada pelo Capitalismo Monopolista de Estado, o qual busca se utilizar de sua superestrutura política e ideológica, para garantir novos mercados e oportunidades de investimentos lucrativos para os seus capitais.

Como se sabe, o desenvolvimento econômico e social é marcado pela destruição de velhas condições de produção e reprodução da sociedade, e pela criação de novas. A capacidade criativa do capitalismo vem produzindo, historicamente, novas roupagens para as suas relações de produção. É preciso tomar cuidado, porém, para não confundir isso com a criação de novas relações de produção, pois o que está sendo modificado são as suas formas, e não o seu conteúdo.

As mudanças provocadas pelas últimas reestruturações produtivas, promovidas pelo capitalismo, consequências direta de suas mais recentes crises econômicas, cada vez mais profundas e extensivas, têm gerado diferentes interpretações sobre as novas formas de organização da produção. Uma das mais comuns é a que compreende essa nova fase, caracterizada por formas de organização flexíveis, como uma fase “inovadora”, que tende a criar um elevado grau de cooperação e colaboração entre o capital e o trabalho, com o que se superariam as contradições inerentes ao capitalismo.

Essa visão, no entanto, enfatiza apenas a nova formatação gerada na organização dos elementos constituintes do capital e do trabalho, os quais assumiram uma nova roupagem, deixando de lado, contudo, o seu conteúdo, isto é, a relação de trabalho assalariado. Embora esta tenha assumido formas variantes, ela continua sendo a relação social de produção fundamental da sociedade contemporânea, sendo um equívoco a ideia de que as suas contradições estão em vias de serem superadas.

Essas novas formas que a relação de trabalho assalariado vem assumindo (especialização flexível, associação cooperativa envolvendo capital e trabalho, acordos flexibilizadores das leis trabalhistas, etc.), são responsáveis, em grande parcela, pelas modificações recentemente observadas no mundo do trabalho.

No mercado verifica-se a redução relativa dos salários, isto é, a redução da proporção dos salários no total da renda dos países, além da diminuição da atuação dos sindicatos e de

sua capacidade de negociação coletiva. Na produção se verificam formas de organização “novas e criativas” do trabalho e dos trabalhadores, com alto nível de maleabilidade da mão-de-obra, combinada com alta tecnologia, que proporciona automação e informatização do processo produtivo.

Nas condições de vida da classe trabalhadora, o que se vê, em geral, é uma piora provocada pela expansão do exército global de reserva, com a elevação do desemprego em nível mundial. Fator que pressiona os trabalhadores a aceitarem passivamente programas de reorganização, propensos a criar uma desregulamentação tácita dos seus direitos historicamente criados, conquistados e adquiridos. Desse modo, de um lado pioram as suas condições de trabalho, do outro, as suas condições de vida.

Este capítulo apresenta o quadro atual do mundo do trabalho em nível internacional e também o seu cenário no Brasil, examinando os principais dados e informações disponíveis para os últimos anos.

A elevação do nível de desemprego mundial e a consequente expansão do exército global de reserva, não significa que o nível de emprego não esteja crescendo. Novos postos de trabalho continuam sendo gerados, só que não em quantidade suficiente para absorver o total de indivíduos que periodicamente entram no mercado, em busca de uma oportunidade de trabalho, e o total de trabalhadores que perderam o seu emprego, ou pela falência das empresas nas quais trabalhavam, ou pela eliminação do seu posto de trabalho com a utilização de uma nova máquina, ou ainda pelo corte de custos. Há ainda os que são substituídos por força de trabalho nova, que, normalmente, está empenhada em demonstrar eficiência e competência, vigor que a velha força de trabalho já não possui mais, esgotada pelo consumo do capital.

Este descompasso entre o ritmo de crescimento do número de pessoas que entram no mercado em busca de trabalho, e o ritmo de crescimento de criação de novos empregos está crescendo, principalmente, em função da crise econômica que já provocou demissões em massa em vários países. De acordo com a OIT³¹, as mulheres continuam representando a maior parte das pessoas desempregadas, em regiões como o Oriente Médio, Norte da África e da Ásia-Pacífico, onde, do total de pessoas desempregadas, cerca de 80% são mulheres.

Outro aspecto importante a destacar é a repartição geográfica do emprego mundial, entre as diferentes regiões do planeta, a qual vem se alterando na última década, com as economias avançadas perdendo a sua participação no emprego mundial, para as economias

³¹ INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **World of Work Report 2008: Income Inequalities in the Age of Financial Globalization**, Geneva: ILO, 2008. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>.

emergentes. Neste período, a participação das economias avançadas, no emprego mundial, caiu de 17%, para, 15%, aproximadamente, enquanto que nas regiões da Ásia-Pacífico e da América Latina e Caribe, ela cresceu de 50%, para cerca de 66%³², aproximadamente.

Este dado é um indicador de perda da capacidade de geração de empregos das economias desenvolvidas, caracterizadas pela produção e utilização, relativamente maiores, de tecnologias avançadas e processos produtivos altamente intensivos em capital fixo. O trabalho vivo, responsável pela criação do excedente econômico e da riqueza, é repelido por este tipo de tecnologia, o que constitui mais uma das contradições inerentes ao sistema capitalista.

Em sua análise empírica do mundo do trabalho, a OIT observa que o crescimento da desigualdade de renda não está fortemente correlacionado às mudanças nas instituições trabalhistas, mas sim ao progresso técnico e à globalização, o que mais uma vez ratifica a validade contemporânea da lei geral da acumulação capitalista. A sua atuação hoje é muito maior, tanto em extensão, como em profundidade, em comparação ao período em que foi formulada por Marx.

Do lado das economias emergentes, que compõem as regiões da Ásia e da América Latina, isto aponta, em primeiro lugar, para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção em países como a Índia e a China, onde ainda sobrevive, com muito mais intensidade, modos de produção mais atrasados; e em segundo lugar, isto reflete a utilização de mão-de-obra barata e flexível, no sentido do mundo do trabalho, por parte de empresas multinacionais, que se aproveitam da pobreza elevada existente nesses países, para conseguir vantagens competitivas.

O panorama laboral para a América Latina e Caribe, descrito pela OIT, deixa claro que existe uma insuficiência de emprego decente³³ na região. As estimativas mostram que, em 2007, 58,6% do total de ocupados nas cidades eram trabalhadores informais, estando em condições precárias de trabalho. Os trabalhadores latino-americanos com empregos informais ganham, em média, 43% menos que os trabalhadores formais. Na Índia as pessoas que exercem ocupação informal recebem, em média, 45% menos do que as que possuem ocupação formal³⁴.

³² Ibid.

³³ A OIT define o ‘trabalho decente’ como aquele no qual os direitos dos trabalhadores estão protegidos, lhes proporcionado proteção social, igualdade, segurança e dignidade humana, estabelecendo as bases para um trabalho digno, que garanta aos trabalhadores os direitos humanos fundamentais.

³⁴ INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **Panorama Laboral 2008: América Latina y El Caribe**, Geneva: ILO, 2009. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>.

Isso significa que, aproximadamente 6 em cada 10 empregados urbanos exercem uma ocupação informal na região. Desse modo, o fato de regiões como a América Latina e a Ásia estarem registrando uma participação maior no emprego mundial, indica uma maior proporção de postos de trabalho informais no mundo do trabalho, refletindo a criação de postos de trabalho de baixa qualidade ou precários.

Entre 2006 e 2007, houve um ligeiro aumento do percentual de trabalhadores urbanos com cobertura da proteção social em saúde e/ou pensões na América Latina e Caribe, que passou de 60,8%, para 61%, o que significa que 39% dessas pessoas continuam sem nenhuma proteção social nessas áreas. O quadro é ainda pior quando se considera os trabalhadores por conta própria e familiares, segmento no qual 71,7% não possui nenhuma proteção social³⁵.

O exército global de reserva é formado por um conjunto heterogêneo de indivíduos, possuindo desde trabalhadores com elevado nível de qualificação até trabalhadores com muito pouca ou quase nenhuma qualificação. E, apesar de desempenhar funções econômicas importantes dentro do sistema, como pressionar os salários para baixo e compor uma verdadeira massa humana de trabalho vivo sempre a disposição do capital, ele possui custos sociais de manutenção elevados.

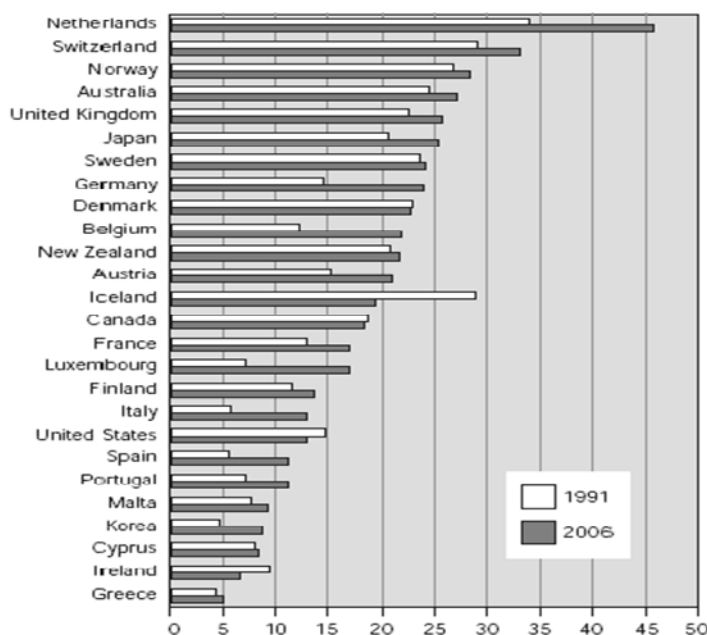
Estes custos assumem a forma de assistência e cobertura social em diversas áreas: educação, saúde, habitação, alimentação, etc. Quanto maior esse exército, tanto maior é o seu custo social, que não se expressa apenas no percentual do orçamento total dos governos que é usado para essa finalidade, mas também numa série de “patologias sociais”, como a fome, o pauperismo e a degradação das condições de vida de uma parcela considerável da população mundial. São fatores que ameaçam o funcionamento do organismo capitalista, criando dúvidas e insegurança.

Essas patologias precisam por isso ser combatidas, daí a necessidade das mais variadas formas de assistência. Entretanto, embora seja produzido pelo capitalismo, o custo direto do exército global de reserva, não é arcado apenas pelo capital, pois este transfere, por meio do Estado, esse custo para toda a sociedade, socializando-o, assim, com a classe média trabalhadora, que acaba tendo de arcar também com as despesas de manutenção de um grande contingente de desempregados.

Mas, o crescimento dos empregos de mais baixa qualidade, é algo que não se restringe apenas aos países latino-americanos, sendo observado também em países economicamente mais avançados, como mostra o gráfico 5.1.

³⁵ Ibid.

Gráfico 5.1 – Incidência do Emprego em Tempo Parcial: 1991-2006



Fonte: Extraído do Relatório: **World of Work Report 2008**

Nos últimos 15 anos, tem havido uma tendência de crescimento dos empregos em tempo parcial, com exceção de alguns poucos países, dos quais fazem parte Estados Unidos e Irlanda. Nações desenvolvidas como o Reino Unido, Alemanha, França e Japão, apresentaram um aumento na incidência de emprego em tempo parcial, que possuem salários mais baixos e menos benefícios. O gráfico 5.2 mostra que a incidência de emprego temporário também está crescendo nesses países, com exceção de alguns poucos como Estados Unidos, Noruega e Irlanda.

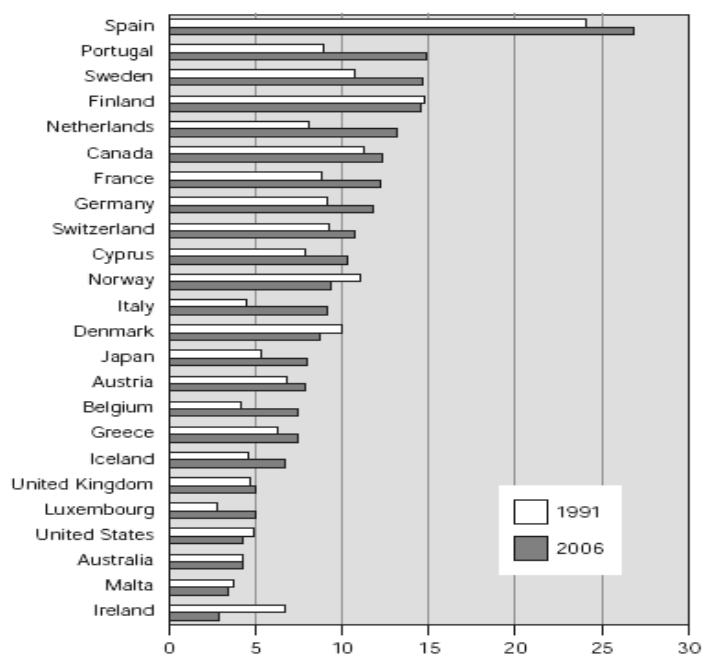
No mesmo período se observa a elevação no emprego temporário, destacando-se Portugal, Alemanha, Holanda e Itália, países que apresentaram um substancial aumento desse tipo de emprego. É importante notar que, nos países da Europa, os empregados temporários recebem salários, em média, 20% inferior em relação aos trabalhadores com emprego permanente³⁶.

Isto significa que também nos países economicamente avançados, estão sendo criados postos de trabalho de baixa qualidade, ou de qualidade inferior, comparativamente aos que se tinha a 20 ou 30 anos atrás, o que está, em grade medida, relacionado com o crescimento do

³⁶ Ibid.

desemprego, pois este exerce uma pressão negativa sobre os trabalhadores, levando-os a aceitação de empregos inferiores.

Gráfico 5.2 – Incidência do Emprego Temporário: 1991-2006



Fonte: Extraído do Relatório: **World of Work Report 2008**

A tabela 5.1 mostra as taxas de desemprego registradas nos últimos anos, nas diferentes regiões do planeta:

Tabela 5.1 – Taxa de Desemprego Mundial e por Regiões (%): 1998-2008

Total	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Mundial	6,3	6,4	6,2	6,3	6,4	6,5	6,4	6,3	6	5,7	5,9
Economias Desenvolvidas e União Européia	7,1	6,9	6,6	6,7	7,3	7,3	7,1	6,8	6,3	5,7	6,1
América Central e Leste Europeu (exceto UE e CIS)	12,4	12,7	10,8	10,3	10,1	10,1	9,9	9,4	9,1	8,4	9
Sudeste Asiático	4,7	4,7	4,5	4,5	4,4	4,3	4,2	4,2	4	3,9	4,3

Continua na página seguinte

Tabela 5.1 - Taxa de Desemprego Mundial e por Regiões (%): 1998-2008

Sul-Sudeste da Ásia e do pacífico.	4,8	5,1	5	5,8	6	6,2	6,4	6,4	6	5,4	5,4
Sul da Ásia	4,1	4,4	4,6	4,6	4,6	4,7	5,3	5,3	5,2	5	5
América Latina e Caribe	8,4	8,7	8,6	8,9	9,1	9,1	8,5	8,1	7,4	7,1	7,2
Oriente Médio	10,6	10	9,5	10,9	10,8	12,1	9,2	9,8	10,1	9,5	9
Africa do Norte	12,8	13,3	14,1	13,6	13,4	13,1	12,3	11,5	10,5	10,6	10
África-Subsariana	7,4	7,9	7,9	8,1	8,1	8,2	7,9	7,9	7,8	7,7	7,6
Homens	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Mundial	6,1	6,2	6,1	6,2	6,3	6,3	6,2	6,1	5,8	5,5	5,7
Economias Desenvolvidas e União Européia	6,6	6,5	6,2	6,4	7,1	7,2	6,9	6,6	6	5,5	6
América Central e Leste Europeu (exceto UE e CIS)	12,3	12,5	10,6	10,3	10,2	10,5	10	9,5	9,3	8,6	9,1
Sudeste Asiático	5,4	5,3	5,1	5,1	5	4,9	4,8	4,8	4,6	4,4	4,9
Sul-Sudeste da Ásia e do pacífico.	4,5	4,8	5	5,6	5,7	5,7	5,9	6	5,6	5,2	5
Sul da Ásia	3,9	4,3	4,5	4,5	4,5	4,5	5,1	5	4,8	4,7	4,7
América Latina e Caribe	6,8	7,1	7,2	7,4	7,6	7,5	6,8	6,5	5,9	5,7	5,7
Oriente Médio	9,4	8,8	8,5	9,6	9,5	11	8,1	8,5	8,9	8,6	8
Africa do Norte	11	11,6	12,3	11,6	11,4	11	10,1	9,2	8,4	8,6	8,1
África-Subsariana	7,2	7,3	7,5	7,6	7,6	7,7	7,5	7,5	7,4	7,3	7,2
Mulheres	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Mundial	6,6	6,7	6,4	6,6	6,7	6,7	6,8	6,7	6,3	6	6,2
Economias Desenvolvidas e União Européia	7,8	7,5	7,2	7,1	7,6	7,5	7,4	7,2	6,6	6	6,1
América Central e Leste Europeu (exceto UE e CIS)	12,5	12,9	11	10,4	9,9	9,7	9,7	9,3	9	8,2	8,8
Sudeste Asiático	3,9	3,9	3,7	3,7	3,6	3,5	3,5	3,5	3,3	3,2	3,6

Continua na página seguinte

Tabela 5.1 - Taxa de Desemprego Mundial e por Regiões (%): 1998-2008

Sul-Sudeste da Ásia e do pacífico.	5,2	5,4	4,9	6,1	6,6	6,9	7,1	7	6,6	5,8	5,9
Sul da Ásia	4,5	4,7	4,8	4,8	4,8	5	6	6,1	5,9	5,8	5,8
América Latina e Caribe	10,9	11,2	10,8	11,3	11,4	11,6	10,9	10,4	9,6	9,2	9,4
Oriente Médio	15,4	14,5	13,4	15,6	15,2	15,8	12,9	14,1	14	12,2	12,3
África do Norte	18	18,2	19,5	19,3	19,3	19	18,2	17,7	16	15,8	15
África-Subsariana	7,7	8,6	8,4	8,6	8,8	8,8	8,5	8,4	8,4	8,2	8,2
Adultos	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Mundial	4,7	4,7	4,6	4,7	4,8	4,8	4,8	4,7	4,5	4,2	4,4
Economias Desenvolvidas e União Européia	6	5,8	5,6	5,6	6,2	6,2	6,1	5,8	5,3	4,8	5
América Central e Leste Europeu (exceto UE e CIS)	10,4	10,8	9,2	8,7	8,4	8,3	8,2	7,8	7,4	6,8	7,4
Sudeste Asiático	3,5	3,6	3,4	3,4	3,4	3,3	3,2	3,2	3,1	2,9	3,3
Sul-Sudeste da Ásia e do pacífico.	2,5	2,5	2,5	3,5	3,1	3,4	3,5	3,4	3,2	3	2,8
Sul da Ásia	2,4	2,6	2,7	2,7	2,8	3	3,7	3,7	3,6	3,5	3,5
América Latina e Caribe	5,9	6,3	6,3	6,6	6,7	6,7	6,1	5,8	5,3	5,2	5,3
Oriente Médio	6,9	6,4	6,3	7,1	7	8,2	6,1	6,4	6,8	6,8	6,1
África do Norte	8,3	8,8	9,4	8,8	8,9	8,6	7,7	6,7	6,4	6,6	6,3
África-Subsariana	5,9	6,2	6,3	6,5	6,5	6,6	6,4	6,4	6,4	6,2	6,2
Jovens	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Mundial	12,3	12,7	12,5	12,7	13,1	13,1	13	13	12,5	11,9	12,2
Economias Desenvolvidas e União Européia	13,9	13,8	13,1	13,4	14,3	14,5	14,2	13,9	13	12,2	13,1
América Central e Leste Europeu (exceto UE e CIS)	22,6	22,3	19,4	18,9	19,1	19,7	19,1	18,5	18,9	17,5	18,1
Sudeste Asiático	9,5	9,5	9,3	9,3	9,2	9	9	8,9	8,7	8,4	9,2

Continua na página seguinte

Tabela 5.1 - Taxa de Desemprego Mundial e por Regiões (%): 1998-2008

Sul-Sudeste da Ásia e do pacífico.	12,7	13,7	13,3	13,9	16,2	16,2	17	17,9	17,2	14,8	15,6
Sul da Ásia	9	10	10,4	10,4	10,2	9,9	10,5	10,6	10,2	10,1	10,1
América Latina e Caribe	15,6	15,8	15,8	16,3	17	17,4	16,6	16,1	15,1	14,4	14,8
Oriente Médio	21,6	20,3	18,9	21,9	21,7	23,5	18,7	20,2	20,4	18,3	18,8
África do Norte	26,3	26,4	28,8	29,2	28,1	27,7	27,5	27,9	25	25,2	24,1
África-Subsariana	11,2	11,8	11,7	11,9	12,1	12,1	11,8	11,6	11,5	11,4	11,3

Fonte: OIT (Global Employment Trends Update, May 2009).

A taxa de desemprego mundial permaneceu relativamente constante até 2005, nos anos seguintes ela apresentou uma redução moderada, graças à fase de auge do ciclo econômico, que terminou no final de 2007, a partir daí ela voltou a subir, sendo esperada uma taxa entre 6,5% e 7,4%, em 2009 (ver anexo A). No período compreendido entre 1998 e 2008, verifica-se, em geral, uma redução moderada na taxa de desemprego. Nas economias desenvolvidas, a taxa de desemprego passou de 7,1%, em 1998, para 6,1%, em 2008, tendo alcançado a marca de 7,3% em 2002 e 2003, quando a economia mundial, ainda se recuperava da crise econômica de 2001.

A região da América Central e Leste Europeu foi a que apresentou a maior redução na taxa de desemprego entre 1998 e 2008, neste intervalo ela passou de 12,4%, para 9%, entretanto, essa região continua entre as que possuem as maiores taxas de desemprego do planeta. América Latina e Caribe, Oriente Médio e África do Norte, também estão entre as regiões que apresentaram queda na taxa de desemprego, neste período.

Por outro lado, no Sul-Sudeste da Ásia e do Pacífico, a taxa de desemprego subiu de 4,8%, para 5,4%, no mesmo período. Quando se observa apenas o Sul da Ásia, esse aumento da taxa de desemprego foi ainda maior, de 4,1%, para 5%.

Entre os homens, a taxa de desemprego mundial passou de 6,1%, em 1998, para 5,7%, em 2008. Com exceção do Sul-Sudeste da Ásia e do Pacífico e do Sul do Pacífico, onde a taxa de desemprego entre os homens apresentou crescimento, e da África-Subsariana, onde a esta taxa permaneceu estável, ao longo do período, nas demais regiões, a taxa de desemprego masculino caiu, entre 1998 e 2008.

Entre as mulheres, a taxa de desemprego mundial também registrou queda, passando de 6,6%, em 1998, para 6,2%, em 2008. Esta redução também foi observada na maioria das regiões, com exceção do Sul-Sudeste da Ásia e do Pacífico, do Sul da Ásia e da África-Subsariana, onde a taxa de desemprego feminino registrou crescimento.

Entre os adultos, a taxa de desemprego mundial, passou de 4,7%, para 4,4%. Mas uma vez houve queda na maioria das regiões, exceto no Sul-Sudeste da Ásia e do Pacífico, no Sul da Ásia e na África-Subsariana. Entre os jovens, a taxa de desemprego mundial se manteve praticamente inalterada no período, passando de 12,3%, em 1998, para 12,2%, em 2008. Novamente houve aumento apenas no Sul-Sudeste da Ásia e do Pacífico, no Sul da Ásia e na África-Subsariana.

Observa-se, portanto, que houve uma redução na taxa de desemprego na maioria das regiões do planeta, com exceção do Sul-Sudeste da Ásia e do Pacífico, do Sul da Ásia e da África-Subsariana, regiões onde a taxa de desemprego registrou crescimento em todos os segmentos da tabela: total, homens, mulheres, adultos e jovens.

Como já foi enfatizado, o fato do desemprego está crescendo, em termos absolutos, não significa que novos empregos não estejam sendo criados, a questão é que estas novas vagas de trabalho são de qualidade cada vez mais baixa.

Isto não quer dizer que esta tendência não possa ser revertida, ou que forças opostas a ela possam atuar no sentido contrário. Entretanto, os dados e informações das economias na atualidade, não apontam para essa reversão, mas sim para a sua continuidade, pois, como é conhecido na física, o vetor resultante de um conjunto de forças que atuam em sentidos opostos, será aquele que une a origem do vetor inicial com a extremidade do último.

Na economia, analogamente a física, a tendência resultante de um conjunto de forças que atuam em sentidos contrários é dada pelo seu somatório e, na etapa atual do desenvolvimento da sociedade capitalista, as forças de maior intensidade são as que atuam na direção do crescimento do nível global de desemprego. Embora o nível de emprego também continue crescendo, este crescimento se dá através da geração, principalmente, de postos de trabalho inferiores.

A tabela 5.2 ilustra um dos aspectos do crescimento na magnitude do desemprego mundial. Entre 1998 e 2008, houve uma elevação no total do desemprego registrado no mundo, e em todos os segmentos pesquisados pela OIT: total, homens, mulheres, jovens e adultos.

Tabela 5.2 – Desemprego no Mundo (milhões): 1998-2008

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	170,3	176,5	174,2	180,8	186,4	190,8	192,7	192,2	186,4	180,2	188,6
Homens	98,8	102,5	102,1	105,7	108,6	111	111,1	110,3	106,8	103,9	108,4
Mulheres	71,5	73,9	72	75,1	77,8	79,8	81,6	81,9	79,6	76,3	80,2
Jovens	70,6	73,3	72,2	74	76,6	77,1	77,4	78	75,4	72,5	75,2
Adultos	99,7	103,1	102	106,8	109,8	113,7	115,3	114,3	111	107,7	113,4

Fonte: OIT (Global Employment Trends Update, May 2009).

Durante esse período, o total de pessoas desempregadas no mundo, aumentou em 18,3 milhões. Entre os homens houve um aumento de 9,6 milhões, já entre as mulheres houve um crescimento de 8,7 milhões. Entre os jovens o aumento foi de 4,6 milhões, mas a maior expansão do número de desempregados, ocorreu entre os adultos, segmento que registrou um total de 13,7 milhões de pessoas a mais sem emprego. Isto significa que o número de demissões de trabalhadores adultos, foi quase três vezes maior que o número de demissões de trabalhadores jovens, neste período.

Outro aspecto desse fenômeno é a proporção de empregos vulneráveis no emprego total. O conceito de emprego vulnerável é definido pela OIT como um indicador que engloba os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores familiares, os quais são menos suscetíveis de realizarem acordos formais de trabalho, faltando-lhes cobertura de proteção social³⁷. A tabela 5.3 mostra o percentual desse tipo emprego entre 1998 e 2008.

Tabela 5.3 - Parcela de Empregos Vulneráveis no Mundo e por Regiões (%): 1998-2008

Total	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Mundo	53,1	51,7	51,7	51,5	51	50,7	50,4	49,4
Economias Desenvolvidas e União Européia	11,2	10,2	10,3	10,6	10,5	10,3	10,1	10,1
América Central e Leste Europeu (exceto UE e CIS)	20,9	22,1	22,2	22,3	21,2	21,1	20,4	19,1

Continua na página seguinte

³⁷ Para mais informações sobre este conceito ver: International Labour Office, **Global Employment Trends**, January, 2009, Geneva: ILO, 2009.

Tabela 5.3 - Parcela de Empregos Vulneráveis no Mundo e por Regiões (%): 1998-2008

Sudeste Asiático	61,6	57	56,6	56,7	56,5	56	56	53,4
Sul-Sudeste da Ásia e do pacífico.	63,5	64,9	64,8	63,2	62,7	62,4	62,1	61,1
Sul da Ásia	80,3	78,9	79,1	78,9	78,9	78,7	78	77,1
América Latina e Caribe	34	34,4	34,6	34,1	32,6	31,5	31	31,2
Oriente Médio	44,9	37,3	36,5	37,1	33,6	33,8	33,4	32,8
África do Norte	45,5	41,3	41,4	42,8	41,2	39,4	37,6	36,8
África-Subsariana	79,8	77,9	77,4	76,2	74,8	74,3	73,4	72,9
Homens	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Mundo	51,3	50,3	50,4	50,1	49,7	49,3	49	48,2
Economias Desenvolvidas e União Européia	11,7	11	11,1	11,7	11,6	11,4	11,3	11,2
América Central e Leste Europeu (exceto UE e CIS)	21,5	22,2	22,5	22,9	21,6	21,5	20,7	19,6
Sudeste Asiático	56,4	52,6	52,2	52,4	52,2	51,7	51,7	49,6
Sul-Sudeste da Ásia e do pacífico.	59,6	61,3	61,3	59,7	59,5	59,3	58,9	58
Sul da Ásia	76,7	75,9	76,3	75,9	75,9	75,6	74,9	74
América Latina e Caribe	34	34,6	34,9	34,2	33,3	32	31,5	31,6
Oriente Médio	42	33,8	33,1	34	30	29,7	29,6	29,1
África do Norte	42,4	39,2	38,2	38,1	36,4	34,3	32,6	31,6
África-Subsariana	75,3	73	72	70,3	68,7	68,3	67,5	67
Mulheres	1998	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Mundo	55,9	53,7	53,6	53,6	53,1	52,8	52,5	51,3
Economias Desenvolvidas e União Européia	10,5	9,2	9,2	9,2	9,1	8,8	8,7	8,6
América Central e Leste Europeu (exceto UE e CIS)	20,3	22,1	21,8	21,5	20,7	20,7	20,1	18,7

Continua na página seguinte

Tabela 5.3 - Parcela de Empregos Vulneráveis no Mundo e por Regiões (%): 1998-2008

Sudeste Asiático	67,7	62,2	61,7	61,8	61,5	61	61,1	58
Sul-Sudeste da Ásia e do pacífico.	68,8	69,9	69,7	68,2	67,1	66,6	66,7	65,5
Sul da Ásia	89,5	86,4	86,4	86,5	86,3	86,2	85,6	84,7
América Latina e Caribe	33,9	33,9	34,2	33,8	31,6	30,8	30,3	30,6
Oriente Médio	57,3	50,4	49,3	48,3	46,7	48,3	46,3	45,8
África do Norte	55,8	48	51,4	56,9	55,6	54,2	52,1	51,1
África-Subsariana	85,7	84,4	84,3	83,8	82,7	82,1	81	80,4

Fonte: OIT (Global Employment Trends Update, May 2009).

Vê-se que a proporção dos empregos vulneráveis no total do emprego mundial, diminuiu no período considerado, passando de 53,1% para 49,4%, apesar desta redução, isto significa que quase a metade do total de empregos no mundo, ainda são considerados vulneráveis. Este recuo pode estar sendo provocado pela redução dos trabalhadores familiares³⁸, com o avanço das relações capitalistas de produção em países como a China e a Índia.

Cabe aqui ressaltar, porém, que este indicador não engloba todas as pessoas que vivem em condições precárias de trabalho, pois ele não registra os trabalhadores formalmente empregados, mas que devido a crescente flexibilização perderam direitos de seguridade social e/ou tiveram suas condições de trabalho pioradas. Este indicador representa uma medida muito melhor de informalidade do que de degradação do trabalho, embora, também não retrate esta última com fidelidade, já que nem todos os trabalhadores por conta própria são informais.

Observa-se pela tabela 5.3, que houve uma redução no percentual de empregos vulneráveis em todas as regiões, entre 1998 e 2008, mesmo assim, este indicador continua elevado, principalmente no Sudeste Asiático (53,4%), no Sul-Sudeste da Ásia e do Pacífico (61,1%), no Sul da Ásia (77,1%) e na África-Subsariana (72,9%).

Entre os homens, o percentual de empregos vulneráveis é menor que entre as mulheres, apesar da diferença entre ambos ter diminuído ao longo dos anos. O Sul da Ásia é a

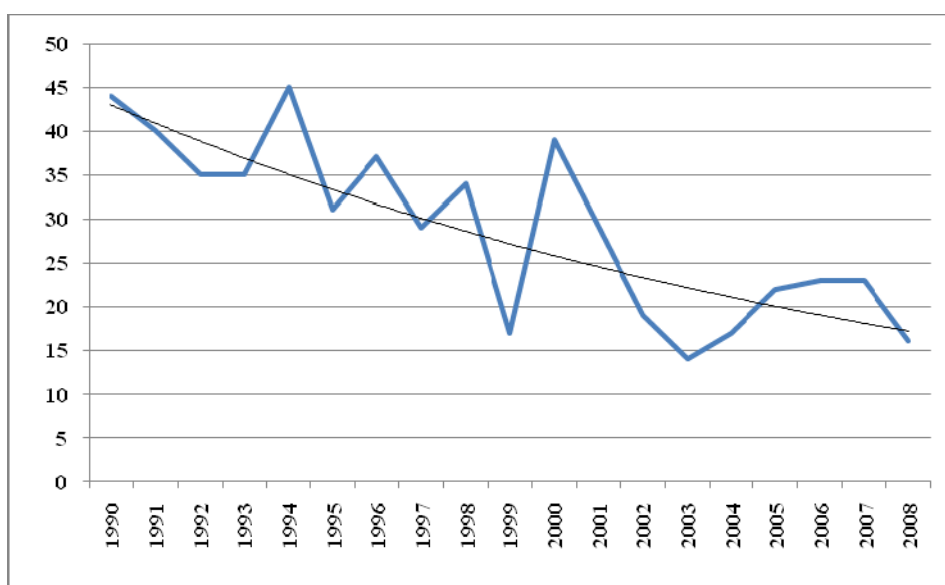
³⁸ Aqueles que trabalham para o auto-consumo.

região com o maior percentual de empregos vulneráveis no mundo, tanto para os homens (74%), como para as mulheres (84,7%).

A proporção elevada do emprego vulnerável e ainda maior de trabalho degradado, poderia suscitar a resistência e a reação da classe daqueles que vivem do trabalho. No entanto, este mesmo processo desencadeado pelo desenvolvimento da acumulação capitalista, acaba por ampliar a submissão do trabalho ao capital, contendo o ímpeto reivindicativo dos trabalhadores.

A “conformação” da classe trabalhadora e a redução da sua capacidade de contestação do estado de coisas vigente, se expressam de várias formas, dentre as quais se destaca a redução no grau de sindicalização, em várias nações; a queda do número de greves, fato que vem ocorrendo em vários países; e a significativa diminuição do poder de barganha dos sindicatos. Os gráficos 5.3, 5.4 e 5.5, a seguir, mostram como retrocedeu o número de greves e bloqueios anuais, ocorridas nos Estados Unidos, Canadá e Japão, respectivamente.

Gráfico 5.3 – Total de Greves e Bloqueios³⁹ nos Estados Unidos: 1990-2008



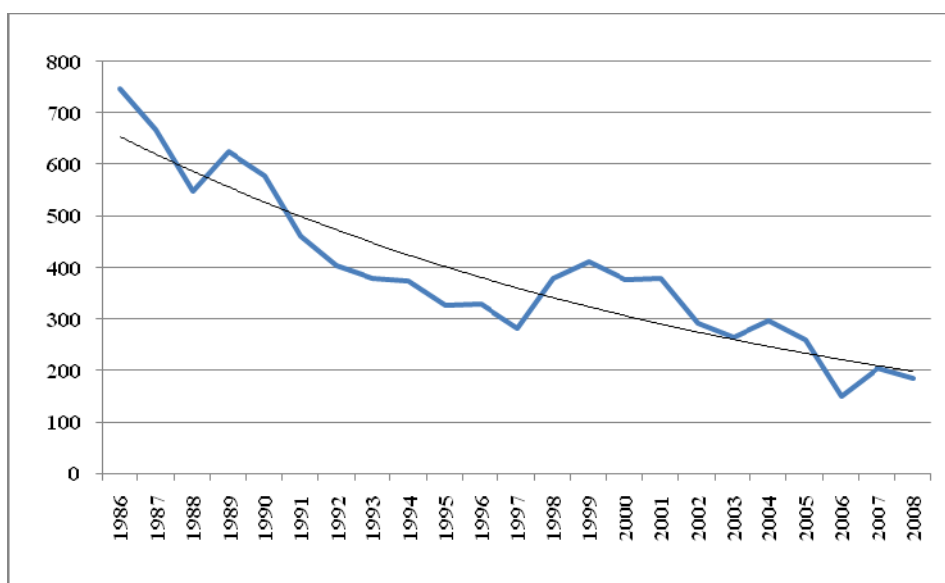
Fonte: OIT

³⁹ De acordo com a OIT: A greve é uma paralisação temporária, por um ou mais grupos de trabalhadores, com o objetivo de reforçar exigências ou apresentação de queixas, ou apoiar os outros trabalhadores em suas demandas ou queixas. Já um bloqueio é um encerramento total ou parcial de um ou mais locais de trabalho, ou a suspensão das atividades normais de trabalho dos empregados, por um ou mais empregadores, com o objetivo de reforçar exigências ou apresentação de queixas, ou o apoio de outros empregadores, em suas demandas ou queixas. (International Conference of Labour Statisticians, Geneva, 1993).

O gráfico 5.3 mostra que nos últimos 18 anos, o número de greves e bloqueios nos Estados Unidos, vem diminuindo consideravelmente. Em 1990 foram registradas 44 greves e bloqueios, enquanto que em 2008 registrou-se apenas 16, isto corresponde a uma redução de aproximadamente 75% no total de greves e bloqueios, durante este período. Esse dado indica um menor poder dos sindicatos, no que se refere à organização de formas de resistência às imposições do capital.

É importante deixar claro aqui, que essa constatação não implica em nenhum juízo de valor, a respeito das formas de resistência e protesto dos trabalhadores. A observação histórica deixa transparecer que essas formas estão sendo ultrapassadas, trazendo poucos ganhos e enorme desgaste a classe trabalhadora e a sua coesão. No entanto, ela continua se constituindo a principal forma de resistência liderada pelos sindicatos, e a sua atenuação, exatamente por isso, demonstra um menor poder de resistência destes, diante do capital.

Gráfico 5.4 – Total de Greves e Bloqueios no Canadá: 1986-2008⁴⁰



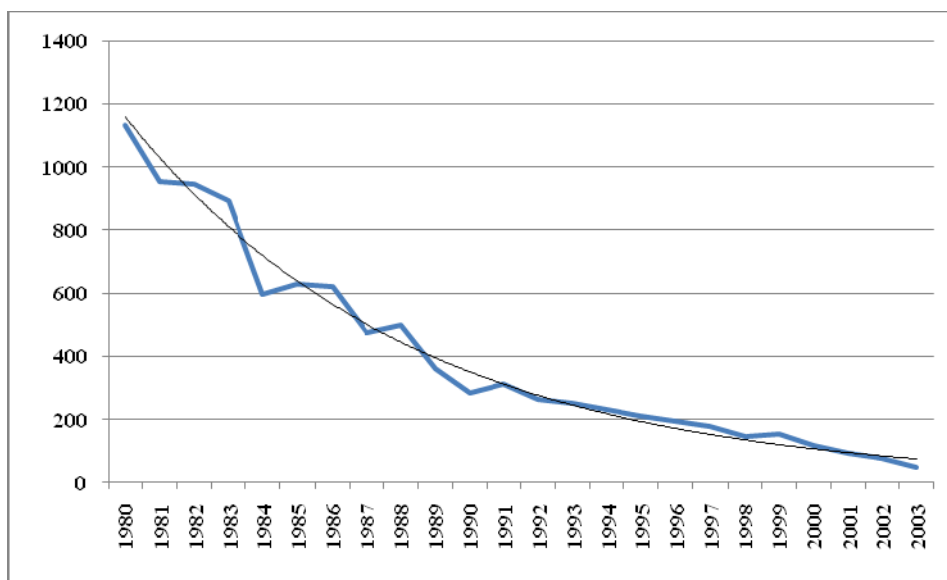
Fonte: OIT

O número maior de informações disponíveis em relação ao Canadá, permite perceber que a redução no número de greves e bloqueio foi ainda maior, passando de 748, em 1986, para 187, em 2008, o que representa uma diminuição de 75%. No Japão, no período que vai

⁴⁰ O período analisado para cada país, nesse quesito, não foi o mesmo devido à ausência de informações quando se considera o mesmo intervalo de tempo.

de 1980 a 2003, também ocorreu uma drástica redução neste indicador, caindo de um total de 1133 para 47 (gráfico 5.5).

Gráfico 5.5 – Total de Greves e Bloqueios no Japão: 1980-2003



Fonte: OIT

Em todos os três casos, a tendência apontada é de amortecimento no ritmo de queda desse número. Nos Estados Unidos ele já é bem pequeno, comparado aos demais países, diferença expressa na escala do gráfico 5.3. É provável que a crise econômica atual tenha contribuído para amaciá-la.

As novas formas que a relação de trabalho assalariado assumiu, sobretudo através dos acordos “flexibilizadores” entre sindicatos e empresas, modificaram o comportamento do seu conteúdo, vale dizer, da relação social de produção estabelecida entre capitalistas e trabalhadores, mantendo e ampliando a submissão material do trabalho ao capital e, estabelecendo também a submissão ideológica deste em relação àquele.

Dessa maneira, prevaleceu, nos últimos anos, até mesmo dentro dos sindicatos, a ideologia capitalista entre os trabalhadores, não num sentido restrito, mas sim num sentido amplo. Ou seja, foram assumidas posturas complacentes, quando não subservientes, que visaram satisfazer interesses particulares de sindicalistas, muitas vezes envolvendo a obtenção de vantagens financeiras, por meio dessa entidade que é o sindicato. Alguns autores classificam isso como uma crise do sindicalismo, algo que se observa em nível mundial. Alves (2005) explica esta crise argumentando que o seu cerne essencial é a incapacidade do

sindicalismo, ou sua limitação de ordem estrutural, de preservar o seu poder político, mediante a nova ofensiva do capital na produção, e do mundo do trabalho precarizado.

No capitalismo, o desenvolvimento das formas de organização da produção acaba por promover e ampliar a separação entre a função e a propriedade do capital⁴¹. Decorre também daí o desenvolvimento da organização dos trabalhadores em sindicatos, que com o seu avanço separa a base sindical de sua direção, algo que se assemelha a separação da função e da propriedade do capital. A direção sindical exige, cada vez mais, uma gama maior de conhecimentos (econômico, político, técnico e burocrático), passando a ganhar autonomia em relação à base sindical, desenvolvendo uma escala hierárquica.

Todos esses fatores em conjunto, acabam levando a fragmentação da classe trabalhadora em diferentes categorias, fragmentando também os seus interesses. Com isso, os sindicatos passam a se transformar em entidades organizadas para garantir os interesses, fundamentalmente econômicos dos seus membros, de tal maneira que os interesses individuais, acabam se sobrepondo aos interesses coletivos que existem entre eles, enquanto classe social.

A submissão ideológica do trabalho ao capital passa pela captura da consciência de classe⁴², e introjeção progressiva da ideologia capitalista nos trabalhadores, consolidando a subordinação das suas idéias à lógica capitalista. A crise econômica traz elementos (de negação) que podem alterar esse quadro, nos próximos anos, embora, até o momento existam poucas evidências nessa direção.

Portanto, a crise do sindicalismo, como ação representativa do movimento operário, se deve a fatores objetivos e subjetivos. Os fatores objetivos são formados pela expansão do exército global de reserva e a força coercitiva que este exerce sobre os trabalhadores; e a degradação do trabalho e suas condições de efetivação. Os fatores subjetivos são compostos pela captura da consciência de classe dos trabalhadores, por parte do capital; e a fragmentação de interesses, por ela provocada.

Durante o processo de implantação dos modelos flexíveis de produção, diversas modalidades de pagamento salarial foram introduzidas como a “participação nos lucros e resultados” e o “bônus de produtividade”, que funcionam como elementos “motivacionais” e estimulantes. Tal fato contribui para criar a imagem de uma aparente tendência de substituição da relação trabalho assalariado, por outro tipo de relação não antagonica.

⁴¹ A sua função de organizar e dirigir a produção é entregue nas mãos de trabalhadores qualificados para essa tarefa, libertando-se o capitalista dessa função, ficando apenas com a propriedade do capital.

⁴² No sentido de consciência de classe em si e para si. Para uma análise desse conceito ver: MARX, 2004.

Nesta perspectiva, essas novas modalidades de pagamento salarial, são apenas variantes das velhas formas de salário, mais precisamente do salário por tempo e do salário por peça produzida. Essas modernas denominações, ao vincularem o salário a termos como “participação nos lucros” e “bônus de produtividade”, estimulam os trabalhadores a aumentarem a intensidade do seu trabalho, pois elas passam a ideia de que toda a sua produção adicional será recompensada, em termos monetários.

Mas não é apenas a forma de pagamento salarial que ganha novas roupagens com o emprego de métodos remodelados para a extração de mais trabalho, e com a utilização de novos termos para descrevê-las. O próprio termo usado para designar o trabalhador assalariado, dentro do processo produtivo, vem sendo modificado com o desenvolvimento das formas de organização da produção, no capitalismo.

Desse modo, o termo “operário”, de comum utilização no século XIX, foi sendo substituído por outros, ao longo do tempo. Marcado por diversos episódios de conflito e tensão entre trabalhadores e capitalistas, ele acabou dando lugar a expressões mais suaves, como “empregado” e “funcionário”, que soam de maneira menos agressiva. Mais recentemente o termo “colaborador”, ganhou destaque na linguagem do mundo dos negócios, pois além de funcionar como um eufemismo no discurso empresarial, ele faz com que o trabalhador se sinta parte integrante da empresa, com a qual deve atuar sempre em cooperação.

Toda essa aparência está apoiada na forma monetária que a relação de trabalho assalariado assume, e na nomenclatura que é utilizada para descrevê-la, no entanto, ela mascara a sua essência, dando a impressão de que o trabalho assalariado deixou de constituir a base da relação entre capitalistas e trabalhadores.

Dentro da teoria da regulação, a relação salarial é tida como uma das principais formas institucionais da estrutura, responsável pela regulação do sistema econômico. (FARIA, 2001). Atualmente, existe a possibilidade de realização de acordos entre sindicatos e empresas, com certa autonomia em relação ao Estado e às normas jurídicas criadas para regulamentar o “mercado de trabalho”. Cria-se assim, em cada caso, uma regulamentação própria, normalmente temporária, para regular esses acordos.

Logo, sob esta perspectiva, poder-se-ia dizer que, o que se modificou foi esta forma institucional de regulação da estrutura, que é a relação de assalariamento, regulada agora mais diretamente pelo capital e menos diretamente pelo Estado.

O desenvolvimento do domínio e controle do capital sobre toda a produção social, consolida a submissão ideológica do trabalho ao capital e subordina todo tipo de trabalho qualificado, em particular o trabalho científico, aos seus interesses. O progresso material da humanidade caminha lado a lado com o conhecimento científico, numa relação de interatividade e diálogo, na medida em que evolui o seu modo de produzir e a sociedade se torna mais complexa. Novos problemas passam a surgir, novas questões são colocadas, exigindo reflexão e alterando, muitas vezes, as idéias que se tinha, até então, sobre determinado aspecto da vida ou do mundo, como já percebera Russell, afirmando que “uma das mais dolorosas consequências dos avanços recentes da ciência é que a cada nova descoberta ficamos sabendo menos do que achávamos que sabíamos.” (RUSSELL, 2001, p. 133).

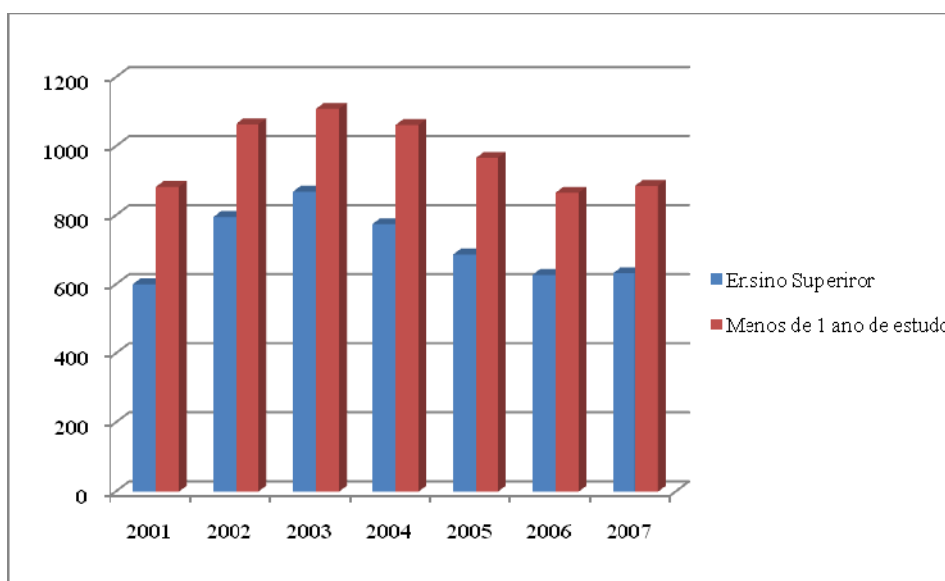
O avanço transcendente da produtividade social do trabalho, no capitalismo, permitiu a sociedade, que uma parcela notável de sua população se dedicasse exclusivamente ao trabalho científico, produzindo idéias e inovações⁴³, quase sempre objetivando o lucro. Esse mesmo processo tem exigido um grau de qualificação sempre maior por parte dos trabalhadores em geral, pois não basta apenas criar robôs autômatos e implantar tecnologias sofisticadas e informatizadas na produção. É preciso também força de trabalho qualificada para controlar e reparar todos esses equipamentos.

Nesse contexto, o nível de qualificação da força de trabalho está aumentando, não por acaso, visto que isso representa uma necessidade objetiva do sistema capitalista. Essa maior qualificação, contudo, não resulta em uma garantia de trabalho, sobretudo, nos países emergentes. Nos Estados Unidos, o desemprego entre os indivíduos com ensino superior e entre os que possuem apenas um ano de estudo, tem apresentado o mesmo comportamento, como mostra o gráfico 5.6.

Durante o período que compreende 2001 a 2007, o desemprego variou seguindo o mesmo movimento nos dois segmentos, com a diferença de que no segmento das pessoas com apenas um ano de estudo, o nível de desemprego é mais elevado em relação ao segmento dos que possuem ensino superior. Essa constatação já era esperada, devido às formas de organização flexíveis da produção, que exigem força de trabalho qualificada e capaz de se adaptar a mudanças de ordem tecnológica e acompanhar o seu ritmo de evolução.

⁴³ O fato do crescimento da riqueza vir sendo propiciado pelo surgimento de novas idéias na contemporaneidade, não significa que a sua produção tenha origem imaterial, pois estas idéias inovadoras são criadas para tentar solucionar ou amenizar algum problema real, objetivo e concreto já existente, suscitando novas investigações, que vez por outra, redundam em soluções criativas. A riqueza, por isso continua sendo originada por uma base material, da qual o trabalho, em geral, e o trabalho científico, em particular, constituem o núcleo central.

Gráfico 5.6 – Desemprego nos EUA entre Pessoas com Ensino Superior e Um ano de Estudo (Mil): 2001-2007



Fonte: OIT

Mas existe no mercado, ainda, milhares de trabalhadores qualificados, que passaram parte considerável de suas vidas estudando e se capacitando, mas que não encontraram uma vaga de trabalho, mesmo em países economicamente avançados como os Estados Unidos, fato que fragiliza uma das conclusões centrais da teoria do capital humano, qual seja: um incremento na educação aumenta a capacidade cognitiva dos agentes, gerando maior produtividade e elevando os seus rendimentos futuros. Esta conclusão é frágil porque pressupõe a existência de vagas de trabalho no mercado à disposição de pessoas qualificadas, só que, como se pode perceber, estas são determinadas, fundamentalmente, pelo ritmo de acumulação de capital e pelo modo como ela se processa, isto é, a forma de organização da produção, sendo a educação apenas um fator auxiliar na busca por trabalho.

É o desenvolvimento da divisão social e da produtividade que determina, prioritariamente, a elevação do grau de qualificação da força de trabalho. Acontece que, como em qualquer relação dialética, o maior grau de qualificação age de volta impulsionando o desenvolvimento da produtividade social do trabalho e, portanto, da produção de riqueza. Ocorre então, nesse caso, que, com o progresso econômico, causa e efeito alteram sua posição, alternando-se ao longo do tempo, aquilo que hora é causa e aquilo que hora é efeito.

Os modelos atuais de organização da produção buscam absorver ao máximo, o conhecimento e o “saber fazer” dos trabalhadores, utilizando-os para aprimorar e aumentar a eficiência do processo produtivo e do funcionamento da empresa. Para isso algumas

ferramentas interativas foram criadas, sendo a principal delas o chamado “banco de idéias”. O banco de idéias funciona como uma caixa de sugestões, cujo principal propósito é a melhoria dos processos, produtos e serviços da empresa, permitindo também o surgimento de propostas no sentido de melhorar a relação entre capital, trabalho e consumidores.

Este instrumento constitui, assim, mais uma forma de extrair trabalho adicional dos empregados, sem pagar nada por isso. Essas sugestões e idéias podem ser postadas pelos funcionários em suas próprias casas, por meio da internet, nos *sites* e ambientes virtuais criados especialmente para esse fim. Além da submissão ideológica ao capital, os empregados são levados a colaborar com o banco de idéias, na tentativa de criar um ambiente melhor de trabalho.

Dessa maneira, o capitalismo não precisa mais recorrer ao prolongamento da jornada de trabalho dentro da empresa, embora não deixe de fazê-lo, principalmente em países economicamente atrasados, estendendo-a agora para além dos seus espaços físicos e do período de duração do dia normal de trabalho, ampliando a extração de trabalho tanto no tempo, como no espaço.

As idéias e propostas que os trabalhadores sugerem “voluntariamente”, têm rendido bons resultados para as empresas. De acordo com Souza e Yonomine (2002), na Toyota, em apenas um ano, 859.039 sugestões de melhorias foram apresentadas pelos seus 48.757 empregados⁴⁴, sendo que 94% delas foram aproveitadas. Conforme as autoras, os auditores da Toyota estimam que essas sugestões trouxeram um ganho anual de US\$ 30 milhões. Isto mostra a capacidade de reflexão e criação de soluções por parte dos trabalhadores, idéias que surgem a partir de problemas reais existentes e, exemplifica o modo pelo qual o capital absorve e se apropria das idéias resultantes da capacidade intelectual da força de trabalho. Incorporando tais “idéias produtivas”, o capital as apresenta como suas, na medida em que elas promovem o aumento da produtividade do trabalhador coletivo, o seu elemento subjetivo, uma inversão, portanto, da relação sujeito-objeto.

O quadro contemporâneo do mundo do trabalho apresenta um cenário complexo de alterações e transformações, com diferentes nuances nas formas aparentes em vários dos seus aspectos, diferenças sutis, mas que, em contrapartida, exigem uma análise aprofundada. Nos países emergentes evidenciam-se as múltiplas faces do mundo do trabalho, como o crescimento relativo do emprego, mas em postos de trabalho de baixa qualidade, que oferecem poucas garantias e benefícios aos trabalhadores.

⁴⁴ As autoras não informam em qual de suas fábricas isto ocorreu.

É em meio a esse quadro, permeado por antinomias, cuja complexidade abre margens para a formulação de diferentes conjecturas a respeito do mundo do trabalho, que a OIT lança um conjunto de medidas para tentar combater, o que chama de “crise global do emprego”, denominado de Pacto Mundial Para o emprego⁴⁵.

O Pacto Mundial Para o Emprego está inserido na “agenda para o trabalho digno⁴⁶”, no âmbito dos compromissos da OIT com o mundo do trabalho. A análise de algumas das suas principais diretrizes é de grande importância, pelo fato destas expressarem a visão da instituição sobre a crise econômica, e a maneira como ela pretende combater os impactos da crise, sobre a classe trabalhadora.

Dentre as medidas necessárias para combater o que denomina de “crise assente no trabalho digno”, a resolução formulada na Conferência Geral da OIT⁴⁷, propõe que:

A nossa resposta deverá contribuir para uma globalização justa, uma economia mais respeitadora do ambiente e um desenvolvimento que crie mais emprego e empresas sustentáveis, que respeite os direitos dos trabalhadores, promova a igualdade entre homens e mulheres, proteja as pessoas vulneráveis, ajude os países a fornecerem serviços públicos de qualidade e que lhes possibilite concretizar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **Ultrapassar a Crise: Um Pacto Global para o Emprego**, 2009, p. 1).

Ao falar em “globalização justa”, “respeito aos direitos dos trabalhadores” “desenvolvimento que crie mais emprego e empresas sustentáveis”, fica claro, portanto, que a OIT propõe outro tipo de desenvolvimento econômico, bem diferente daquele que normalmente se conhece no capitalismo. Uma vez que este é marcado pela globalização das contradições econômicas e sociais, pela violação, em muitos momentos, dos direitos trabalhistas, e pelo desrespeito notável ao meio ambiente, com o desperdício de recursos naturais.

Em outras palavras, o que o Pacto para o Emprego propõe, é algo que vai muito além da criação acelerada de mais postos de trabalho, com melhor qualidade. Mais do que isso, ele propõe o que se poderia chamar de “uma globalização socialmente justa”. Uma globalização que se preocupe com a proteção social dos indivíduos, incluindo, dentre outras coisas,

⁴⁵ INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **Ultrapassar a Crise: Um Pacto Global para o Emprego**. Tradução da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, Lisboa: ILO, 2009. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/portuguese/region/eurpro/lisbon/pdf>>. Acessado em: 31 jan. 2010, 09:44.

⁴⁶ Os termos ‘trabalho digno’ e ‘trabalho decente’ foram desenvolvidos pela OIT, ver nota de rodapé 33.

⁴⁷ Conferência Internacional do Trabalho, realizada em junho, na cidade de Genebra.

transferência de renda para os mais pobres, acesso a serviços de saúde e qualidade para todos e garantias de cumprimento dos direitos e normas do trabalho.

Para promover o desenvolvimento com progresso social, a resolução da OIT destaca alguns princípios que precisariam ser adotados urgentemente, para garantir a sustentabilidade da recuperação econômica, como:

[...] conceder uma atenção prioritária à proteção e ao crescimento do emprego através de empresas sustentáveis, de serviços públicos de qualidade e o desenvolvimento de uma proteção social adequada para todos no quadro da ação nacional e internacional atualmente em curso para contribuir para a retomada e o desenvolvimento. As medidas deveriam ser implementadas rapidamente e de forma coordenada; [...] (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **Ultrapassar a Crise: Um Pacto Global para o Emprego**, 2009, p. 2).

Percebe-se que o documento utiliza indiretamente, em seu discurso, o clichê do “desenvolvimento sustentável”, muito em voga atualmente, sugerindo uma atenção especial não só para a proteção social, mas também para as “empresas sustentáveis”, aquelas que, em tese, possuem responsabilidade ambiental.

Embora pomposo, do ponto de vista audível, o discurso do desenvolvimento sustentável, possui uma série de inconsistências, sendo a principal delas, a defesa do princípio da racionalização, no que se refere à utilização dos recursos naturais. Isto é incongruente com a lógica de expansão capitalista, baseada na exploração econômica de tudo aquilo que possa servir de matéria-prima para a produção de riqueza, o que não significa que este princípio não possa ser implantado, mediante a criação de normas e leis. Mas estas não são suficientes para modificar a natureza do capital. Fazer com que elas sejam respeitadas, é uma difícil tarefa, como prova a exploração de madeira na Amazônia. Apesar de toda a legislação e fiscalização introduzidas, ela continua sendo realizada de maneira ilegal e predatória.

Para acelerar a recuperação do “mercado de trabalho”, o documento da OIT sugere a ampliação das chamadas políticas ativas de “mercado de trabalho”, que devem ajudar a quem procura trabalho:

[...] melhorando as competências e aumentando os recursos à disposição dos serviços públicos de emprego, para que aqueles que procuram emprego possam se beneficiar de um apoio adequado e, quando o consigam através de agências de emprego privadas, garantindo que lhes são fornecidos serviços de qualidade e que os seus direitos são respeitados; e implementando programas de formação profissional e de desenvolvimento de competências empresariais tanto para trabalhadores por conta própria e assalariados. [...] (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **Ultrapassar a Crise: Um Pacto Global para o Emprego**, 2009, p. 3).

Medidas como essas, de fato, ampliam, em alguma medida, as chances dos desempregados encontrarem trabalho, mas elas não alteram em nada a tendência de eliminação de postos de trabalho, decorrente do progresso tecnológico. Por isso, os efeitos positivos que elas poderiam trazer para a geração de empregos, são reduzidos.

Para limitar essa eliminação de postos de trabalho, que, conforme foi mostrado, se acentua nos períodos de crise econômica, o referido documento, desta vez, propõe a implementação de um quadro de “diálogo social” permanente entre sindicatos, empresas e governos. A ideia é a de que o desenvolvimento desse instrumento de negociação é capaz de aperfeiçoar as respostas de combate a crise, e garantir o respeito às normas do trabalho.

O grande problema dessa proposta, é que o “diálogo social” não faz parte da linguagem do capital, e mesmo quando este o incorporou, como aconteceu durante os anos dourados do capitalismo, no imediato Pós-II Guerra Mundial, o fez com o objetivo de manter um nível de demanda efetiva, compatível com o ritmo de acumulação de capital. Da mesma maneira, se o ritmo de acumulação exigir cortes de vagas de trabalho para reduzir custos, o capital o fará, não lhe interessando qualquer tipo de diálogo que não seja o econômico.

Portanto, de certo modo, o que a OIT propõe com esse conjunto de medidas, é um retorno ao capitalismo do *Welfare State*, que, por cerca de duas décadas, promoveu a melhoria do bem-estar social, principalmente na Europa, mas que acabou encontrando seu fim, com as crises econômicas ocorridas na década de 1970. Nesse período, as crises restauraram violentamente as contradições que haviam sido reprimidas pelas medidas de política econômica, contradições que muitos pensavam que haviam sido superadas.

É importante lembrar que essa fase de acelerado crescimento econômico, acompanhado de significativa melhoria no bem-estar social, esteve fundamentada na reconstrução de parte da Europa, destruída pela Guerra, a qual abriu novos espaços e oportunidades de investimentos lucrativos, e pela existência do sistema econômico soviético, que ameaçava a hegemonia do capitalismo, circunstâncias específicas que não existem mais. Atualmente as condições econômicas na Europa e no mundo, são bem diferentes.

Chama a atenção ainda, a medida sugerida pelo documento para “compatibilizar” a especulação financeira, com os interesses da população, no caminho para uma “globalização justa”:

Instaurar um quadro de regulamentação e de controle mais sólido e mais coerente a nível mundial para o sector financeiro, de forma a poder servir os interesses da economia real, favorecer as empresas sustentáveis e o trabalho digno e proteger melhor as poupanças e as pensões das pessoas [...].

(INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **Ultrapassar a Crise: Um Pacto Global para o Emprego**, 2009, p. 3).

Pretender fazer com que o capital financeiro sirva aos interesses do capital produtivo, constitui uma tarefa bastante complexa, dado que o primeiro é a forma predominante do capital, no estágio atual do desenvolvimento capitalista, controlando grande parcela do setor produtivo e subordinando-o aos seus interesses. Isto é, fazendo com que este tenha de produzir mais excedente econômico, diante da sua necessidade de remuneração. A própria OIT constatou que:

A large share of the increase in profits has accrued to the financial sector – the financial sector’s share of total corporate profit reached 42 per cent before the crisis, up from about 25 per cent in the early 1980s. And the profits of non-financial firms serve more to pay dividends rather than invest in the real economy. During the 2000s, less than 40 per cent of profits of non-financial firms in developed countries were used to invest in physical capacity, which is 8 percentage points lower than during the early 1980s. (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **World of Work Report 2009**, 2009, p. ix).

Mais difícil do que tentar “compatibilizar” os interesses do capital financeiro com os interesses do capital produtivo, é fazer com que o primeiro favoreça os trabalhadores, no sentido de protegê-los com algum tipo de cobertura financeira, como pretende a OIT. Qualquer tipo de regulamentação que atue nessa direção reduzirá a sua rentabilidade, e esperar alcançar esse objetivo, no capitalismo financeiro, é algo tão utópico quanto à solução sugerida por Fourier para os problemas sociais do capitalismo do século XIX.

Segundo Brue (2005), a proposta de Fourier estava baseada na criação de comunidades organizadas em cooperativas⁴⁸, nas quais a repartição da produção seria feita de acordo com o trabalho de cada um, projeto este que ele esperava que fosse financiado por capitalistas, os quais também teriam direito a uma parte da produção. Fourier não encontrou nenhum capitalista filantropo para financiar o seu projeto, tal como os rentistas de hoje, muito provavelmente, não estarão dispostos a abrir mão de sua elevada remuneração, para “favorecer” (financiar), o trabalho digno.

Cabe aqui a seguinte observação: enquanto a base econômica da sociedade for constituída pelo modo de produção capitalista, a conquista desse tipo desenvolvimento socialmente justo, almejado pela OIT, é muito pouco provável e, como a crise econômica é uma lei do sistema capitalista, mesmo que este tenha início, não será “sustentável” por longo

⁴⁸ Essas comunidades eram chamadas de falanstérios ou falanges.

período de tempo. A grande evidência disso é que nem mesmo a ONU, instituição com a qual a OIT pretende colaborar para implementar esse conjunto de medidas, foi capaz de alcançar essa meta. Passados mais de 64 anos desde a sua criação, os problemas que ensejaram a sua fundação continuam a espera de soluções.

Conforme Silva (2010): “os três grandes pilares que pautaram a sua criação – a consolidação da paz, o fim da fome e o convívio sustentável entre desenvolvimento e natureza – persistem como agendas em aberto.” (SILVA, 2010, s. p.). Em 2000, 191 países se comprometeram, oficialmente, em unir esforços para atingir o que ficou conhecido como “objetivos de desenvolvimento do milênio”, dentre os quais está a redução pela metade, até 2015, do percentual de habitantes do planeta que passam fome⁴⁹. Mas de acordo com o próprio Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), “se o ritmo de progresso atual continuar, o primeiro objetivo não será cumprido: em 2015 ainda haverá mais de 30 milhões de crianças abaixo do peso no sul da Ásia e na África.”⁵⁰

Segundo Silva (2010), para erradicar a fome seriam necessários US\$ 44 bilhões por ano, uma quantia pequena se comparada aos US\$ 11,9 trilhões, gastos em apenas dois anos, para salvar bancos e instituições financeiras da falência, em meio à crise. Para o autor persistindo a fome, nenhum dos demais objetivos de desenvolvimento do PNUD será alcançado.

O Pacto Mundial para o Emprego, portanto, é extremamente ambicioso quando propõe um conjunto de medidas de política econômica e ações, que visam um desenvolvimento socialmente mais justo, através da colaboração conjunta dos países, com o apoio das Nações Unidas. E, embora a probabilidade de muitas dessas medidas propostas pela OIT serem implementadas com o sucesso desejado, seja pequena, em bases capitalistas, elas são importantes e, do ponto de vista do mundo do trabalho, é preferível que elas sejam adotadas. Contudo, é preciso analisá-las com cuidado, verificando até que ponto elas são compatíveis com a lógica de acumulação capitalista.

Antes de passar para a seção seguinte, é oportuno fazer aqui uma observação de caráter geral: as múltiplas faces do mundo do trabalho, das quais resulta um quadro complexo de antinomias, como já mencionado, levam ao surgimento de interpretações divergentes, muitas das quais, acabam resultando em conclusões precipitadas, por fazer-se o uso de dados

⁴⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. Cimeira do Milênio, Nova Iorque, 6-8 set. 2000. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/odm/> >. Acessado em: 01 fev. 2010, 13:10.

⁵⁰ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/odm/> >. Acessado em: 01 fev. 2010, 13:12.

isolados, para sustentar uma tese, que se pretende ser de validade geral. Como por exemplo, utilizar dados que apontam uma redução na taxa de desemprego e ganhos reais no salário mínimo, em um dado país, num pequeno espaço de tempo, para defender a tese de que o mundo do trabalho está experimentando avanços qualitativos. Essas informações, por si só, não são suficientes para permitir esse tipo de conclusão. É necessário observar outros aspectos, como os tipos de emprego que estão sendo criados, em quais condições estão sendo criados e os impactos das mudanças no processo de trabalho, sobre o modo de vida das pessoas. Em suma, é preciso investigar o problema em todo seu conjunto, para se chegar a uma conclusão de maior validade, pois como já observava Lênin, “[...] a extrema complexidade dos fenômenos da vida social permite sempre encontrar tantos exemplos ou dados isolados quantos se queiram para sustentar seja que hipótese for [...]” (LÊNIN, 1987, p.10).

5.1 - O Panorama do Mundo do Trabalho no Brasil

Nas décadas de 1980 e 1990, o Brasil passou por um processo de intensificação do seu grau de abertura econômica e financeira e integração ao mercado mundial, dentro da lógica de reestruturação pela qual passava o capital nesse período. Essa lógica impôs um “novo” liberalismo aos países subdesenvolvidos (hoje chamados de emergentes), em particular às nações latino-americanas, apresentando-o como solução para reduzir, ou até mesmo, acabar com o atraso econômico que neles existia.

Dentro desse contexto, pouco a pouco foram sendo introduzidos, no país, os modelos flexíveis de organização da produção, em contraste com os modelos rígidos que predominavam na indústria brasileira, marcados pela rotinização do trabalho e a exploração demasiadamente alta da força de trabalho, que mesmo atenuados, até hoje permanecem como marcas do atraso. A introdução das formas flexíveis de produção, porém, não eliminou o trabalho mecânico repetitivo, mas exigiu que ele se tornasse mais qualificado.

Entretanto, se comparados com o taylorismo/fordismo, os atuais métodos de produção engendram formas muito mais criativas de extrair mais trabalho e produzir mais valor. Segundo Antunes (2005), os modelos rígidos de produção em massa realizavam isto, através

da exploração intensificada dos trabalhadores, deixando-os fora de qualquer participação na organização do processo de trabalho.

O taylorismo/fordismo realizava uma expropriação intensificada do operário-massa, destituindo-o de qualquer participação na organização do processo de trabalho, que se resumia a uma atividade repetitiva e desprovida de sentido. Ao mesmo tempo, o operário-massa era frequentemente chamado a corrigir as deformações e enganos cometidos pela “gerência científica” e pelos quadros administrativos. (ANTUNES, 2005, p. 41).

Atualmente utilizam-se formas bem mais inteligentes de extrair mais trabalho dos operários, através de instrumentos como o banco de idéias, dando-lhes maior chance de participação na organização do processo de trabalho e absorvendo todo o aprendizado e a contribuição que estes possam dar, para tornar mais eficiente o processo produtivo.

Mesmo com esse processo de modernização da produção, nos países emergentes ainda persistem, em grau maior que nos países economicamente avançados, as velhas formas de aumentar a produção, via aumento da intensidade do trabalho, sobretudo em setores menos intensivos em tecnologia.

No Brasil, isto pode ser observado, por exemplo, no setor canavieiro, que apesar da crescente mecanização continua sendo intensivo em trabalho, lançando mão de métodos que proporcionam a aceleração do ritmo de trabalho, como o pagamento por produção, no qual o cortador de cana recebe cerca de R\$ 3,34 por tonelada cortada⁵¹. Um dos maiores problemas desses trabalhadores é a baixa qualificação. A maior parte não possui sequer o ensino fundamental completo⁵². A sua força de trabalho é fundamentalmente braçal, só sendo empregada, por isso, em processos produtivos mais atrasados, tecnologicamente.

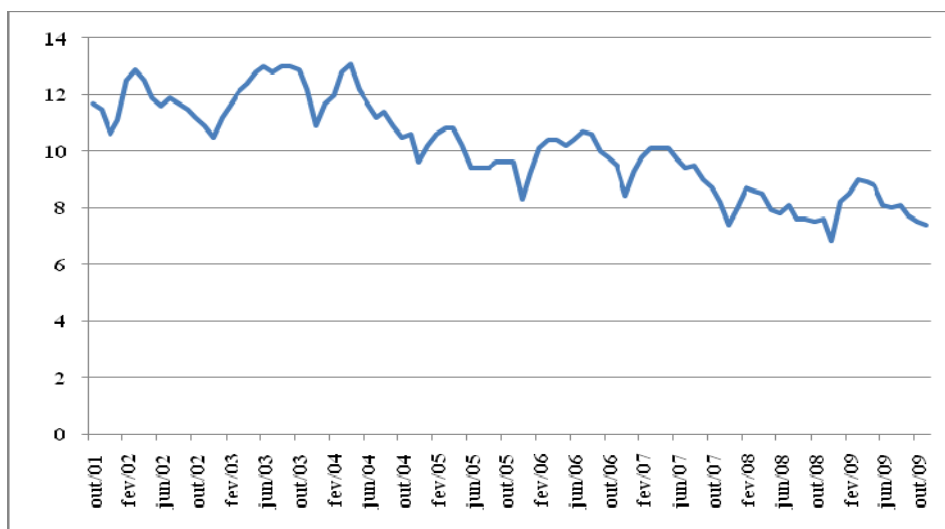
Como se pôde observar a partir dos dados da OIT, de um modo geral o emprego está crescendo nos países emergentes, mas a informalidade e a vulnerabilidade dos postos de trabalhos criados são marcas notórias desse crescimento. No Brasil, a taxa de desemprego aberto⁵³, registrou um recuo entre 2001 e 2009, período no qual a referida taxa passou de 11,9%, em outubro de 2001, para 7,4 %, em novembro de 2009, nas regiões metropolitanas do país. O gráfico 5.7 apresenta o seu comportamento.

⁵¹ REDAÇÃO CAPITALNEWS. Mecanização do corte da cana ocupa 40% dos canaviais, **capitalnews**, agronegócio, 14 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.capitalnews.com.br>>. Acessado em: 14 jan. 2010, 23:17.

⁵² Ibid.

⁵³ Relação entre o número de pessoas desocupadas (procurando trabalho) e o número de pessoas economicamente ativas num determinado período de referência.

Gráfico 5.7 – Taxa Mensal de Desemprego Aberto no Brasil: 2001-2009⁵⁴



Fonte: IBGE

No entanto, dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apontam uma geração, proporcionalmente menor, de empregos formais ao longo da década de 2000. A tabela 5.4 ilustra essa redução. O número de empregos formais criados registrou queda em seis dos últimos dez anos. Ressaltasse nesse período, contudo, o forte crescimento no número de empregos formais criados em 2004, que apresentou aumento de 136%.

Tabela 5.4 – Número de Empregos Formais Criados Anualmente (Mil) e Taxa de Crescimento do PIB no Brasil: 2001-2009

Ano	Nº de Empregos	Var. %	Var. Real PIB %
2000	657.596	-	4,31
2001	591.079	-10,1	1,31
2002	762.414	29,0	2,66
2003	645.433	-15,3	1,15
2004	1.523.276	136,0	5,71
2005	1.253.981	-17,7	3,16
2006	1.228.686	-2,0	3,97
2007	1.617.392	31,6	6,08
2008	1.452.204	-10,2	5,17
2009	995.110	- 31,5	-0,20 ⁵⁵

Fonte: MTE e IBGE

⁵⁴ Devido às alterações metodológicas das pesquisas do IBGE, não se utilizou uma série temporal maior, para evitar a comparação de dados coletados de maneiras diferentes, o que provoca perturbações na série.

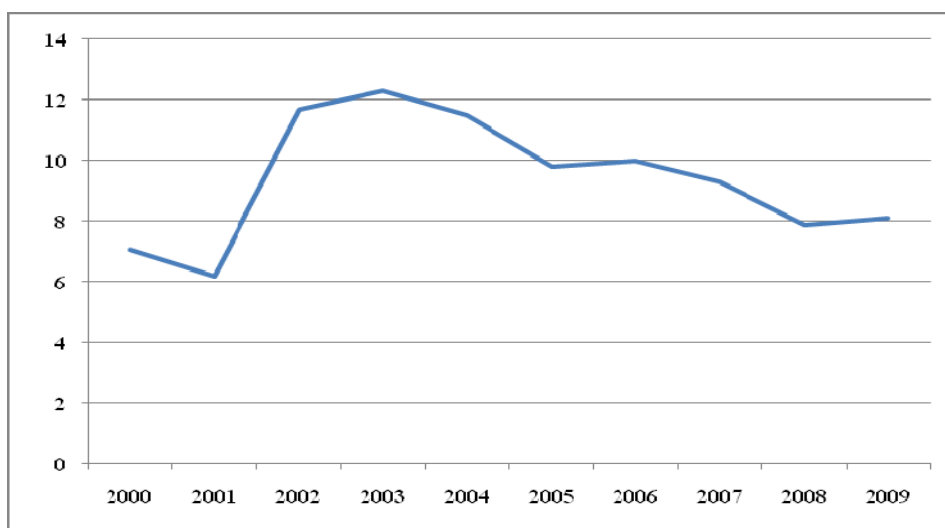
⁵⁵ Dado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Observa-se, assim, uma criação relativamente menor de empregos formais, no mesmo período em que houve redução da taxa de desemprego aberto, o que representa um indício de crescimento econômico, acompanhado do surgimento crescente de postos de trabalho informais e de mais baixa qualidade.

A crise econômica aumentou a rotatividade da força de trabalho brasileira. De acordo com Rehder (2009), entre outubro de 2007 e março de 2008, a rotatividade chegou a afetar 23,4% dos 29,4 milhões de trabalhadores formais do setor privado brasileiro⁵⁶. O aumento da rotatividade da força de trabalho brasileira se deve a expansão do seu exército global de reserva, e a maior flexibilidade de contratações e demissões, fatores que estão permitindo que as empresas dispensem parte de seus funcionários para contratar nova força de trabalho a um salário mais baixo. Conforme Rehder (2009), para cada trabalhador com remuneração de até três salários mínimos demitido, eram contratados outros 25 com salários menores⁵⁷, reduzindo-se os custos com trabalho.

Desse modo, o exército global de reserva realiza, com eficácia, o seu papel de regulador dos salários, permitindo a substituição de força de trabalho com remunerações maiores por força de trabalho de salários mais baixos. Os dados da OIT, por sua vez, mostram um moderado crescimento da taxa de desemprego urbano (gráfico 5.8).

Gráfico 5.8 – Taxa Média Anual de Desemprego Urbano no Brasil: 2000-2009



Fonte: OIT, com base em informações oficiais de pesquisas domiciliares

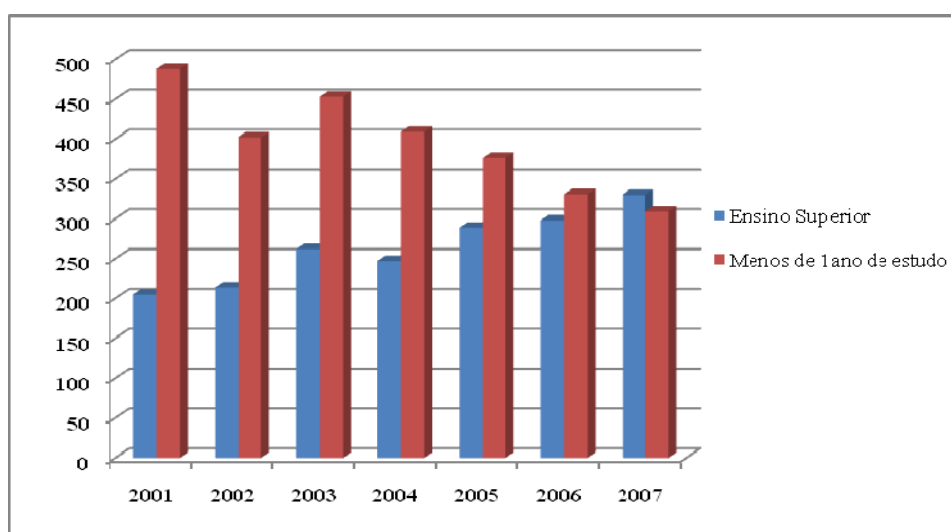
⁵⁶ REHDER M. Rotatividade sobe e achata salários, **O Estado de S. Paulo**, Economia e Negócios, 25 maio 2009, Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>. Acessado em: 16 jan. 2010, 15:04.

⁵⁷ Ibid.

Em 2000 a taxa de desemprego urbano era de 7,1% e em 2009 ela passou para 8,4 %. Observa-se que houve um rápido crescimento do desemprego a partir de 2002, mas, iniciada a fase de recuperação da economia brasileira, acompanhando o movimento da economia global, a taxa de desemprego voltou a cair, em 2004. Para a OIT o ritmo de recuperação das economias latino-americanas não será homogêneo. Algumas deverão se recuperar mais rapidamente, dentre as quais a organização destaca o Brasil, como se percebe neste trecho: “El ritmo de la recuperación será diferente en las economías. Brasil tomará la delantera, debido en parte a su mayor mercado interno y a la diversificación de su producción y de sus mercados de exportación, em especial por sus vínculos crecientes con Asia.” (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **Panorama Laboral 2009**, 2009, p. 26).

Mas, apesar do Brasil se encontrar entre as maiores economias do continente e ter apresentado redução na taxa de desemprego aberto nos últimos anos, as características de degradação do trabalho, muitas vezes realizado em condições precárias, e a desqualificação da força de trabalho, permanecem como marcas acentuadas do mundo do trabalho brasileiro. O desemprego entre as pessoas com ensino superior vem crescendo nos últimos anos, levando indivíduos, muitas vezes com mestrado e até mesmo doutorado, a buscarem empregos de mais baixa qualificação, quando não, os obrigando a migrarem para outros países, em busca de oportunidades de trabalho na sua área de especialização. Em contrapartida, o desemprego entre as pessoas com apenas um ano de escolaridade vem diminuindo (ver gráfico 5.9).

Gráfico 5.9 – Desemprego no Brasil entre Pessoas com Ensino Superior e Um ano de Estudo (Mil): 2001-2007



Fonte: OIT

Entre 2001 e 2007, o desemprego entre os indivíduos que possuíam apenas um ano de estudo diminuiu de 488.000, para 309.000, já entre as pessoas que possuíam ensino superior houve um aumento de 205.000, para 330.000, no mesmo intervalo temporal. Isto sugere que grande parcela das vagas de trabalho no Brasil, estão sendo criadas em áreas que exigem pouca qualificação, como no setor canavieiro, onde as condições de trabalho são precárias e o grau de exploração é elevado, havendo um déficit de vagas para trabalho qualificado, fato que acaba fazendo com que pessoas altamente especializadas fiquem desempregadas, tendo por isso de recorrer a alternativas de emprego, que exigem muito menos qualificação do que possuem.

Uma saída buscada pelos desempregados têm sido os concursos públicos, cada vez mais concorridos, com suas vagas disputadas por candidatos de diferentes níveis de escolaridade, e grande heterogeneidade no que se refere a experiências de trabalho. A pressão exercida pelo exército global de reserva é tamanha, que, mesmo em concursos para cargos de baixa qualificação, se encontram candidatos com ensino superior e até com pós-graduação. Muitas vezes, o cargo oferecido exige trabalho braçal e possui remuneração pouco maior que o salário mínimo vigente.

Os concursos para gari, frequentemente abertos no país, são exemplos marcantes disso. Em 2009, no Rio de Janeiro, o último deles ofereceu 1.400 vagas com salário de R\$ 724. Apesar da baixa remuneração e do trabalho exigir forte dispêndio de energia física, foram registradas 104.426 inscrições, isto significa uma concorrência de aproximadamente 75 pessoas por vaga, quase o dobro da concorrência do vestibular de medicina da Universidade de São Paulo (USP), que é de 41,7 candidatos por vaga⁵⁸.

Além dos números, impressiona também o elevado grau de qualificação dos candidatos. Entre os mais de cem mil inscritos, 1.026 possuíam o ensino superior completo, 22 tinham mestrado e 45 possuíam doutorado, sendo que o pré-requisito para a inscrição no concurso era ter concluído apenas a quarta série do ensino fundamental⁵⁹. Todavia, o maior grau de escolaridade desses candidatos, neste caso, não representou nenhuma vantagem, uma vez que não houve prova escrita para verificação de conhecimentos. A seleção foi constituída

⁵⁸ CONCURSO para gari tem quase o dobro da concorrência de medicina no vestibular da USP. **R7 Notícias**, Notícias, Vestibular e Concursos, 29 dez 2009. Disponível em: <<http://www.noticias.r7.com>>. Acessado em 19 de janeiro de 2009, 10:38.

⁵⁹ CONCURSO para garis atrai 22 mestres e 45 doutores no Rio. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, 22 out. 2009. Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>. Acessado em 19 de janeiro de 2009, 11:07.

apenas por testes físicos, como corrida de média distância, flexão abdominal e flexão de braços em barra fixa⁶⁰.

As provas e testes de um concurso são métodos de averiguação e verificação das aptidões da força de trabalho dos indivíduos, para que se possam reconhecer as suas qualidades e características, por isso eles variam de acordo com a força de trabalho que se necessita contratar. Nas empresas privadas isto é feito por meio das entrevistas de emprego, que buscam captar estas mesmas informações. Para tentar fugir do desemprego, muitas vezes é preciso passar por uma bateria cansativa de testes, alguns deles, diga-se de passagem, constrangedores, do ponto de vista da liberdade individual de expressão e opinião.

Uma das contradições da sociedade capitalista é que ela estimula ao máximo a concorrência e a competição entre os indivíduos. Na busca por uma vaga de trabalho, diante da existência do exército global de reserva, os concorrentes são obrigados a se tornarem sempre mais competitivos, através da capacitação e da procura frenética por um “diferencial”, que lhes deixem em situação de vantagem, em relação aos demais. Entretanto, depois de contratar os trabalhadores que precisam, o que as empresas querem é “trabalho em grupo” ou em “equipe”, visando obter todos os benefícios do trabalho coletivo, responsável pela emulação e a sinergia dentro do processo de trabalho, cujo efeito é a criação de uma força produtiva muito maior do que a simples soma mecânica de suas partes.

Mas, apesar de exigir sempre mais habilidades e conhecimento dos trabalhadores e inseri-los numa competição por capacitação que parece não ter fim, o capitalismo não oferece as condições efetivas para que todos eles possam exercer plenamente as suas aptidões, ao ponto de fazer com que um grande número deles, se torne incapaz de desempenhar as funções para as quais foram preparados durante anos. No caso do concurso realizado no Rio de Janeiro, é exatamente isto que se observa: pessoas com mestrado e doutorado concorrendo a uma vaga de gari. Imagine alguém com doutorado em Letras, que estudou durante anos com o objetivo de ser professor numa instituição de ensino superior, tendo de se candidatar a um cargo de trabalho braçal e de baixa remuneração, para escapar do desemprego. Isto representa uma espécie de desqualificação de sua força de trabalho altamente qualificada, e rebaixamento ao nível de força de trabalho simples. Suponha agora que esta pessoa, mesmo não tendo sido preparada para exercer esse tipo de trabalho, passe a realizá-lo. Com o tempo

⁶⁰ COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA. Concurso Público para preenchimento de vagas no cargo de Profissional de Operações de Limpeza e Vetores, nível 1, na função de Gari, **Edital nº 2/2009**, 5 out. 2009. Disponível em: <http://www.pub.funrioconcursos.org.br/publicacoes/COMLURB/Edital_01_Comlurb.pdf>. Acessado em 19 de janeiro de 2009, 11:35.

ela terá cada vez menos afinidade com a sua área específica de conhecimento, caso não exercite de alguma maneira, aquilo que aprendeu durante longos anos de estudo.

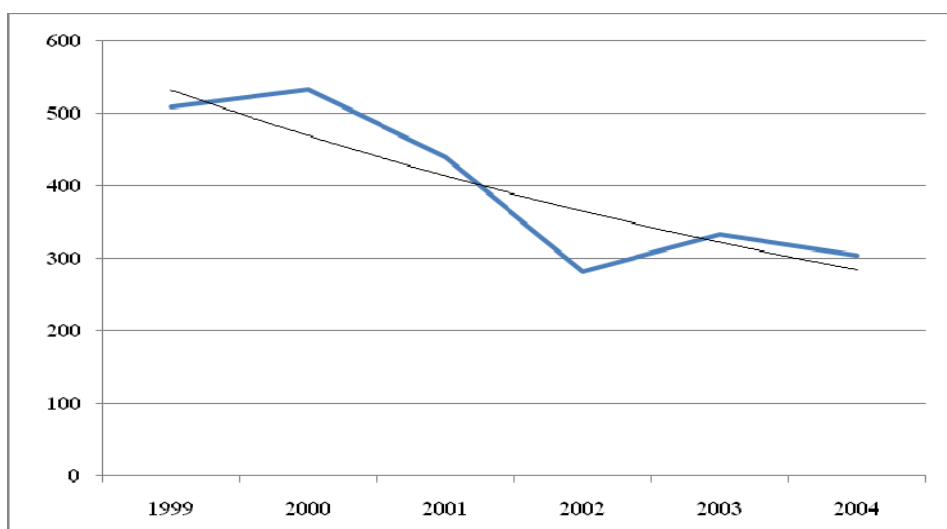
Desse modo, trabalhadores com elevada qualificação são alocados em tarefas que exigem pouca ou quase nenhuma qualificação, no sentido estrito de escolaridade. Isto faz com que o seu “saber” e o seu “conhecer”, sejam muito mal utilizados, demonstrando mais uma vez, a debilidade da eficiência alocativa do sistema capitalista, tão enaltecida pela teoria econômica neoclássica. Assim, são desperdiçados, não só recursos naturais, juntamente com o desperdício periódico de mercadorias, acentuado durante as crises econômicas, como também, não são aproveitadas as habilidades e os conhecimentos de muitos indivíduos, que poderiam contribuir para o crescimento econômico muito mais, se pudessem atuar nas áreas em que se especializaram.

Ao exigir dos indivíduos capacitação, formação e treinamento incessante, sem, contudo, conseguir absorver e empregar uma parcela significativa da força de trabalho da sociedade, o capitalismo a torna supérflua em relação às necessidades da produção, fazendo com que grande parte do trabalho despendido para a formação desta força de trabalho, tenha sido em vão e inútil, do ponto de vista das necessidades sociais do sistema capitalista. Em outras palavras, isto significa que uma determinada fração dos recursos da sociedade, aplicados em educação, acaba se perdendo, pois muitas forças de trabalho que saem como produtos finais desses gastos, não conseguem aceitação social. É como se um determinado produtor de computadores aperfeiçoasse o seu padrão técnico de produção, conseguindo produzir mais em menos tempo, mas os computadores não encontrassem compradores no mercado. A diferença é que nesse caso o produtor capitalista logo reduziria a sua produção, podendo até mesmo parar de produzir os computadores.

Com a mercadoria força de trabalho, porém, não é do mesmo jeito, pois ela não é um objeto, possuindo a particularidade de estar corporificada na estrutura óssea e muscular, física e psicológica, de seres humanos, não sendo possível parar de produzi-la simplesmente com uma decisão de caráter econômico. É necessário deixar claro, para evitar confusões, que não está sendo defendida aqui uma redução na produção desta mercadoria e, por conseguinte, nos gastos com educação, apenas está sendo ressaltada a tendência superprodutiva existente também com relação à mesma, diante da contradição entre as necessidades pessoais dos indivíduos, que vivem da venda da força de trabalho, e as necessidades sociais do capitalismo, que vive da expansão da riqueza, para a satisfação das exigências do capital, mas nega ao mesmo tempo o seu elemento central: o trabalho.

O individualismo estimulado pela concorrência entre os trabalhadores, estabelecida dentro e fora do processo produtivo, é uma das formas de expressão da fragmentação da classe trabalhadora em diferentes categorias, representadas por sindicatos, cada um deles com interesses que lhes são específicos. No Brasil, assim como se observa no mundo inteiro, os líderes dessas entidades têm se mostrado bastante subservientes às imposições do capital. Muitos deles foram capturados pela sua estrutura política, vendo-se obrigados a efetuarem alianças, no âmbito do jogo político de interesses privados. A consequência disto é a redução das ações de protesto organizado, por toda parte. Dados da OIT, por exemplo, mostram que o número de greves também vem diminuindo, ano a ano, no Brasil (gráfico 5.10).

Gráfico 5.10 – Total de Greves e Bloqueios no Brasil: 1999-2004



Fonte: OIT

A exemplo do que se nota em outras nações, ocorre no país um significativo enfraquecimento do poder de barganha dos trabalhadores e a falta de identificação dos sindicatos, com os interesses gerais da classe trabalhadora.

Em 1999 foi registrado um total de 508 greves e bloqueios. Em 2004⁶¹ esse número sofreu uma redução de 45,15%, passando para 304. Esta redução, porém, não expressa apenas o enfraquecimento da capacidade de negociação dos sindicatos, de certa maneira, ela mostra também a perda de eficácia da greve, como forma de afirmação das demandas da classe trabalhadora. Nas sociedades contemporâneas os fatores objetivos e subjetivos que conferiam

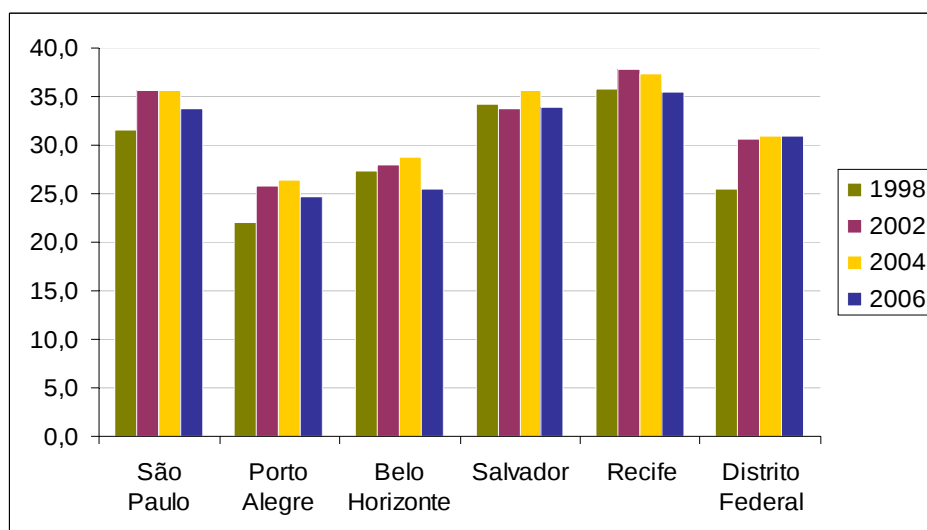
⁶¹ Não foram encontradas informações após 2004, sobre o número total de greves no país.

viabilidade as greves, estão sendo comprimidos pela influência coercitiva do exército global de reserva sobre os trabalhadores, e a hierarquização e fragmentação dos sindicatos.

Dentro desse contexto, os trabalhadores acabam tendo que aceitar formas mais “maleáveis” de contratação e utilização da sua força de trabalho. Uma dessas formas é a terceirização, que não é um fenômeno novo, mas que vem se ampliando nos últimos anos, juntamente com as formas flexíveis de organização da produção. A característica principal da terceirização é a transferência das atividades e tarefas, que não fazem parte do negócio principal da empresa, para outras empresas. Assim, áreas como limpeza, segurança, atendimento a clientes, manutenção e reparo de máquinas e equipamentos, e outras que não são o foco central da empresa, possuem uma forte propensão a terceirização.

No Brasil, o percentual de trabalhadores contratados por meio de formas flexibilizadas, vem aumentando nas principais regiões metropolitanas do país, como se pode ver no gráfico 5.11:

Gráfico 5.11 – Percentual de Ocupados em Empresas com Contratação Flexibilizada⁶² (Regiões Metropolitanas): 1998-2006



Fonte: Extraído do DIEESE: **Reflexos da Terceirização no Mercado de Trabalho**, Oliveira (2008).

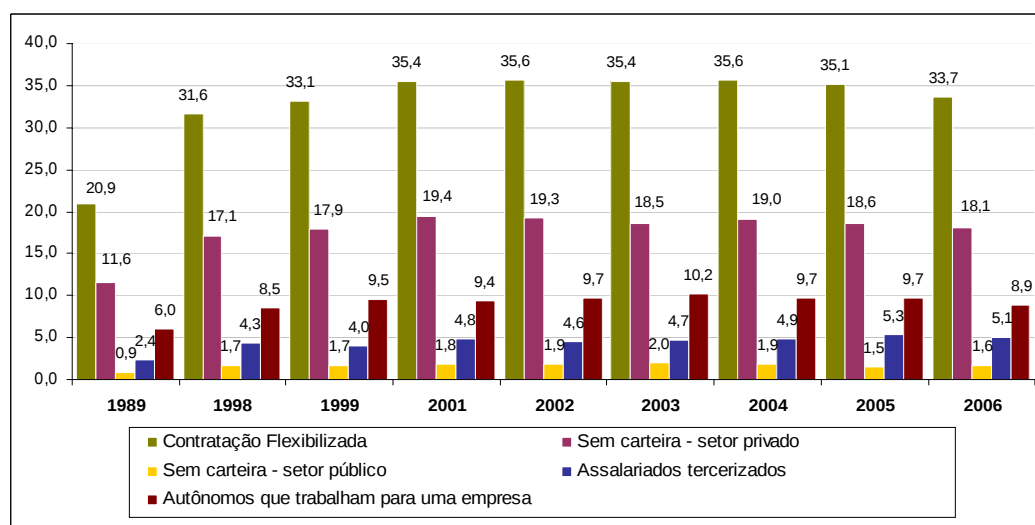
Em Salvador e Recife, a proporção de ocupados em empresas com contratação flexibilizada, permaneceu praticamente estável entre 1998 e 2006. Nas demais metrópoles,

⁶² O DIEESE classifica nesta categoria de contratação os trabalhadores sem carteira assinada dos setores público e privado, os trabalhadores que possuem vínculos com outras empresas (terceiros) e os autônomos que prestam serviços para uma única empresa.

com exceção de Belo Horizonte, esta proporção cresceu, sendo que em São Paulo, Salvador, Recife e Distrito Federal, ela se encontra acima de 30%.

Na região de São Paulo, o percentual de assalariados terceirizados nas empresas, passou de 2,4%, em 1989, para 5,1%, em 2006. Já o percentual de trabalhadores sem carteira assinado no setor privado, passou de 6%, para 8,9%, no mesmo período, como mostra o gráfico 5.12.

Gráfico 5.12 – Percentual de Ocupados Segundo Formas de Contratação Flexibilizada na Região Metropolitana de São Paulo: 1989-2006



Fonte: Extraído do DIEESE: **Reflexos da Terceirização no Mercado de Trabalho**, Oliveira (2008).

Mais uma vez, os dados apontam uma degradação das condições de trabalho no país. Isso é flagrante no que se refere ao crescimento do percentual de indivíduos ocupados, sem carteira assinada, mas é bem mais sutil com relação à elevação do percentual de assalariados terceirizados. Esses trabalhadores vão perdendo, tacitamente, e não explicitamente, algumas garantias e benefícios, tendo dificuldades até mesmo para se sindicalizarem, enfrentando discriminação e tratamento diferenciado, em relação aos trabalhadores vinculados diretamente a uma dada empresa.

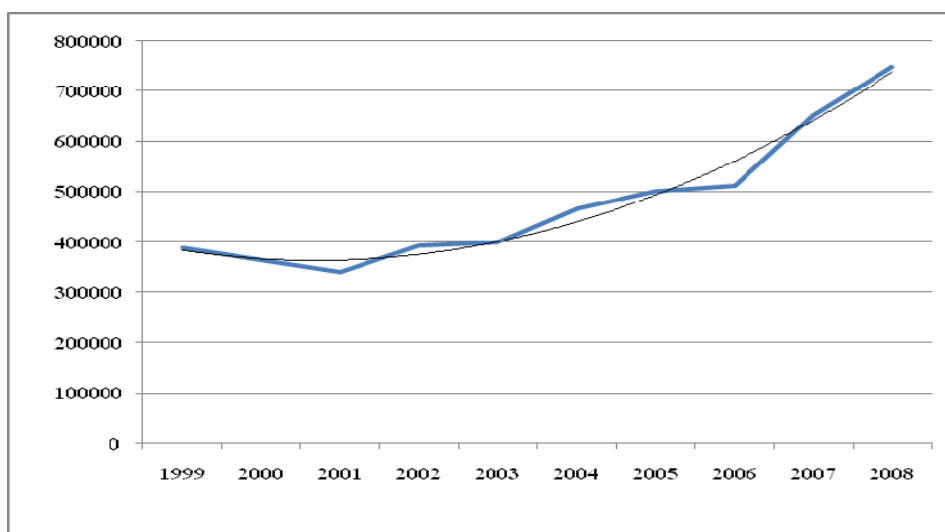
Segundo Oliveira (2008), do total de negociações coletivas tratadas sobre a terceirização, em 2005, apenas 32% oferece garantias básicas aos trabalhadores, como piso salarial e auxílio-alimentação. Os terceirizados enfrentam ainda problemas pelo fato de estarem vinculados a “empresas terceiras”, assim um operário que trabalha na indústria da mineração como metalúrgico, por exemplo, mas que originalmente está vinculado a uma empresa “prestadora de serviços”, como ocorre na Vale do Rio Doce, pode não vir a ser

considerado como metalúrgico, reconhecido pelo seu sindicato, por pertencer a uma empresa do setor de serviços. Soares (1996), ao analisar o setor automotivo brasileiro em meados da década de 1990, observa este aspecto da terceirização afirmando que:

O trabalhador “terceirizado”, seja ele ferramenteiro, mecânico, etc., dificilmente atingirá o cargo de mestre, supervisor, encarregado, etc. Pois na empresa titular não há espaço, em sua hierarquia, para os trabalhadores “terceirizados”. [...] No organograma da empresa os assalariados terceirizados, na prática, são considerados trabalhadores de “terceira categoria”. (SOARES, 1996, p. 185, 186).

Todo esse processo desenvolvido pelas formas flexíveis de organização da produção, contratação e utilização da força de trabalho, que acaba por promover a desregulamentação tácita dos direitos trabalhistas, contribui para o crescimento dos acidentes do trabalho no país (gráfico 5.13).

Gráfico 5.13 – Acidentes do Trabalho no Brasil: 1999-2008



Fonte: Ministério da Previdência Social, DATAPREV (2010)

O número de acidentes do trabalho cresceu substancialmente entre 1999 e 2008, passando de 387.820, para 747.663, um aumento de 92,8%, um dado revelador sobre a piora das condições de trabalho no país, nos últimos anos. Os gastos com segurança no ambiente de trabalho e com a segurança dos trabalhadores acabam sendo substancialmente reduzidos com o “enxugamento” da produção, já que, para o capital, representam apenas custos e em épocas de crise econômica, estes precisam ser diminuídos.

As sucessivas crises que o sistema capitalista mundial enfrentou nas últimas décadas, levaram a sucessivos reajustes e reorganizações dentro do processo produtivo, que, embora tenham permitido um grande progresso técnico e organizacional, ao se acumularem, produziram uma espécie de salto qualitativo reverso no mundo do trabalho.

Uma análise mais detalhada dos acidentes do trabalho é feita na tabela 5.5, para os anos de 2007 e 2008, na qual, se pode observar os acidentes classificados por motivo e situação em que se encontram os trabalhadores. Os acidentes típicos com Comunicação de Acidentes do Trabalho (CAT), que são aqueles decorrentes das características da atividade desempenhada, comunicados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), são os que registraram maior percentual de ocorrência nos dois anos.

Tabela 5.5 – Número de Acidentes do Trabalho (Motivo/Situação) no Brasil: 2007-2008

Motivo/Situação	Quantidade 2007	%	Quantidade 2008	%
Típico-Com Cat	414.785	63,51	438.536	58,65
Sem Cat	138.955	21,28	202.395	27,07
Trajeto-Com Cat	78.564	12,03	88.156	11,79
Doença do Trabalho-Com Cat	20.786	3,18	18.576	2,48
Total	653.090	100	747.663	100

Fonte: Ministério da Previdência Social, DATAPREV (2010)

Os acidentes que não são comunicados ao INSS, identificados por meio de alguma ligação aos mesmos (ver anexo B), aparecem em segundo lugar. O real número desses acidentes pode ser ainda maior, pois muitos deles podem não estar sendo computados por falta de algum tipo de nexos, que permita a sua identificação. É possível se inferir o mesmo com relação aos acidentes provocados por qualquer tipo de doença, peculiar a um determinado ramo de atividade, que não são comunicados ao INSS e, quando identificados, são classificados como acidentes sem CAT.

Os acidentes provocados por doença do trabalho com CAT possuem o menor percentual de ocorrência, mas demonstram a existência ainda de condições insalubres de efetivação do trabalho no país. Isto significa que, em alguns casos, a atividade que um determinado indivíduo é obrigado a exercer, em um dado processo de produção, coloca em risco a sua própria saúde física e/ou mental, comprometendo a sua capacidade de reproduzir sua força de trabalho.

O desenvolvimento econômico capitalista pressupõe uma contínua e incessante valorização do capital, a qual não ocorre sem extrair da força de trabalho a sua capacidade de geração de riqueza, por meio do seu consumo. O consumo desta mercadoria resulta e se realiza, ao mesmo tempo, no processo de trabalho, o elemento central do processo produtivo, e como se vê, do ponto de vista individual, a sua organização tem se tornado cada vez mais eficiente. Entretanto, do ponto de vista social, tem provocado grandes desperdícios, ao promover, por um lado, o crescimento acelerado da produtividade social do trabalho e, por outro, a degradação das condições de efetivação e concretização dessa atividade que é o trabalho.

6 - Trabalho e Tempo Livre

A divisão do tempo dos indivíduos e da sociedade como um todo, em tempo de trabalho e tempo livre, é algo que já foi investigado por uma série de pensadores. Filósofos como Platão e Aristóteles já haviam tratado do problema, cerca de 300 anos antes de Cristo. A teoria econômica tradicional, por sua vez, tem analisado essa questão, quase sempre, em termos de maximização da satisfação individual, obtida através da alocação mais eficiente possível, entre o tempo de trabalho e o de lazer (tempo livre).

De acordo com esta perspectiva, trabalho e lazer são vistos como “bens”, de modo que cada agente econômico se preocupa em realizar a melhor combinação possível desses dois elementos, na sua cesta de consumo, o que exige uma análise da relação custo/benefício, que existe entre trabalho e lazer. Em uma avaliação intertemporal, tal como a utilizada na teoria dos ciclos reais, salários mais baixos no presente, em relação aquele que se espera ganhar no futuro, pode desencorajar a “oferta de trabalho” e fazer com que se dedique mais tempo ao lazer. A realidade econômica, porém, é bem mais complexa que isso. O sistema capitalista não só cria barreiras para que as pessoas possam usufruir de mais tempo livre, como ainda as coage a ofertar mais trabalho.

A ciência econômica atual tem negligenciado, em grande medida, a unidade do tempo, ao analisar, em geral, o tempo dedicado ao trabalho e o tempo livre, como se eles estivessem completamente separados um do outro. Deixa-se de lado, com isso, o prazer e a satisfação que pode haver num dado tipo de trabalho, para quem o executa e, principalmente, o caráter de trabalho que existe nas atividades realizadas durante o tempo livre. Durante este tempo, a liberdade dos indivíduos não é uma liberdade plena, mas, muito pelo contrário, uma liberdade restringida e comprimida pela cultura do mercado e pelas normas, exigências e prazos estabelecidos para o cumprimento de qualquer tarefa, frutos da sociedade contemporânea.

Este ponto constitui exatamente o objeto de análise deste capítulo, isto é, como o trabalho vem se sobrepondo ao tempo livre e como este tem sido violado pela sociedade capitalista.

Contraditoriamente a tendência de crescimento acelerado da produtividade social do trabalho, impulsionada pelo constante progresso tecnológico e organizacional dentro das empresas, que poderia proporcionar a sociedade mais tempo livre e menos tempo de trabalho. Mas, sob a lógica de acumulação de capital, não é isso que está acontecendo, pois ela

transforma o tempo livre dos trabalhadores assalariados, em período adicional propício a exploração econômica dos mais diversos tipos de negócios. Por outro lado, a degradação do trabalho diminui o prazer e a satisfação que se pode obter no exercício dessa atividade, fazendo dela, muitas vezes, fonte de sofrimento.

As novas Tecnologias da Informação e Comunicação, por exemplo, permitem o surgimento de novas formas de trabalho, que podem ser realizadas em casa, ou em qualquer outro lugar longe da empresa. De Masi (2000), chama essas novas formas de trabalho de “teletrabalho”, que considera, não somente como uma simples modernização das tarefas tradicionais, mas, mais do que isso, algo capaz de modificar completamente a organização empresarial e a própria sociedade. Acredita De Masi que a delegação do trabalho físico às máquinas, tende a reduzir o potencial de conflito entre as classes sociais. Dessa maneira, ele parece subestimar a contradição entre capital e trabalho, enfatizando a sua unidade, via telecomunicações, esquecendo sua oposição, encoberta pelo que chama de “teletrabalho”, mas “desmascarada” pela crise econômica atual.

Antunes e Braga (2009) denominam de “infoproletários” os trabalhadores que realizam essas novas formas de trabalho, como os operadores de telemarketing e os programadores de software. Esse tipo de proletário faz uso de novas tecnologias, mas estão submetidos a um rígido controle e monitoramento dos seus movimentos pelo capital. Esse monitoramento e controle exercido sobre os movimentos e comportamentos dos trabalhadores, está associado à imposição de um ritmo intensificado de trabalho, que faz lembrar as condições de trabalho do século XIX, pois, apesar de toda a flexibilidade obtida no processo produtivo, com as novas formas de organização da produção, o modo como se operam as tarefas no processo de trabalho, continua sendo determinado, de maneira despótica, pelo capital.

A busca por melhores condições de trabalho, historicamente, esteve sempre no centro das reivindicações da classe trabalhadora, no capitalismo. Inicialmente, a luta era pela própria sobrevivência. Com salários extremamente baixos e jornadas de trabalho demasiadamente longas, a situação dos assalariados era de pauperismo generalizado. Viviam em condições precárias, marcadas pela falta de higiene e subalimentação.

Posteriormente, com a redução da jornada de trabalho, mediante o embate direto e a correlação de forças entre trabalhadores e capitalistas, o objetivo dos assalariados passou a ser a obtenção de condições mais seguras e menos degradantes de trabalho. Este período foi marcado pela preocupação com a integridade física das pessoas, no ambiente de trabalho.

Atualmente, muito mais que a saúde física, está no centro da luta por melhores condições de trabalho, a saúde mental e psíquica daqueles que vivem da venda da força de trabalho.

Isso está relacionado, em grande medida, com a responsabilidade, que lhes é atribuída, de desenvolverem soluções criativas, em resposta a novos problemas, em meio às tarefas rotinizadas e rotineiras, a que estão acostumados. Isto cria um ambiente de “agressões externas” ao organismo dos trabalhadores, um ambiente de tensão, provocando muitas vezes uma sensação de frustração e angústia, por não ter realizado eficientemente alguma tarefa, ou por não tê-la cumprido no tempo pré-estabelecido. Em alguns casos isso acaba criando atritos entre funcionários de níveis hierárquicos diferentes. Além disso, muitos dos problemas relacionados ao ambiente de trabalho persistem na memória dos indivíduos, mesmo quando se encontram fora dele. Como já percebera Palieri: “A cabeça é diferente do corpo: ela carrega o trabalho para onde quer que vá.” (Palieri, 2000, p. 206).

Apesar de todo o avanço conquistado pela humanidade, da comodidade e praticidade proporcionadas pela tecnologia, do conforto de se poderem realizar, atualmente, inúmeras transações comerciais e financeiras sem precisar sair de casa, através da internet, uma característica permanece como fonte do sofrimento humano: o “fardo do trabalho”, que continua sendo um peso enorme carregado por milhões de pessoas no mundo inteiro. Este peso vem aumentando, com a degradação das suas condições de realização e efetivação.

Enquanto uma parcela considerável da população suporta essa carga, outra se furta a essa obrigação, possuindo muito mais tempo livre disponível, embora não usufrua adequadamente dos benefícios que este poderia render. A distribuição desigual do trabalho entre os membros da sociedade, porém, não é uma característica particular do capitalismo, mas uma característica comum as sociedades estruturadas em classes, nas quais determinados indivíduos comandam, por algum motivo, não necessariamente econômico, o trabalho dos demais. Sobre isso, Veblen afirma:

A primitiva diferença, da qual se originou a divisão em uma classe ociosa e uma classe trabalhadora, é a distinção entre trabalho feminino e trabalho masculino, existente nos primeiros estágios do barbarismo. Do mesmo modo, a forma mais primitiva de propriedade é a propriedade que têm os homens capazes sobre as mulheres. Em termos mais gerais, e com maior relevância para a teoria da vida do homem bárbaro, pode-se dizer que se trata de propriedade da mulher pelo homem. (VEBLER, 1965, p. 36, 37).

Veblen atribui à divisão da sociedade em uma classe ociosa e outra trabalhadora, originalmente, à divisão sexual do trabalho⁶³, uma forma primitiva de divisão social do trabalho. Ele relaciona ainda, o aparecimento de uma classe ociosa com o surgimento da propriedade, como fica claro no seguinte trecho:

No curso da evolução cultural, o aparecimento de uma classe ociosa coincide com o início da propriedade. É uma coincidência necessária porque as duas instituições resultam do mesmo conjunto de forças econômicas. Na fase inicial do seu desenvolvimento, as duas são somente aspectos diferentes dos mesmos fatos gerais da estrutura social. (VEBLEN, 1965, p. 36).

Sem dúvida essa divisão da sociedade em classes, está relacionada com a divisão social do trabalho, mas tem por fundamento a propriedade, como o próprio Veblen menciona. Embora a propriedade da qual se refira, nesse estágio primitivo da sociedade, se assemelhe muito mais a capacidade de comandar trabalho alheio do que a posse.

No capitalismo, o comando de trabalho alheio, fator que permite a alguns indivíduos furtarem-se do trabalho, tem como base material a propriedade privada dos meios de produção. Entretanto, as suas contradições criam uma dualidade que é singular à sua camada social ociosa. Um segmento desta camada é composto por indivíduos que possuem tempo livre para lazer, descanso e diversão, porque sua propriedade sobre o capital lhes permite se apropriar da força de trabalho de outrem. O outro segmento desta camada é formado por pessoas que possuem “tempo livre”, porque não conseguiram meios materiais para empregar sua própria força de trabalho, lhes faltando oportunidade até mesmo para produzir o estritamente necessário para sua sobrevivência. Por isso, este “tempo livre”, ao invés de representar lazer, descanso ou diversão, representa miséria e degradação moral.

Aqueles que vivem da venda da força de trabalho e fazem parte do exército dos trabalhadores da ativa, veem o seu tempo de trabalho aumentar, não porque o número de horas da jornada esteja sendo ampliado, embora isso não deixe de ocorrer. Isto acontece por causa das tarefas realizadas durante o tempo em que se está fora do trabalho, mas que possuem o caráter muito mais de obrigação, que de lazer ou descanso.

No Brasil, até mesmo a jornada de trabalho dentro das empresas, é superior ao estipulado em lei. A proporção de assalariados que trabalham mais de 44 horas por semana,

⁶³ O conceito de divisão sexual do trabalho é criticado pelo fato de que nesta fase primitiva do desenvolvimento, a divisão das tarefas nas tribos não necessariamente era feita com base no sexo, mas fisiologicamente, sendo por isso mais adequado o conceito de divisão fisiológica do trabalho. Para não entrar no mérito dessa questão, empregou-se aqui o primeiro conceito, por ser utilizado pela maioria dos autores.

jornada de trabalho legal no país, está acima de 30% nas principais regiões metropolitanas, como se vê na tabela 6.1:

Tabela 6.1 – Proporção de assalariados que trabalham acima de 44 horas semanais: 1998-2008

Ano	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
1998	39,8	27,9	34,5	47,0	38,4	40,6
1999	41,2	27,8	39,2	47,7	38,1	42,4
2000	40,2	29,2	39,7	46,5	40,0	44,6
2001	38,7	29,2	35,2	46,0	37,4	43,2
2002	37,6	30,4	33,3	46,1	38,7	44,2
2003	35,6	28,3	32,3	48,7	39,6	44,0
2004	33,5	29,1	32,6	48,7	38,2	42,8
2005	34,0	28,6	31,4	48,5	40,4	40,6
2006	31,2	27,3	28,7	49,4	40,4	39,0
2007	31,7	28,9	30,4	46,9	38,9	37,4
2008	33,4	30,0	30,3	47,8	38,3	37,8

Fonte: DIEESE/SEADE/ MTE

Grande parte desses trabalhadores está empregada no chamado setor de serviços. De acordo com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), os funcionários desse setor estão trabalhando, em média, 56 horas por semana, 12 horas a mais que a jornada de trabalho legal⁶⁴. Mas mesmo que a jornada fosse legalmente reduzida, assunto que se discute não só no Brasil, mas em vários países, isso não necessariamente implicaria em redução do tempo de trabalho, porque, como já foi mencionado, existe uma série de tarefas “extralaborais” que os indivíduos realizam fora do ambiente de trabalho, mas que exigem tanto dispêndio de energia quanto as executadas dentro dele.

Compreendem essas tarefas, o manuseio e a operação de máquinas em *shoppings*, lojas, postos de gasolina, etc. O controle e a inspeção da qualidade de produtos, de atendimento e prestação de serviços; além de atividades domésticas de limpeza, reparação, manutenção e conservação da casa. A maioria dessas tarefas são extremamente necessárias e importantes, mas o fato é que muitas delas possuem o caráter de obrigação, no sentido de

⁶⁴ REDAÇÃO CORREIO DA PARAÍBA. Jornada de trabalho desrespeita lei, **Correio da Paraíba**, 10 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.sindifiscopb.org.br/index.asp?Area=Informativos>>. Acessado em 27 de janeiro de 2010, 10:58.

cumprimento de prazos e deveres, sendo fonte de transtornos e consumindo, quase que integralmente, o pouco tempo que sobra aos indivíduos, depois da jornada de trabalho.

No setor supermercadista, a realização de tarefas dessa natureza pelos consumidores é algo patente. Em poucos lugares as pessoas executam tantas tarefas no ato de compra, como nos supermercados. Segundo Santos (2008), os consumidores chegam a realizar até 22 funções diferentes, em supermercados e hipermercados, para conseguirem obter uma cesta variada de bens.

Grande parte dessas funções eram exercidas anteriormente por algum funcionário do supermercado, como o ato de pesar produtos hortifrúteis e embalar as compras. Pouco a pouco elas foram sendo transferidas para os consumidores, permitindo a eliminação de postos de trabalho e a redução dos custos com mão-de-obra. Por outro lado, a transferência dessas tarefas para os consumidores, permite ao capital a obtenção de mais trabalho gratuito, mesmo com um número substancialmente reduzido de força de trabalho empregada.

Desse modo, não sobra quase nenhum tempo livre para que esses indivíduos possam desenvolver suas habilidades inatas, suas aptidões físicas e intelectuais, formas de expressão cultural e artísticas, como a música e a dança, mercantilizadas pelo capitalismo. Quase não sobra tempo livre, em suma, para que se possam desenvolver atividades espiritualmente mais elevadas, e aquilo que a alma humana possui de melhor.

De outro lado, a expansão do exército global de reserva, com o crescimento do desemprego, acentuado pela crise econômica, age coercitivamente sobre os assalariados, fazendo-os aceitar, quando necessário, jornadas de trabalho mais longas, sem que para isso seja preciso a sua imposição através da força. Como já observava certo monge da igreja anglicana:

Trabalhem, trabalhem noite e dia. Ao trabalhar, vocês fazem crescer a própria miséria, e sua miséria nos dispensa de impor-lhes o trabalho através da força da lei. A imposição legal do trabalho dá muito trabalho, exige muita violência e faz barulho demais. A fome, pelo contrário, é não apenas uma pressão pacífica, silenciosa e incessante, como também o motor mais natural do trabalho e da indústria, provocando, portanto, os melhores resultados. (Apud LAFARGUE, 2001, p. 153).

A diferença da sociedade contemporânea em relação aquela em que o monge vivia, é que a jornada não é estendida dentro da fábrica a períodos que ultrapassam doze horas de

trabalho, como acontecia, mas sim fora dela, mais especificamente na esfera do consumo⁶⁵. Esse processo faz com que o extraordinário dispêndio de energia, realizado dentro e fora do trabalho, acabe provocando um extremo cansaço e fadiga física e mental nas pessoas, a ponto de desestimular o lazer e a diversão, para que se possa poupar qualquer esforço adicional.

O cansaço decorrente de um empenho profissional excessivo desestimula a participação ativa nos esportes, no convívio com a natureza, na leitura, nas artes, nas atividades solidárias de voluntariado, induzindo a fruição passiva de jogos de futebol transmitidos pela televisão ou de filmes assistidos em casa: “observação inativa das hábeis atividades dos outros”. (DE MASI, 2001, p. 40).

Uma das contradições do desenvolvimento econômico capitalista é o fato do emprego de novas máquinas, expulsar e liberar força de trabalho dos processos de produção e, ao mesmo tempo, absorver e exigir força de trabalho fora dele, necessária para a efetuação das operações de consumo, cada vez mais automatizadas. Nos últimos anos, o acelerado progresso tecnológico vem propagando a instalação e utilização das chamadas “máquinas de autoatendimento”: caixas eletrônicos, máquinas de ticket eletrônico, máquinas de venda automática, máquinas de *chek-in*, bombas de gasolina eletrônicas, etc. Elas são encontradas nos mais diversos ambientes de consumo, desde *shoppings centers*, até postos de gasolina.

O capitalismo obriga, de certo modo, as pessoas a se educarem e capacitarem para o uso dessas novas tecnologias, na medida em que elas vão surgindo, de tal maneira que, naturalmente, elas deixam de ser uma novidade, passando a fazer parte da vida cotidiana dos consumidores. Estes, por sua vez, não querem correr o risco de ficar para trás em matéria de “conhecimento tecnológico”. Para usar uma frase de De Masi: “tudo isso deriva de uma desmedida ambição de eficiência e de uma alienante corrida ao sucesso.” (DE MASI, 2001, p. 25).

Assim exige-se competência e qualificação dos indivíduos não só para a produção, mas também para o consumo. Uma conclusão importante pode ser extraída aqui: as operações de consumo que exigem dispêndio de energia por parte dos consumidores, para o comando de máquinas de autoatendimento, bem como o controle e a inspeção da qualidade de produtos, atendimento e prestação de serviços, ambas, tarefas que antes eram realizadas por funcionários, os quais tiveram seus postos de trabalho eliminados, constituem por tudo isso, o que se pode chamar de prolongamento da jornada de trabalho na esfera do consumo.

⁶⁵ O termo “consumo” empregado neste capítulo refere-se aos atos de aquisição de mercadorias, mediante a realização de gastos, e não ao consumo do valor de uso dos produtos.

Pelo fato desse prolongamento ocorrer na esfera do consumo, fica parecendo que ele é provocado pelo próprio trabalhador, por suas decisões de consumo, mas na verdade ele é o resultado lógico, da introdução e propagação das máquinas de autoatendimento pelo capital. Todo esse “*self-service economy*” que obriga os consumidores a realizar algum tipo de trabalho, em suas operações de consumo, acaba eliminado postos de trabalho, como constata muito bem Reis (2009), ao observar os países europeus:

Não é de hoje que praticamente todos os postos de gasolina na Alemanha não têm frentistas, e os próprios motoristas é que precisam descer do carro, aprender a usar a bomba de gasolina, abastecer seu carro, e caminhar até ao caixa para pagar a conta. Quase sempre nenhum funcionário do posto de gasolina fica do lado de fora da lojinha de conveniência, onde o caixa se encontra. Isto também acontece em alguns outros países da Europa, mas não de forma tão uniforme e acentuada como na Alemanha. Outro detalhe sobre automóveis e postos de gasolina é o seguinte: até hoje, depois de quase um ano em Munique, ainda não encontrei nenhum “lavador de carros” que não seja a própria máquina de lavar carros automática, nos próprios postos de gasolina. Além disso, nos postos sempre existe um ou mais aspiradores de pó de muita potência, em que você coloca moedas e pode limpar seu próprio carro internamente. A consequência é que não existem empregos de “frentista” ou “lavador de automóvel”. Assim como já não existe, há muito tempo, a profissão de cobrador de ônibus ou segurança do metrô. Mas o que acabamos de nos dar conta é que um outro tipo de profissão poderá no futuro deixar de existir. Recentemente pudemos experimentar um supermercado que possui caixas automáticas, ou seja, sem nenhum funcionário no caixa. Você, com seu carrinho de compras cheio, passa todos os produtos naquela máquina que lê os códigos de barra, produto por produto, depois a máquina lhe informa (áudio e vídeo) o valor da conta, e você passa seu cartão de crédito com senha e assina o recibo na própria máquina. (REIS, 2009, p. 1).

Além da eliminação de postos de trabalho, isso provoca uma alteração na contradição entre produção e consumo, pois, ao fazer os consumidores produzirem os serviços que eles próprios consomem, as máquinas de autoatendimento exacerbam a unidade, secundarizando a oposição existente no par produção-consumo.

Essas “tarefas de consumo”, sem querer usar aqui um jogo de palavras, consomem grande parte do tempo que as pessoas possuem fora do trabalho, pressionando-as a apressar seus movimentos e o seu ritmo de vida, sempre mais acelerado. E quanto mais se corre, mais depressa o tempo parece passar. Essa é a principal razão pela qual o crescimento significativo da produtividade social do trabalho, não se traduziu em mais tempo livre para os indivíduos.

Hoje se produz uma quantidade muito maior de mercadorias, por unidade de tempo, que há vinte anos. Cada trabalhador da indústria automobilística brasileira, por exemplo, produziu 9 carros, em 1991. Em 2008, esse número saltou para 29 carros, uma produção três

vezes maior de carros, anualmente, por empregado. É claro que é preciso extrair desse dado o aumento da produção decorrente de uma possível intensificação do processo de trabalho. Entretanto, esse dado não é calculado, e todo o aumento da produção por unidade de tempo, é considerado como um aumento de produtividade, embora, parte dele possa estar sendo provocado por um aumento de intensidade.

Não obstante, a elevação contínua da produtividade social do trabalho, permitiu a redução gradual da jornada de trabalho⁶⁶, e isso parecia apontar para o aumento do tempo livre. Porém, a correria desenfreada por capacitação e obtenção de sucesso, associada às necessidades de consumo e as necessidades da sociedade de consumo, que no fundo expressam as necessidades da acumulação de capital, não permitiram que esse aumento da produtividade, proporcionasse mais tempo livre para a classe trabalhadora.

Ao longo do seu desenvolvimento, o capital transformou grandes áreas do conhecimento, como a química e a física, em forças produtivas promotoras de novas tecnologias. Mas não são apenas dessas ciências de grande aplicabilidade técnica na produção, que o capital faz uso. Para acelerar o ritmo de acumulação, ele recorre também às ciências que estudam o funcionamento da mente e do comportamento humano, como a psicologia, com o objetivo de manipular as ações dos indivíduos, de acordo com os seus interesses.

As estratégias de *marketing* que tentam induzir as pessoas a comprarem e consumirem mais produtos, são um bom exemplo disso. É comum, em propagandas, a utilização de técnicas que associam a imagem de um produto e o seu consumo, ao bem-estar, a felicidade e a melhoria da autoestima das pessoas, assim como o emprego de métodos de introjeção de idéias, como a de que a não aquisição de um determinado produto, pode fazer de alguém um “estranho” dentro de um grupo de indivíduos, supostamente modernos e evoluídos.

O capitalismo ensinou aos indivíduos o modo de vida consumista, para que pudessem adquirir o volume crescente de mercadorias que é lançado no mercado, e fez da cultura do consumo, o centro de sua ideologia. Portanto, por trás da ideia de consumo acelerado, está o modo de produção capitalista e no seio deste, o trabalho, como modo de vida de grande parte da população.

A camada ociosa capitalista, cujo modo de vida é diametralmente oposto ao da classe trabalhadora, poderia usar o seu tempo livre para o desenvolvimento do conhecimento científico e das artes em geral. No entanto, não o faz, por gastar uma parte do seu tempo com

⁶⁶ Essa redução não foi obtida de maneira pacífica, mas por meio da correlação de forças entre capital e trabalho, que experimentou muitos episódios violentos.

formas “artificiais” de lazer, produtos forjados para a “diversão” com lógica de mercado, cujo objetivo, por conseguinte, é o lucro. Sendo a outra parte de seu tempo gasta com o consumo de bens de luxo e supérfluos, que representam elevado status social e poder, naquilo que Veblen chamou de consumo conspícuo, como explica Chase:

Pessoas acima da linha da mera subsistência, nesta época, e em todas as épocas anteriores, não aproveitam o excesso que a sociedade lhes deu, visando primordialmente a propósitos úteis. Não buscam elas expandir suas próprias vidas, viver com mais sabedoria, mais inteligência e mais compreensão, mas buscam impressionar as outras pessoas pelo fato de serem possuidoras desse excesso... Os meios e modos mediante os quais criam essa impressão, Veblen os denomina de consumo conspícuo. Consistem, tais meios e modos, em despendar dinheiro, tempo e esforço, quase de todo inutilmente, na agradável tarefa de inflar o ego. (CHASE, 1965, p. 14).

Já a camada ociosa trabalhadora, com tempo disponível forçado pelo desemprego, a qual tende a crescer em períodos de crise econômica, se encontra numa situação completamente oposta. Vivendo em condições de pobreza, e, sem renda suficiente até mesmo para adquirir o mínimo necessário para a satisfação de suas necessidades, ela é propensa a desenvolver o que se pode denominar de ócio degenerativo. A falta de ocupação econômica e de qualquer outra atividade socialmente construtiva desvia muitos desses ociosos, alguns por inclinação, outros por força das circunstâncias, para a prática de atividades marginais, não apenas no sentido de algumas destas estarem à margem das leis, mas porque muitas são vis e desprezíveis, se enquadrando no rol daquilo que se considera indigno para um ser humano.

A consequência de todo esse processo, é que o tempo livre de alguns acaba se transformando em tempo de trabalho excessivo para outros. Do mesmo modo que o capitalismo distribui desigualmente a riqueza que cria, em escala sempre crescente, distribui também desigualmente, o trabalho entre os membros da sociedade, algo que Marx já observava:

Dadas a intensidade e a produtividade do trabalho, o tempo que a sociedade tem de empregar na produção material será tanto menor, e, em consequência, tanto maior o tempo conquistado para a atividade livre, espiritual e social dos indivíduos, quanto mais equitativamente se distribua o trabalho entre todos os membros aptos da sociedade, e quanto menos uma camada social possa furtar-se à necessidade natural do trabalho, transferindo-a para outra classe. Então a redução na jornada de trabalho encontra seu último limite na generalização do trabalho. Na sociedade capitalista consegue-se tempo livre para uma classe, transformando a vida inteira das massas em tempo de trabalho. (MARX, 1989, p. 607).

A distribuição desigual do trabalho entre os membros da sociedade cria, do ponto de vista da acumulação de capital, a necessidade de promover ainda os velhos métodos de elevação da intensidade do trabalho, transformando a vida de uma fração significativa dos trabalhadores do exército da ativa, numa vida de grande esforço físico e pouco desenvolvimento intelectual.

“A única coisa que temos de nosso é o tempo, do qual gozam até os que não têm morada.”⁶⁷, divagava Baltasar Gracián em meados do século XVII. Não imaginava ele que o capital se apropriaria do nosso tempo, fazendo seu, também o tempo em que os indivíduos estão fora do ambiente de trabalho, no qual as pessoas se políam através de mecanismos de autovigilância, para não transgredir as normas estabelecidas para o controle do tempo e cumprimento de prazos. A esse respeito, diz Elias:

[...] nas civilizações da Antiguidade, a sociedade não tinha a mesma necessidade de medir o tempo que os Estados da Era Moderna, para não falar das sociedades industrializadas de hoje. Em numerosas sociedades da Era Moderna, surgiu no indivíduo [...] um fenômeno complexo de autorregulação e de sensibilização em relação ao tempo. Nessas sociedades o tempo exerce de fora para dentro, sob a forma de relógios, calendários e outras tabelas de horários, uma coerção que se presta eminentemente para suscitar o desenvolvimento de uma autodisciplina nos indivíduos. Ela exerce uma coerção relativamente discreta, comedida, uniforme e desprovida de violência, mas que nem por isso se faz onipresente, e à qual é impossível escapar. (ELIAS, 1998, p. 21, 22).

Estamos a todo instante submetidos à pressão invisível exercida pelo tempo, essa força implacável. Na ocasião de uma pesquisa, realizada com telefonistas na França, uma delas declarou: “durante as pausas no trabalho a gente olha o relógio três vezes mais que durante o trabalho.”⁶⁸ Sua declaração mostra que enquanto a atividade do trabalho captura a sua percepção do tempo, fazendo-a esquecer do relógio, os intervalos durante o dia de trabalho agem no sentido contrário, liberando a sua percepção do passar do tempo, fazendo-a lembrar do relógio, que a indica, todo instante, quanto tempo ainda lhe resta.

Apesar das formas flexíveis de organização da produção, em muitas empresas, o processo de trabalho permanece sob rígido controle, tanto no que diz respeito ao modo operatório⁶⁹ de execução das tarefas, imposto pela direção, como no que se refere ao tempo no qual elas precisam ser executadas. Muitas vezes as tarefas devem ser executadas, seguindo

⁶⁷ GRACIÁN, apud DEBORD, 1997, p. 103.

⁶⁸ DESSORS, apud DEJOURS, 1992, p. 100.

⁶⁹ O modo operatório é a maneira como o trabalho é executado. A forma como os meios de trabalho (instrumentos e ferramentas) e objetos de trabalho (elemento material sobre o qual incide o trabalho), são utilizados.

a risca o modo operatório determinado pela direção, responsável pela organização do trabalho, sob risco de punição para os trabalhadores que assim não o fizerem. Com isso, os trabalhadores precisam de autodisciplina constante, para reprimir gestos espontâneos, movimentos e, em alguns casos, até mesmo palavras. Dejours (1992), alerta para as consequências que isso pode trazer para a saúde dos trabalhadores:

A organização do trabalho, fixada externamente pelas chefias, pode, em certos casos, entrar em choque com o compromisso operatório favorável, que o trabalhador teria instituído espontaneamente. *A organização do trabalho, neste sentido, pode comprometer imediatamente o equilíbrio psicossomático. [...] A organização do trabalho é causa de uma fragilização somática, na medida em que ela pode bloquear os esforços do trabalhador para adequar o modo operatório às necessidades de sua estrutura mental.* (DEJOURS, 1992, p. 128).

Nesse sentido a alienação do trabalhador é dúplice. É de ordem econômica, por ter, dentro do processo de produção, vendido a sua força de trabalho e não pertencer mais a si mesmo, mas sim ao capital. E é também uma alienação psíquica, já que tarefas assim impostas reprimem a vontade do sujeito, substituindo-a pela vontade do objeto, isto é, substituindo a vontade do trabalhador, pela do capital, em sua forma material.

Logo, a autovigilância e a cronometragem do tempo que é estabelecido para cada gesto e ação, que os indivíduos realizam fora do local de trabalho, representam a interiorização desse método apreendido no trabalho, automaticamente acionado durante o exercício das demais atividades. Em decorrência disso, o emprego do tempo precisa ser feito da maneira mais eficiente possível, imperando também aí o princípio da maximização, que o capital conhece tão bem. Pois a mercadoria, forma elementar de riqueza da sociedade capitalista, não é fruto só do trabalho, ela também é fruto do tempo, do tempo de trabalho.

O tempo que tem sua base na produção das mercadorias é ele próprio uma mercadoria consumível [...] Todo o tempo consumível da sociedade moderna vem a ser tratado como matéria-prima de novos produtos diversificados que se impõem no mercado como empregos socialmente organizados do tempo. (DEBORD, 1997, p. 104, 105).

O grande problema é que a maximização do tempo para o capital implica em minimização do tempo para os trabalhadores, não apenas do seu tempo livre, mas ainda do período de vida útil da sua própria força de trabalho. O processo de valorização do capital tem por base o consumo das energias físicas e psíquicas dos trabalhadores, as quais contêm enorme potencial de geração de riqueza. Ao consumi-las, o capital consome o próprio

indivíduo, depreciando a sua carcaça humana, como se deprecia o motor de um veículo ao consumir a sua potência pelo uso.

Um dos principais paradoxos da sociedade contemporânea é que, ao mesmo tempo em que ela consome as energias dos indivíduos, dentro e fora do trabalho, ela os bombardeia com propagandas e campanhas que pregam a imperiosidade da beleza e da juventude. Para aqueles que não se enquadram neste “padrão”, ela oferece “soluções” para evitar as marcas fisiológicas do compasso acelerado do tempo, criando métodos artificiais, como cirurgias e procedimentos estéticos, para que as pessoas possam parecer naturalmente jovens.

Essas marcas fisiológicas estão ligadas a pressão exercida de maneira sutil pelo tempo, sobre a carcaça humana. Sua influência impulsiona a aceleração dos movimentos e do ritmo de vida e exige raciocínio rápido dos indivíduos. Isso acaba resultando em situações cotidianas de “alta tensão” e “*stress*”, nas quais as pessoas são submetidas a “agressões externas”, do meio em que estão inseridas. A adaptação fisiológica e psicológica dos indivíduos a essas situações, comuns na sociedade moderna, leva-os a se acostumarem a trabalhar sob pressão, desenvolvendo eles mesmos, mecanismos de aceleração e intensificação do ritmo de trabalho, dentro da empresa, e do ritmo de vida, fora dela. É evidente que isso traz sérios danos, de um lado, para a saúde do organismo humano, de outro, para a saúde do organismo social.

Do ponto de vista econômico, porém, o ritmo alucinado e alucinante desencadeado pelo modo de vida contemporâneo, bem como o “*stress*”, essa patologia do organismo social que o acompanha, retroalimentam a acumulação de capital. Seja por proporcionar o aumento da intensidade do trabalho, seja por prolongar a jornada para além do dia de trabalho, seja por aumentar a velocidade de rotação do capital. Ou ainda por acelerar o ritmo de consumo e levar os agentes econômicos a desperdiçarem parte do seu raro tempo livre, comprando produtos supérfluos, desequilibrando, muitas vezes, suas finanças pessoais e levando-os ao endividamento.

Mas o desenvolvimento econômico capitalista parece mesmo não coincidir com o progresso da felicidade humana. Segundo Andrews (2009), o PIB dos Estados Unidos triplicou nos últimos 50 anos, mas a felicidade da sua população declinou. No mesmo período o número de divórcios duplicou, o de suicídios entre adolescentes triplicou e o de crimes violentos quadruplicou.

O crescimento econômico associado à distribuição desigual da riqueza, característica marcante do desenvolvimento capitalista, é um fator importante para explicar esse fenômeno,

uma vez que se produzem bens e serviços com melhor qualidade e sempre em maiores quantidades. Entretanto, parte da população é excluída dos benefícios oriundos desse progresso material. Esse fator, aliás, constitui o cerne das crises econômicas de superprodução.

Mas ele não é o único elemento explicativo do declínio da felicidade, mesmo com todo o progresso material que a sociedade conseguiu obter, pois como já sabiam os filósofos da antiguidade, o homem tem necessidades, não só de ordem material, mas também de ordem espiritual. Para a satisfação dessas últimas, porém, é necessário tempo livre, que lhe permita o desenvolvimento de seus talentos naturais e a obtenção de conhecimento e erudição, de acordo com a virtude de cada um. A sociedade capitalista extorquiou esse bem dos indivíduos, e, em particular da classe trabalhadora, ao transformar o seu tempo livre em tempo disponível para o capital, comprometendo a realização dos seus desejos imateriais, o que constitui fonte de grande aflição. A esse respeito dizia Marx:

[...] segundo Smith, uma sociedade em que a maioria sofre não é feliz, mas uma vez que a situação mais rica da sociedade conduz ao sofrimento da maioria, e que a economia nacional (de maneira geral, a sociedade do interesse privado) conduz a esta situação mais rica, é necessário concluir que a *infelicidade* da sociedade é a finalidade da economia política. As únicas engrenagens acionadas pela economia política são a avidez pelo dinheiro e a guerra entre aqueles que padecem disso, a concorrência. (MARX, 2004, p. 28).

É essa avidez pela acumulação que faz do trabalho o modo de vida fundamental dos indivíduos, criando a necessidade de serem sempre mais competitivos. É essa avidez que os obriga a reprimir um dos fundamentos mais essenciais da vida humana, o ócio, no seu sentido filosófico, tal como o compreendia Aristóteles:

[...] a própria natureza, como se tem afirmado com freqüência, exige que sejamos capazes não apenas de trabalhar bem, mas também de nos divertir bem; pois como devo realçar, o princípio de toda atividade é o lazer. Embora trabalho e lazer sejam necessários à vida, o ócio é preferível e é seu fim mais elevado.[...] a diversão é mais necessária do que nunca nas horas de trabalho compenetrado, pois aquele que se empenha no trabalho tem necessidade de relaxamento, enquanto o trabalho vem sempre acompanhado das tensões e do esforço [...] Mas o ócio oferece prazer, felicidade e a satisfação de viver, que não são experimentados pelos homens ocupados demais, e sim por aqueles que têm tempo para o ócio. (ARISTÓTELES, 2001, p. 269).

Entre os filósofos da antiguidade, o trabalho era visto com certo desprezo, por promover a degradação do homem livre. É claro que, em sua época, se referiam ao trabalho

escravo. Mas em sua forma assalariada, como já foi mostrado aqui, o trabalho continua degradando os indivíduos e restringindo a sua liberdade. Lafargue, em sua análise sobre o ócio, faz uma interessante alusão sobre isso:

“O preconceito da escravidão dominava o espírito de Pitágoras e Aristóteles”, escreveu-se com desdém. No entanto, Aristóteles previa que, “se cada ferramenta pudesse trabalhar sozinha, assim como as obras de arte de Dédalo moviam-se por conta própria, ou como os tripodes de vulcano executam espontaneamente seu trabalho sagrado; se, por exemplo, as navetas tecessem por conta própria, então os contramestres não precisariam de ajudantes e o senhor não precisaria de escravos. (LAFARGUE, 2001, p. 182).

Lafargue lembra, portanto, que Aristóteles já sonhava com a automação e que esta libertaria os homens do trabalho e transformá-los-ia em homens livres. Hoje, mais de dois mil anos depois, o sonho de Aristóteles é uma realidade em muitas fábricas, como as da Toyota e da Philips, onde as máquinas comandam visivelmente o processo produtivo. No entanto, assim como o senhor precisava de escravos, na época de Aristóteles, na sociedade contemporânea, o capitalista continua precisando de trabalhadores. Visto que constitui mais uma de suas contradições, a centralidade do trabalho vivo, como força criadora da riqueza, simultaneamente, em que se processa a sua negação, pelo emprego do trabalho morto.

7 – Considerações Finais

Nas últimas décadas o capitalismo vem passando por grandes transformações, com a maior integração dos países emergentes e subdesenvolvidos, em seu mercado mundial e com o desenvolvimento das crises econômicas, cada vez maiores em extensão e em profundidade. Apesar de estas crises virem assumindo, com maior amplitude, a forma de crise financeira, seus impactos têm sido extremamente nocivos para os setores reais das economias, particularmente para o mundo do trabalho.

Ao afetarem negativamente a rentabilidade dos capitais, diante da redução do consumo e da não realização do valor materializado nas mercadorias, as crises econômicas criam as condições propícias para a introdução de planos de reestruturação produtiva e criação de métodos para reorganização da produção. Estes têm como objetivo, basicamente, tornar os processos produtivos mais eficientes, reduzindo os custos de produção e criando mecanismos que possibilitem a rápida adaptação e ajuste da produção de bens e serviços, em resposta às oscilações na demanda, provocadas pelos movimentos de expansão e contração da atividade econômica.

Tais mecanismos alteram, inevitavelmente, o processo de trabalho, núcleo central dos processos produtivos. Por isso, além de ampliarem o uso de novas tecnologias, os processos de reestruturação modificam as formas de organização da produção, transformando as condições de trabalho e a necessidade do processo produtivo de absorção de força de trabalho.

Com o uso crescente de novas tecnologias e a introdução de formas mais eficientes de organização da produção, fatores que em geral, se observam no desenvolvimento econômico capitalista, o sistema tende a absorver, relativamente, uma proporção menor de força de trabalho. Com isso ele tende a libertar uma proporção, relativamente maior de trabalho vivo, dos processos de produção.

Durante os períodos de crise econômica essa tendência se agudiza, provocando a elevação do nível de desemprego e a expansão do exército global de reserva. Este age como uma força econômica coercitiva, pressionando os trabalhadores assalariados a aceitarem piores condições de trabalho, como salários mais baixos e a redução de benefícios e direitos trabalhistas. Muitas vezes isso se traduz também em piores condições físicas de trabalho, com a redução do tempo e degradação do espaço, para realização das tarefas. E em piores condições psicológicas, com o aumento das “agressões externas” a psique dentro do ambiente

de trabalho, inclusive no que diz respeito ao estabelecimento de um modo operatório, que vai de encontro à natureza psicossomática dos trabalhadores.

Do lado do “mercado de trabalho”, observou-se que nos últimos vinte anos a participação dos salários no montante total da renda, diminuiu na maioria dos países, até mesmo naqueles economicamente mais avançados. Isto significa que embora se verifique, em média, ganhos reais nos salários, ao longo dos anos, relativamente às formas de remuneração do capital, estes estão diminuindo, o que representa um empobrecimento não absoluto, mas relativo da classe trabalhadora.

Houve também, no mesmo período, um aumento da desigualdade de rendimentos entre os assalariados, quando se consideram os diretores e altos executivos, como pertencentes a essa classe. Neste caso, contudo, é importante ressaltar que aqueles são pagos para executar a função de direção e gerenciamento da produção, anteriormente desempenhada pelo capitalista e fundamental para a maximização da eficiência produtiva. Por isso suas remunerações são elevadas, pois são na verdade formas de remuneração do capital. Logo, é necessário relativizar a conclusão anterior, quando se consideram os altos executivos como assalariados.

As etapas do movimento cíclico das economias capitalistas influenciam substancialmente essa desigualdade de rendimentos. Na etapa atual, de crise econômica, ela está sendo afetada pela elevação da taxa de desemprego, em vários países e regiões do planeta. Esta elevação está provocando um movimento descendente na renda de milhões de indivíduos, que correm o risco de migrar para um segmento social economicamente inferior.

Segundo as estimativas mais recentes, o desemprego mundial deve oscilar dentro do intervalo de 210 e 239 milhões de pessoas. E cerca de 122 milhões de trabalhadores estão correndo o risco de passar a fazer parte do segmento dos que vivem com menos US\$ 1,25 por dia, além dos 620 milhões de pessoas que já viviam nessas condições, antes do início da crise⁷⁰. As perspectivas de recuperação da atividade econômica mundial, entretanto, não sugerem uma geração de postos de trabalho grande o suficiente, para reabsorver todos aqueles que foram demitidos durante a crise, devido ao emprego de um patamar tecnológico e organizacional mais eficiente, no processo de acumulação de capital.

Isto faz com que a recuperação dos “mercados de trabalho” seja bem mais lenta que a recuperação dos mercados de bens e serviços, fator que, combinado com o encurtamento dos ciclos econômicos, tende a criar um quadro recorrente de semirrecessão no mercado global de

⁷⁰ INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **Global Employment Trends Update, May 2009**, Geneva: ILO, 2009. Disponível em: <<http://www.ilo.org/publns>>.

trabalho, caso medidas de política econômica não sejam implementadas, para promover impulsos na direção contrária.

Nesse sentido, as preocupações da OIT com o mundo do trabalho, explicitadas no Pacto Mundial para o Emprego, são extremamente pertinentes, mesmo que algumas das medidas que propõe, sejam, em grande parte, incongruentes com a lógica de acumulação de capital. Ações como estas propostas por instituições internacionais, como a OIT e a ONU, são importantes por chamar a atenção para os problemas econômicos e sociais contemporâneos, e abrir espaço para o questionamento a respeito do tipo de desenvolvimento promovido pelo capitalismo.

Nesse sistema, os interesses para a mobilização de recursos com o objetivo de promover o bem-estar social são ínfimos, se comparados aos interesses econômicos dos capitais, diante da sua necessidade de acumulação. Este fato ficou ainda mais visível na atual crise econômica, quando foram gastos US\$ 11,9 trilhões, em apenas dois anos, para salvar grandes corporações em dificuldades financeiras. Uma média de US\$ 5,95 trilhões gastos por ano, uma cifra aproximadamente 135 vezes maior do que aquela que se estima como necessária para erradicar a fome, que é de US\$ 44 bilhões por ano. Apesar de exigir um total de gastos anuais, muito inferior, a fome permanece como um estigma do capitalismo e tal como outros problemas sociais, ela está longe de ser resolvida.

Nos últimos anos, a percepção de insegurança econômica e medo do desemprego têm crescido. Os dados apontam que quase 50% do total de empregos no mundo, são vulneráveis, faltando-lhes cobertura de proteção social. Ademais, estima-se que 43 milhões de pessoas possam passar a fazer parte das estatísticas de desemprego de longa duração. Fatores como esses coagem aqueles que continuam empregados, a aceitarem acordos “flexibilizadores” de trabalho, que atuam no sentido de tornar mais maleáveis ainda, à contratação e utilização da força de trabalho, pelo capital.

Tais acordos aprofundam o uso das formas flexíveis de organização da produção, tornando os processos produtivos mais eficientes e desperdiçando menos recursos, ao fazer com que o consumo de matérias-primas seja mais racional. Para os assalariados, porém, isto vem provocando uma desregulamentação tácita das leis e normas do trabalho, ou seja, uma desregulamentação que não é explícita, nem formalmente estabelecida, mas sim sutil, informal e silenciosa.

No caso específico do Brasil, além desse efeito, o exército global de reserva, tem contribuído para a desqualificação de uma parte de sua força de trabalho qualificada, ao

obrigar pessoas com mestrado e doutorado a buscarem alternativas de trabalho que exigem pouca qualificação, diante da ausência de vagas de trabalho qualificado. Assim, nivela-se por baixo a capacidade de trabalho dos indivíduos. Os postos de trabalho criados no país são, em grande parte, de qualidade inferior em relação aos já existentes.

De outra maneira, essa é uma conclusão que também se pode inferir para uma parcela significativa dos empregos gerados no mundo inteiro, com a alteração da sua repartição entre as diferentes regiões do planeta. Na última década, as economias avançadas diminuíram sua participação no emprego mundial, enquanto que os países pobres e emergentes aumentaram sua participação. Fato que, por um lado, indica a redução da capacidade de geração de emprego, das economias avançadas e, por outro lado, expressa o maior grau de absorção de força de trabalho, por parte dos processos de produção dos países pobres, nos quais os salários são bem mais baixos e os custos com o trabalho é menor.

A crescente participação dessas economias no total do emprego mundial, somada a proliferação dos acordos “flexibilizadores”, realizados no contexto dos planos de reestruturação das empresas, resulta, em geral, na degradação das condições de trabalho, isto é, numa piora nas condições em que se realiza essa atividade. Nem sempre essa piora implica em precarização, dado que em alguns casos, principalmente nas economias mais desenvolvidas, antes da crise, as condições de trabalho eram de tal modo satisfatórias, que, mesmo depois de um processo de pioramento, ainda não podem ser classificadas como precárias.

Essa complexa realidade econômica do mundo do trabalho tem suscitado o surgimento de diferentes interpretações, sobre as formas de organização da produção e sobre o próprio capitalismo. Antes da atual crise econômica, uma interpretação que esteve muito em evidência, era a de que as novas tecnologias permitiam uma maior colaboração entre o capital e o trabalho, amenizando o potencial de conflitos entre capitalistas e trabalhadores.

Estas interpretações estiveram baseadas na análise das formas que a relação de trabalho assalariado assumiu nos últimos anos, como a “especialização flexível” e a “associação cooperativa” entre capital e trabalho. Elas criaram uma nova roupagem para as relações capitalistas de produção, ocultando muitas vezes a oposição entre capital e força de trabalho. Por isso, a observação apenas dessas formas transmutadas de trabalho assalariado, levou a interpretações equivocadas a respeito do capitalismo, pois, como exposto ao longo dessa dissertação, as suas contradições estão longe de serem amenizadas.

Mas não foram somente as formas de expressão do trabalho assalariado que sofreram modificações. Alterou-se também o seu próprio conteúdo, pois os acordos estabelecidos entre empresas e sindicatos, não só mantiveram algo que está na essência deste tipo de relação de trabalho, que é a submissão concreta dos trabalhadores ao capital, mas também a transformaram numa submissão ideológica, com a introjeção ostensiva da visão capitalista do mundo, nos assalariados.

Nesse contexto, assim como as formas de organização da produção passaram por transformações, as formas de organização dos trabalhadores em sindicatos, também se alteraram, com o desenvolvimento de uma hierarquia sindical, que cria uma separação entre a base e o corpo dirigente. Todos esses fatores em conjunto, mais a ampliação do exército global de reserva, acabaram por reduzir o poder de barganha e negociação da classe trabalhadora, atualmente bastante limitado.

O capitalismo, por seu lado, sabe manipular muito bem esta realidade, para extrair, sempre que precisa, mais trabalho dos assalariados. Hoje em dia isto é feito de maneira bem mais inteligente, do que se fazia nos modelos fordistas de organização da produção. Embora, em muitos casos, as tarefas continuem rotinizadas e o ritmo de trabalho ainda seja intensivo, os modelos flexíveis de produção fazem uso de instrumentos, como o banco de idéias, que absorvem o potencial intelectual dos funcionários por meio de sugestões para melhorar o processo produtivo, que estes são estimulados a conceder gratuitamente e o fazem, visando a construção de um ambiente de trabalho melhor e influenciados pela ideia de colaboração e cooperação com a empresa.

O capitalismo contemporâneo criou ainda, mecanismos capazes de absorver a força de trabalho das pessoas, mesmo fora dos processos de produção, estendendo a jornada de trabalho para a esfera do consumo. Essa absorção é feita através da propagação das máquinas de autoatendimento, nos mais variados ambientes de consumo, onde ferramentas como caixas eletrônicos e máquinas de venda automática, obrigam os indivíduos a utilizarem a sua própria força de trabalho, para produzirem os produtos e serviços que precisam.

Assim, fora do ambiente de trabalho os indivíduos acabam realizando uma série de tarefas “extralaborais”, que exigem tanto dispêndio de energia quanto as realizadas no trabalho. São tarefas cotidianas, como a operação de máquinas nas ações de consumo, ou o controle da qualidade dos produtos que compram. Estas possuem o caráter de obrigação, e terminam comprimindo o tempo livre que os assalariados poderiam ter, fora do trabalho.

Desse modo, isso funciona, para o capital, como uma espécie de prolongamento da jornada de trabalho, na esfera do consumo. O capital apropria-se também, do tempo em que as pessoas estão longe do local de trabalho. Para isso, são utilizados recursos como a difusão da cultura do consumo e da ideia fixa de obtenção de sucesso e ascensão social.

Por causa disso, apesar de todo o progresso tecnológico e organizacional, ocorrido dentro e fora das empresas nos últimos anos, que proporcionou o crescimento extraordinário da produtividade social do trabalho, o modo de vida de grande parte da população continua sendo o trabalho. Para estas pessoas, o trabalho continua sendo um fardo extremamente pesado, distribuído desigualmente entre os membros da sociedade.

Isso ocorre de tal maneira que, enquanto alguns não possuem tempo sequer para fazer aquilo que desejam ou gostariam de fazer, outros possuem tempo de sobra e acabam formando uma camada social ociosa. Mas como não poderia deixar de ser, também com relação a esta, se observam os efeitos das contradições do capitalismo, ao se criar um segmento de indivíduos que possuem tempo livre, por possuírem o comando sobre o trabalho de outrem. E um segmento de pessoas que possuem tempo disponível, por não terem conseguido os meios materiais para usufruir da sua própria capacidade de trabalho. Estes últimos acabam, quase sempre, vivenciando algum tipo de ócio degenerativo.

Aqueles que se furtam da obrigação do trabalho por comandarem trabalho alheio, mediante a propriedade dos meios de produção, ao invés de usarem o seu tempo livre para o desenvolvimento das atividades do espírito e do pensamento, gastam a maior parte do seu tempo com formas “artificiais” de lazer e com o consumo de bens de luxo, cujo objetivo é a ostentação de um status social elevado.

Percebe-se com isso, que o desenvolvimento capitalista trouxe consigo novas tecnologias; produtos de melhor qualidade, produzidos em menos tempo e até mesmo maior comodidade para os que podem realizar suas transações sem sair de casa, mas não o progresso da felicidade, que parece ter estacionado, ou mesmo retrocedido. Isto porque o direito ao ócio, como princípio de todas as atividades (inclusive das intelectuais, do lazer e do descanso do corpo e da alma), foi retirado dos indivíduos e transformado em mercadoria pelo capital. Dessa maneira, as pessoas são impedidas de desenvolverem aquilo que possuem de melhor, as suas aptidões e habilidades inatas, suas principais virtudes.

Mas, como já sabia Owen: “a felicidade do homem pode ser construída apenas sobre as bases da saúde do corpo e da paz de espírito.”(OWEN, s. p.).⁷¹ No entanto, o trabalho, em

⁷¹ Obra sem data. Trecho traduzido por Luciana Penteado Miquelino.

processo de degradação, continua sendo uma atividade muito pouco prazerosa, quando não, fonte de angústias e sofrimento. No último relatório da OIT, encontra-se a seguinte afirmação: “*Everywhere, perceptions of job precariousness are on the rise.*”⁷²

Pensadores como Owen e Fourier, que imaginaram a construção de uma sociedade menos desigual, basearam seus projetos na ideia de que melhores condições de trabalho levariam a formação de pessoas melhores. Talvez a explicação para a degeneração de algumas das principais qualidades humanas, portanto, se encontre na degradação das condições de trabalho.

O quadro atual do mundo do trabalho, desse ponto de vista, não é muito animador, delineando-se, como se pôde perceber, um cenário de ebulição social e contradições. Mas que de tudo isso fiquem as lições da história, que mostram que apesar dos retrocessos periódicos, ocorridos no curso do desenvolvimento da sociedade humana, esta caminha gradativamente rumo ao progresso, assim como acontece com a evolução da natureza e do próprio pensamento.

⁷² INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **World of Work Report 2009**, 2009, p.viii.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANDREWS, S. PIB x FIB: uma nova medida de felicidade. **Seuestilo**, n. 24, abril 2009. Disponível em: <<http://www.apostolo-primitivo.co.cc/ciencia-e-religiao-fl2/reflexao-pib-x-fib-uma-nova-medida-de-felicidade>>. Acessado em 03 de fevereiro de 2010, 14:59.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e Negação do Trabalho**, 7 ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R; BRAGA, R. **Infoproletários: Degradação Real do Trabalho Virtual**, São Paulo: Boitempo, 2009.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução Pedro Constantin Tolens. 5ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 269.

BRUE, S. **História do Pensamento Econômico**. Tradução Luciana Penteado Miquelino. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. **National Economic Accounts**. Disponível em: <<http://www.bea.gov>>. Acessado em: 12 jan. 2009, 08:58.

BUREAU OF LABOR STATISTICS. **Databases & Tables**. Disponível em: <<http://www.bls.gov>>. Acessado em: 12 jan. 2009, 08:59.

CARCANHOLO, M. D. **Causa e Formas de Manifestação da Crise: uma Interpretação do Debate Marxista**. 1996, 190 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1996.

CHASE, S. Introdução (nota prévia). In: **A Teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições**. Tradução Olivia Krähenbühl, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais: São Paulo, 1965, p. 14.

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA. Concurso Público para preenchimento de vagas no cargo de Profissional de Operações de Limpeza e Vetores, nível 1, na função de Gari, **Editais nº 2/2009**, 5 out. 2009. Disponível em: <http://www.pub.funrioconcursos.org.br/publicacoes/COMLURB/Edital_01_Comlurb.pdf>. Acessado em 19 de janeiro de 2009, 11:35.

CONCURSO para garis atrai 22 mestres e 45 doutores no Rio. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, 22 out. 2009. Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>. Acessado em 19 de janeiro de 2009, 11:07.

CONCURSO para gari tem quase o dobro da concorrência de medicina no vestibular da USP. **R7 Notícias**, Notícias, Vestibular e Concursos, 29 dez 2009. Disponível em: <<http://www.noticias.r7.com>>. Acessado em 19 de janeiro de 2009, 10:38.

DATAPREV. **Estatísticas da Previdência Social**. Disponível em: http://www3.dataprev.gov.br/infologo/Info_AcTrab. Acessado em: 12 jan. 2010, 09:35.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Tradução Estela dos Santos Abreu, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 103, 104, 105.

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho: Um Estudo de Psicopatologia do Trabalho**. Tradução Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 5 ed. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992, p. 100, 128.

DE MASI, D. **O Ócio Criativo: Entrevista a Maria Serena Palieri**, Tradução Léa Manzi. 10ª ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DE MASI, D. Introdução. In: **A Economia do Ócio**. Organização e Introdução Domenico De Mais. Tradução Carlos Irineu W. da Costa, Pedro Jorgensen Júnior, Lea Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2001, p. 25, 40.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Pesquisas de Emprego e Desemprego, **Banco de Dados**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acessado em 27 de janeiro de 2010, 10:47.

DICKEY, D.A., FULLER, W.A. **A Likelihoodratio Statistics for Autoregressive Time Series with a Unit Root**. Journal of the American statistical association, v.74, n.366, p.427-431, 1979.

ELIAS, N. **Sobre o Tempo**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 21, 22.

ENDERS, W. **Applied Econometrics Time Series**. 2ª ed. Wiley, 2003.

FARIA, L. A. As formas institucionais da estrutura: do micro ao macro na Teoria da regulação, **Revista Ensaio Fundação de Economia e Estatística**, v. 22, n. 1, p. 187-204, Porto Alegre, 2001.

BRITISH Airways pede a funcionários que trabalhem de graça por até 1 mês. **FOLHA DE SÃO PAULO**, 16 jun. 2009, Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>. Acessado em 07 de janeiro de 2010, 00:19.

FUNCIONÁRIOS da British Airways planejam greve durante Natal. **FOLHA DE SÃO PAULO**, 14 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>. Acessado em 07 de janeiro de 2010, 02:12.

HARVEY, DAVID. **Condição Pós-Moderna**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves São Paulo, 10ª ed. Edições Loyola, 2001, p. 135.

HENNEMANN, G. Funcionários da Renault com contrato suspenso voltam ao trabalho, **Folha de São Paulo**, 24 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>. Acessado em: 07 jan. 2010, 23:09

HESSEL, R. Pacotes proliferam e podem não conter a crise. **Gazeta Mercantil**. 29 de dezembro de 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de Dados, **Séries Estatísticas**. Disponível em: <[http:// www.ibge.gov.br/series_estatisticas](http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas) >. Acessado em: 20 jan. 2010, 17:51.

International Conference of Labour Statisticians, Geneva, 1993 Jan 19-28. Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/dwresources/iebrowse>.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **Global Employment Trends, January 2009**, Geneva: ILO, 2009. Disponível em: <<http://www.ilo.org/publns>>. Acessado em: 07 jan. 2010, 23:09

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **Global Employment Trends Update, May 2009**, Geneva: ILO, 2009. Disponível em: <<http://www.ilo.org/publns>>. Acessado em: 07 jan. 2010, 10:01.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **Panorama Laboral 2008: América Latina y El Caribe**, Geneva: ILO, 2009. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acessado em: 09 jan. 2010, 12:07.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **Panorama Laboral 2009: América Latina y El Caribe**, Geneva: ILO, 2009. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acessado em: 16 jan. 2010, 17:04.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **Ultrapassar a Crise: Um Pacto Global para o Emprego**. Tradução da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional, Lisboa: ILO, 2009. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/portuguese/region/eurpro/lisbon/pdf>>. Acessado em: 31 jan. 2010, 09:44.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **World of Work Report 2008: Income Inequalities in the Age of Financial Globalization**, Geneva: ILO, 2008. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acessado em: 22 mar. 2009, 15:08.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, **World of Work Report 2009: The Global Jobs Crisis and Beyond**, Geneva: ILO, 2009, p viii. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acessado em: 31 jan. 2010, 10:38.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**, Tradução de Augusto Souza, 2 ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970, p. 135, 301, 302, 303 e 309.

KYDLAND, F.; PRESCOTT, E. C. Time to build and aggregate fluctuations, **Econometrica**, 1982, v. 50, n. 6, p. 1.345-1.370.

LONG, J. B.; PLOSSER, C. I. Real Business Cycles, **Journal of Political Economy**, 1983, v. 9, n. 1, p. 39-69.

LAFARGUE, P. O Direito ao Ócio. In: **A Economia do Ócio**. Organização e Introdução Domenico De Mais. Tradução Carlos Irineu W. da Costa, Pedro Jorgensen Júnior, Lea Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2001, p. 153, 182.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo**. Tradução Olinto Beckerman. 4 ed. São Paulo: Global, 1987, p. 10.

LUCAS, R. E. JR. Methods and problems in business cycle theory, 1980, **Journal of Money, Credit and Banking**, v. 12, n. 4, p. 696-715.

LYRA, D. M.; COSTA R. F. R. A Crise Econômica Atual e o Mundo do Trabalho. In: XIV ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA FNE 20 ANOS, 2009, Fortaleza, **Anais**, Fortaleza: Fórum BNB de Desenvolvimento, 2009.

MAGALHÃES, Matheus. Equilíbrio e Ciclos. **Revista de Economia Contemporânea**, set./dez. Rio de Janeiro, 2005, pp. 509-554.

MAGALHÃES, Matheus. Explicando o Ciclo de Negócios. **Revista de Economia Aplicada**, jan./mar. São Paulo, 2000, pp. 157-189.

MAIA, S. F. **Modelos de Vetores Auto-regressivos: uma Nota Introdutória**. Texto para Discussão 60. Curso de Mestrado em Economia da Universidade Estadual de Maringá (PR), JAN 2002.

MARTINS, S. P. **Flexibilização das Condições de Trabalho**, 3 ed. São Paulo: Atlas, 2004, p.14, 22, 23.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 28.

MARX, K. **O Capital** – Crítica da Economia Política, Livro I – O Processo de Produção do Capital. Tradução Reginaldo Sant’Anna. V. 1, 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 1989, p. 127.

MARX, K. **O Capital** – Crítica da Economia Política, Livro I – O Processo de Produção do Capital. Tradução Reginaldo Sant’Anna. V. 2, 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. 1989, p. 607.

MARX, K. **O Capital** – Crítica da Economia Política, Livro II – O Processo de Circulação do Capital. Tradução Reginaldo Sant’Anna. V. 3, 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987, p. 948.

MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **Mapping the Global Capital Market Third Annual Report**, Jan. 2007. Disponível em: <<http://www.mckinsey.com>>. Acessado em: 08 jan. 2009, 15:48.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**, Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 661.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho, **Evolução do Emprego do CAGED**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/PDET>. Acessado em: 19 jan. 2010, 21:15.

NOTÍCIAS DA OIT. OIT diz que crise financeira mundial causará a perda de 20 milhões de empregos. **OIT**. 21 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br>. Acessado em: 08 jan. 2009, 14:48.

NOTÍCIAS DA OIT. OIT diz que o desemprego está aumentando devido à crise econômica. **OIT**. 28 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br>. Acessado em: 07 jan. 2010, 10:38.

OLIVEIRA, J. S. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), **AUDIÊNCIA PÚBLICA: Reflexos da Terceirização no Mercado de Trabalho**, Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 11 abril 2008. Disponível em: www.dieese.org.br/cedoc/4066.ppt. Acessado em: 20 jan. 2010, 17:46.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. Cimeira do Milênio, Nova Iorque, 6-8 set. 2000. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm/>. Acessado em: 01 fev. 2010, 13:10.

OWEN, R. **A New View of Society**. Obra sem data. s.p. Disponível em: <http://socserv2.socsci.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/owen/index.html>. Acessado em: 07 fev. 2010, 16:51.

PALIERI, M. S. Entrevista. In: DE MAIS, D. **O Ócio Criativo: Entrevista a Maria Serena Palieri**, Tradução Léa Manzi. 10ª ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000, p. 206.

PANTALEÃO, S. F. **Banco de Horas – Aspectos para Validade**, [2002?] data provável. Disponível em: <http://www.guiatrabalhista.com.br>. Acessado em 14 de janeiro de 2009, 10:24.

PERRON, P. The great crash, the oil price shock and the unitroot hypothesis, **Econometrica**, vol. 75, nº. 6, p.1361-1401, 1989.

PLOSSER, C. I. Understanding real business cycles, **Journal of Economic Perspectives**, 1989, v. 3, n. 3, p. 51-77.

PRESCOTT, E. C. Real business cycle theory: what have we learned? **Revista de Análisis Económico**, 1991, v. 6, n. 2, p. 3-19.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/odm/> >. Acessado em: 01 fev. 2010, 13:12.

QUEIROGA, A. CLT prevê que suspensão de contratos pode ser prorrogada. **Gazeta Mercantil**. 09 de janeiro de 2009. Disponível em: <<http://www.clippingmp.planejamento.gov.br>>. Acessado em: 14 jan. 2009, 09:26.

REDAÇÃO CAPITALNEWS. Mecanização do corte da cana ocupa 40% dos canaviais, **capitalnews**, agronegócio, 14 jan. 2009. Disponível em: Disponível em: <<http://www.capitalnews.com.br> >. Acessado em: 14 jan. 2010, 23:17.

REDAÇÃO CORREIO DA PARAÍBA. Jornada de trabalho desrespeita lei, **Correio da Paraíba**, 10 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.sindifiscopb.org.br/index.asp?Area=Informativos> >. Acessado em 27 de janeiro de 2010, 10:58.

REHDER M. Rotatividade sobe e achata salários, **O Estado de S. Paulo**, Economia e Negócios, 25 maio 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br> >. Acessado em: 16 jan. 2010, 15:04.

REIS, F. A. Empregos: qualificação e valorização da mão-de-obra na Alemanha, **O Lince**, Panopticum, ano 3, nº 26, março/abril 2009, p. 1. Disponível em: < <http://www.jornalolince.com.br/2009/mar/panopticum/emprego>>. Acessado em: 27 jan. 2010, 15:09.

RIBEIRO, D. É melhor prevenir. **Carta Capital**, ed. 576, 16 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br>>. Acessado em: 07 jan. 2010, 12:40.

RIBEIRO, N. R. A crise econômica: conteúdo e formas de manifestação. In: RIBEIRO, E. V. (Org.) **Globalização, Competitividade e Crises**, 2ª Ed., João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002. p. 149.

RIBEIRO, N.R. **A Crise Econômica: uma Visão Marxista**. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2008.

RUSSELL, B. O Elogio ao Ócio. In: **A Economia do Ócio**. Organização e Introdução Domenico De Mais. Tradução Carlos Irineu W. da Costa, Pedro Jorgensen Júnior, Lea Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2001, p. 133.

SANTOS, J. M. **Os Efeitos da Reestruturação Operacional sobre a Qualidade do Trabalho no Setor Supermercado Brasileiro (1994 – 2005)**. 2008, 141 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SILVA, E. B. **Refazendo a Fábrica Fordista: Contrastes na Indústria Automobilística no Brasil e na Grã-Bretanha**, São Paulo: Hucitec, 1991, p. 26, 36.

SILVA, G. J. O fim do laissez-faire. **Valor Econômico**, 18 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.clippingmp.planejamento.gov.br>>. Acessado em: 01 fev. 2010, 12:57.

SIMS, C. Macroeconomics and reality. **Econometrica**, v.48, n.1, p.1-48, 1980.

SOARES, J. L. **Primeiro, o Verbo: Depois, as Demissões em Massa**. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

Souza, A; Yonamine, J. Os Impactos de um Programa de Sugestão de Melhorias para a Lucratividade do Negócio e Motivação dos Funcionários: Um Estudo de Caso. In: XXII ENEGEP - Encontro Nacional de Engenharia de Produção, **Anais**, Curitiba, outubro de 2002. Disponível em: <http://www.gpi.ufrj.br/artigos>, acessado em: 14 janeiro de 2010, 11:23.

SOUZA, M. M. Empresas evitam demissões com medidas criativas, mas polêmicas. **Valor Econômico**, caderno internacional, 02 jul. 2009.

VEBLEN, T. **A Teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições**. Tradução Olivia Krähenbühl, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais: São Paulo, 1965, p. 36, 37.

WOMACK, J. P; JONES, D. T; ROOS, D. **A máquina que mudou o mundo: baseado no estudo do Massachusetts Institute of Technology sobre o futuro do automóvel**, 11 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

WOOD Jr, T. Fordismo, Toyotismo e Volvismo: os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 32, n.4, p. 6-18, São Paulo, FGV, 1992.

APÊNDICE A - Medindo a Relação Bilateral PIB x Desemprego: Um Exercício Econométrico

Este apêndice apresenta o exercício econométrico realizado para captar e quantificar a relação bilateral existente entre a taxa de desemprego e a taxa de crescimento do PIB, usando-se dados da economia dos Estados Unidos. Para tanto foi adotada a modelagem de Vetores Auto-Regressivos (VAR). O pacote computacional *WinRats* foi utilizado para a estimação do modelo econométrico.

Sims (1980), propôs uma abordagem alternativa ao modelo de equações simultâneas, devido a sua fragilidade, caracterizada pela inserção de variáveis no modelo para a resolução do problema de identificação⁷³. Conhecida na literatura econométrica como processo de Vetores Autorregressivos (VAR), esta abordagem além de conseguir tratar várias séries no modelo, mensura o impacto das inovações⁷⁴ sobre as variáveis contidas no sistema. De acordo com Maia (2001), este método de análise multivariado pode ser descrito na sua forma primitiva simples, da seguinte maneira:

$$y_t = b_{10} + b_{12}z_t + \gamma_{11}y_{t-1} + \gamma_{12}z_{t-1} + \varepsilon_{yt} \quad (\text{A.1.1})$$

$$z_t = b_{20} + b_{21}y_t + \gamma_{21}y_{t-1} + \gamma_{22}z_{t-1} + \varepsilon_{zt} \quad (\text{A.1.2})$$

Este sistema propõe que o desemprego pode ser expresso como uma função da sua autorregressividade e do nível de produto (representado pelo PIB), no tempo contemporâneo e defasado. Da mesma forma, o sistema sugere que o nível de produto pode ser expresso como função da sua autorregressividade e do desemprego no tempo contemporâneo e defasado. Onde, y_t e z_t podem representar o comportamento do desemprego e do nível de produto, respectivamente, no tempo t ; y_{t-1} e z_{t-1} são os valores defasados em um período do desemprego e do nível de produto; ε_{yt} e ε_{zt} são ruídos brancos.

Segundo Lyra e Costa (2009), as equações (A.1.1) e (A.1.2) formam o sistema que relaciona o desemprego e o nível de produto. Elas também podem ser representadas num formato matricial, chamado de VAR estrutural. Sendo assim, têm-se:

⁷³ Problema que envolve a questão de saber se os coeficientes da forma estrutural do modelo podem ou não serem estimados.

⁷⁴ Choques ou surpresas que provocam oscilações sobre as variáveis de um sistema.

$$\begin{vmatrix} 1 & b_{12} \\ b_{21} & 1 \end{vmatrix} \begin{vmatrix} y_t \\ z_t \end{vmatrix} = \begin{vmatrix} b_{10} \\ b_{20} \end{vmatrix} + \begin{vmatrix} \gamma_{11} & \gamma_{12} \\ \gamma_{21} & \gamma_{22} \end{vmatrix} \begin{vmatrix} y_{t-1} \\ z_{t-1} \end{vmatrix} + \begin{vmatrix} \varepsilon_{yt} \\ \varepsilon_{zt} \end{vmatrix} \quad (\text{A.1.3})$$

Esta equação pode ser reescrita como:

$$Bx_t = \Gamma_0 + \Gamma_1 x_{t-1} + \varepsilon_t \quad (\text{A.1.4})$$

Onde,

$$B = \begin{vmatrix} 1 & b_{12} \\ b_{21} & 1 \end{vmatrix}, \quad x_t = \begin{vmatrix} y_t \\ z_t \end{vmatrix}, \quad \Gamma_0 = \begin{vmatrix} b_{10} \\ b_{20} \end{vmatrix}, \quad \Gamma_1 = \begin{vmatrix} \gamma_{11} & \gamma_{12} \\ \gamma_{21} & \gamma_{22} \end{vmatrix}, \quad \varepsilon_t = \begin{vmatrix} \varepsilon_{yt} \\ \varepsilon_{zt} \end{vmatrix}.$$

Pré – multiplicando todo o sistema pela inversa de B, tem - se:

$$B^{-1}Bx_t = B^{-1}\Gamma_0 + B^{-1}\Gamma_1 x_{t-1} + B^{-1}\varepsilon_t \quad (\text{A.1.5})$$

Tal que a inversa de B seja,

$$B^{-1} = \begin{vmatrix} \frac{1}{1-b_{12}b_{21}} & \frac{b_{12}}{1-b_{12}b_{21}} \\ \frac{b_{21}}{1-b_{12}b_{21}} & \frac{1}{1-b_{12}b_{21}} \end{vmatrix}$$

Sims (1980), observa que os termos de erro são funções de inovações, e estes podem ser representados da seguinte maneira:

$$B^{-1}\varepsilon_t = \begin{vmatrix} \frac{1}{1-b_{12}b_{21}} & \frac{b_{12}}{1-b_{12}b_{21}} \\ \frac{b_{21}}{1-b_{12}b_{21}} & \frac{1}{1-b_{12}b_{21}} \end{vmatrix} = \begin{vmatrix} e_{1t} \\ e_{2t} \end{vmatrix} \quad (\text{A.1.6})$$

Assim, os termos de erro seriam compostos pelas inovações ε_{yt} e ε_{zt} , que apresenta-se num VAR(1) como segue:

$$x_t = \nu + A_1 x_{t-1} + e_t \quad (\text{A.1.7})$$

Onde, $\nu = B^{-1}\Gamma_0$; $A_1 = B^{-1}\Gamma_1$; e $e_t = B^{-1}\varepsilon_t$; x_t é um vetor (nx1) que contém as variáveis presentes no modelo; ν é um vetor (nx1) de interceptos; A_1 é uma matriz (nxn) de coeficientes; e e_t é um vetor (nx1) de erros, que são ruído branco.

A generalização do modelo autorregressivo de ordem um, VAR(1), para um modelo autorregressivo de ordem superior, VAR(p), pode ser realizada da seguinte forma:

$$x_t = \nu + A_1 x_{t-1} + \dots + A_p x_{t-p} + e_t, \text{ onde } p = 1, 2, 3 \dots \quad (\text{A.1.8})$$

Onde, x_t é um vetor (kx1) que contém as variáveis presentes no modelo; ν é um vetor (kx1) de interceptos; A_i é uma matriz (kxk) de coeficientes; e e_t é um vetor (kx1) de erros, formados pelas inovações do desemprego e do nível de produto, ε_{yt} e ε_{zt} , respectivamente. O erro e_{it} possui média zero, variância constante e não são correlacionados serialmente. Enquanto que a covariância entre as inovações ε_{yt} e ε_{zt} é diferente de zero, ou seja, $\text{cov}(\varepsilon_{yt}; \varepsilon_{zt}) \neq 0$. É a partir da verificação da existência de uma correlação entre as inovações de cada série, que Sims (1980), destaca a possibilidade de mensuração do impacto de uma variável sobre outra.

O impacto de um choque sobre uma ou mais variáveis, pode ser observado pela transformação de um processo de vetores autorregressivos, VAR, em um processo de vetores de médias móveis, VMA. Respeitada a condição de estabilidade e de invertibilidade, este processo de transformação gerará uma função impulso-resposta, proporcionando, assim, uma forma de analisar o impacto de um choque sobre uma série em questão. Além disso, poderá ser feita a análise de decomposição do erro de previsão, que destacará o impacto do desemprego sobre o nível de produto e vice-versa, garantindo assim, um resultado que destacará a direção de causalidade entre as séries.

Formalmente, pode-se representar um processo VAR, descrito na equação (A.1.7), na forma de um processo VMA da seguinte maneira:

$$\begin{bmatrix} y_t \\ z_t \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} a_{10} \\ a_{20} \end{bmatrix} + \begin{bmatrix} a_{11} & a_{12} \\ a_{21} & a_{22} \end{bmatrix} \begin{bmatrix} y_{t-1} \\ z_{t-1} \end{bmatrix} + \begin{bmatrix} e_{1t} \\ e_{2t} \end{bmatrix} \quad (\text{A.1.9})$$

Representando as médias de y_t e z_t por $\bar{y}$ e $\bar{z}$, respectivamente, considerando a expressão em termos de choque e aplicando a condição de estacionaridade, obtém-se a seguinte representação matricial:

$$\begin{vmatrix} y_t \\ z_t \end{vmatrix} = \begin{vmatrix} \bar{y} \\ \bar{z} \end{vmatrix} + \sum_{t=0}^{\infty} \begin{vmatrix} a_{11} & a_{12} \\ a_{21} & a_{22} \end{vmatrix}^i \begin{vmatrix} e_{1t-i} \\ e_{2t-i} \end{vmatrix} \quad (\text{A.1.10})$$

Pela equação (4.1.10), verifica-se a relação existente entre as variáveis postas no modelo com os termos de erro a elas associados, cujo vetor é dado como segue:

$$\begin{vmatrix} e_{1t} \\ e_{2t} \end{vmatrix} = \frac{1}{1 - b_{12}b_{21}} \begin{vmatrix} 1 & -b_{12} \\ -b_{21} & 1 \end{vmatrix} \begin{vmatrix} \varepsilon_{yt} \\ \varepsilon_{zt} \end{vmatrix} \quad (\text{A.1.11})$$

Combinando as equações (A.1.10) e (A.1.11), obtém-se:

$$\begin{vmatrix} y_t \\ z_t \end{vmatrix} = \begin{vmatrix} \bar{y} \\ \bar{z} \end{vmatrix} + \frac{1}{1 - b_{12}b_{21}} \sum_{t=0}^{\infty} \begin{vmatrix} a_{11} & a_{12} \\ a_{21} & a_{22} \end{vmatrix}^i \begin{vmatrix} 1 & -b_{12} \\ -b_{21} & 1 \end{vmatrix} \begin{vmatrix} \varepsilon_{yt} \\ \varepsilon_{zt} \end{vmatrix} \quad (\text{A.1.12})$$

Substituindo $\phi_i = \frac{A_i^i}{1 - b_{12}b_{21}} \begin{vmatrix} 1 & -b_{12} \\ -b_{21} & 1 \end{vmatrix}$ em (4.1.12), tem-se:

$$\begin{vmatrix} y_t \\ z_t \end{vmatrix} = \begin{vmatrix} \bar{y} \\ \bar{z} \end{vmatrix} + \sum_{t=0}^{\infty} \begin{vmatrix} \phi_{11}(i) & \phi_{12}(i) \\ \phi_{21}(i) & \phi_{22}(i) \end{vmatrix} \begin{vmatrix} \varepsilon_{yt-1} \\ \varepsilon_{zt-1} \end{vmatrix} \quad (\text{A.1.13})$$

ou

$$x_t = \mu + \sum_{t=0}^{\infty} \phi_i \varepsilon_{t-i} \quad (\text{A.1.14})$$

Desta forma, têm-se a representação de um VAR em um VMA. Os coeficientes ϕ_i , na equação (A.1.13), representarão à função impulso-resposta. Eles representarão o impacto causado por choques ocorridos nas inovações ε_{yt} e ε_{zt} sobre o desemprego, y_t , e sobre o nível de produto, z_t .

Os testes de Dickey-Fuller Aumentado (ADF) e o teste de Philip-Perron, foram utilizados para verificação da estacionariedade das séries. Utilizou-se os critérios de

parcimônia: Akaike Information Criterion (AIC) e Schwartz Bayesian Criterion (SBC), e o teste de defasagens, para identificação do número de defasagens “p” a serem utilizadas no modelo VAR(p). A partir deste modelo selecionado, construiu-se uma função impulso-resposta e realizou-se a análise da decomposição da variância.

A.1 - Resultados do Modelo

Esta seção apresenta as conclusões tiradas a partir das estimações realizadas, a respeito dos dados. Inicialmente, destaca-se a ausência de raiz unitária nas séries do PIB e da taxa de desemprego, quando as mesmas se encontram em primeira diferença. Isto se justifica pelos resultados obtidos nos testes de Dickey-Fuller Aumentado e no teste de Phillip-Perron, que mostraram uma estatística de teste superior ao valor crítico aos níveis usuais de 1% e 5%, como apresentado no quadro A.1.

Pelo quadro A.1, identifica-se a estacionariedade das duas séries em primeira diferença, propriedade esta, estatisticamente desejada para implementação do processo VAR(p), já que nesta abordagem metodológica, exige-se que ambas as séries sejam estacionárias no mesmo nível.

Quadro A.1 – Teste de Raiz Unitária

Série	Dickey – Fuller Aumentado		Phillip – Perron	
	Valor calculado	Valor crítico (1% 5%)	Valor calculado	Valor crítico (1% 5%)
PIB	-8.38	(-3.46 -2.88)	-7.57	(3.45 -2.87)
Taxa de desemprego	-10.93	(-3.46 -2.88)	-23.80	(3.45 -2.87)

Fonte: elaboração do autor

Atendido o critério de estacionariedade, passou-se a determinação do número de defasagens p, que indicaria qual o formato assumiria o processo autorregressivo de modo a possibilitar a melhor representação da relação entre as séries. Para escolha do número de defasagens, utilizou-se os critérios de seleção AIC e SBC, e ainda, o teste de defasagem por razão de verossimilhança. Os resultados destas estatísticas são apresentados na tabela A.1, que contém os valores de AIC e SBC, e na tabela A.2, que apresenta a razão de verossimilhança.

Normalmente, de acordo com os critérios AIC e SBC, o modelo selecionado é aquele que apresenta os menores valores em ambos os critérios. Como pode ser visto na tabela A.1, de acordo com o critério AIC, o modelo a ser escolhido deveria ser o VAR(8). Enquanto isso, pelo critério SBC, o modelo mais adequado seria o VAR(4).

Tabela A.1 – Seleção do Modelo VAR(p)

Modelo	AIC	SBC
VAR(1)	54.72	89.56
VAR(2)	52.60	51.33
VAR(3)	-20.80	41.77
VAR(4)	-56.95	19.43
VAR(5)	-64.12	26.04
VAR(6)	-65.18	38.73
VAR(7)	-81.29	36.33
VAR(8)	-92.83	38.46

Fonte: elaboração do autor

Para resolver esta questão, optou-se por realizar o teste de razão de verossimilhança, que confrontaria ambos os modelos escolhidos pelos critérios AIC e SBC, permitindo chegar a conclusão de qual a formatação para o processo de vetores autorregressivos, que melhor representaria a relação já postada. O resultado é apresentado na tabela A.2.

Confrontando o processo VAR(8) contra o VAR(4), de acordo com a estatística de Qui-Quadrado, ao nível de 1% de significância, pode-se dizer que o modelo com quatro defasagens é superior ao modelo com oito defasagens. Portanto, o modelo que se mostrou mais adequado para representar a relação entre a taxa de desemprego e o PIB, foi o VAR(4).

Tabela A.2 – Teste de defasagem por razão de verossimilhança

Log Determinants are 6.306532 0.051357
Chi-Squared(36)= 1344.862434 with Significance Level 0.00000000

Fonte: elaboração do autor

Do ponto de vista estatístico, verifica-se pela tabela A.3 que os coeficientes de ambas as equações são estatisticamente diferentes de zero, para as variáveis defasadas ao nível de 5% de significância, com exceção das defasagens para três períodos do PIB na segunda

equação e das defasagens para três e quatro períodos na equação 1, enquanto que as constantes não se mostraram significativa, aos níveis usuais de 5% e 10%.

O modelo estimado evidencia a relação entre a taxa de desemprego e o PIB, destacando a existência de um efeito desta última sobre a primeira. O passo seguinte é avaliar o tamanho de tal efeito, provocado por oscilações em ambas as variáveis. Isto pode ser realizado pela função impulso-resposta e pela análise de decomposição do erro de previsão.

Tabela A.3 – Resultados do modelo VAR(4)

Dependent Variable DPIB (equação 1)		Dependent Variable DSP (equação 2)	
Variable	Coeff	Variable	Coeff
1. DPIB{1}	0.618862203	1. DPIB{1}	-2.566613585
2. DPIB{2}	-0.211703369	2. DPIB{2}	4.484218381
3. DPIB{3}	0.013642545	3. DPIB{3}	1.112570070
4. DPIB{4}	0.047751625	4. DPIB{4}	3.812812316
5. DSP{1}	-0.014436491	5. DSP{1}	-0.808857239
6. DSP{2}	-0.026282747	6. DSP{2}	-0.540759575
7. DSP{3}	-0.023394813	7. DSP{3}	-0.379826782
8. DSP{4}	-0.012721856	8. DSP{4}	-0.142797926
9. Constant	0.001563182	9. Constant	-0.012417124

Fonte: elaboração do autor

A partir da matriz de correlação dos resíduos (quadro A.2), pode-se perceber que existe uma moderada correlação negativa entre a taxa de crescimento do PIB e a taxa de desemprego, o que indica que um crescimento do nível de produto, tende a reduzir a taxa de desemprego. A moderada correlação negativa, porém, é um indício de que mesmo com crescimento na taxa de expansão do PIB, pode haver crescimento na taxa de desemprego.

Quadro A.2 – Matriz de Correlação dos Resíduos

	Desemprego	PIB
Desemprego	1,00	-0,69
PIB	-0,69	1,00

Fonte: elaboração do autor

Avaliado o ajustamento do modelo VAR(4), do ponto de vista estatístico e econômico, passa-se a descrição da relação de causa efeito entre as variáveis. O quadro A.3, apresenta os

resultados dos efeitos dos impactos nas séries do PIB e da taxa de desemprego, sobre as mesmas.

Quadro A.3 – Decomposição da variância dos erros de previsão para as séries do PIB e da taxa de desemprego

Variável	Taxa de desemprego (%)	PIB (%)
Taxa de desemprego	69.41	30.59
PIB	7.01	92.99

Fonte: elaboração própria.

O resultado deste procedimento evidencia o impacto de uma variação na taxa de desemprego sobre ela mesma e sobre o PIB, como também o impacto de uma variação no PIB sobre ele mesmo e sobre a taxa de desemprego. De acordo com o modelo, variações na taxa de desemprego explicam 69,41% das variações na taxa de desemprego e 30,59% das flutuações no PIB. Isto retrata a forte dependência da taxa de desemprego com relação aos seus valores passados e o seu expressivo nível de influência sobre o PIB. Também se pode identificar o impacto causado por flutuações no PIB, sendo este de 7,01% sobre a taxa de desemprego e de 92,99% sobre ele mesmo.

Portanto, o ensaio econométrico aqui realizado permite observar a estreita relação entre o nível de produto e a taxa de desemprego, de fundamental importância para se analisar os impactos da crise econômica, sobre o mundo do trabalho. Contudo, este exercício está longe de ser suficiente, para estudar a dinâmica entre a crise e o mundo do trabalho, sendo necessária uma análise qualitativa a respeito da situação dos demais países e mesmo dos Estados Unidos, tomado aqui como uma economia padrão. Esta análise será realizada nos próximos capítulos.

ANEXO A – Cenários Estimados para a Taxa de Desemprego (2009)

Região	2007	2008	2009		
			Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Mundial	5,7	5,9	6,5	6,8	7,4
Economias Desenvolvidas e União Européia	5,7	6,1	7,7	7,8	9,0
América Central e Leste Europeu (exceto UE e CIS)	8,4	9,0	10,8	10,5	12,1
Sudeste Asiático	3,9	4,3	4,7	4,6	5,8
Sul-Sudeste da Ásia e do pacífico	5,4	5,4	5,4	6,0	6,2
Sul da Ásia	5,0	5,0	5,0	5,4	5,6
América Latina e Caribe	7,1	7,2	8,1	9,2	8,4
Oriente Médio	9,5	9,0	8,8	9,3	11,0
África do Norte	10,6	10,0	9,8	10,9	11,1
África-Subsariana	7,7	7,6	8,0	8,4	8,2
Região		Variação 2007-2008	Variação 2007-2009	Variação 2007-2009	Variação 2007-2009
Mundial		0,2	0,8	1,1	1,7
Economias Desenvolvidas e União Européia		0,4	2	2,1	3,3
América Central e Leste Europeu (exceto UE e CIS)		0,6	2,4	2,1	3,7
Sudeste Asiático		0,4	0,8	0,7	1,9
Sul-Sudeste da Ásia e do pacífico		0	0	0,6	0,8
Sul da Ásia		0	0	0,4	0,6
América Latina e Caribe		0,1	1	2,1	1,3
Oriente Médio		-0,5	-0,7	-0,2	1,5
África do Norte		-0,6	-0,8	0,3	0,5
África-Subsariana		-0,1	0,3	0,7	0,5

Fonte: OIT, Tendências e Modelos Econométricos (Global Employment Trends Update, May 2009)

ANEXO B: Acidentes do Trabalho

Define-se como acidente do trabalho aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional, permanente ou temporária, que cause a morte, a perda ou a redução da capacidade para o trabalho. Consideram-se acidente do trabalho a doença profissional e a doença do trabalho. Equiparam-se também ao acidente do trabalho: o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a ocorrência da lesão; certos acidentes sofridos pelo segurado no local e no horário de trabalho; a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade; e o acidente sofrido a serviço da empresa ou no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado e vice-versa.
<i>Acidentes com CAT Registrada</i>
Corresponde ao número de acidentes cuja Comunicação de Acidentes do Trabalho (CAT) foi cadastrada no INSS. Não são contabilizados o reinício de tratamento ou afastamento por agravamento de lesão de acidente do trabalho ou doença do trabalho, já comunicados anteriormente ao INSS.
<i>Acidentes sem CAT Registrada</i>
Corresponde ao número de acidentes cuja Comunicação de Acidentes Trabalho (CAT) não foi cadastrada no INSS. O acidente é identificado por meio de um dos possíveis nexos: Nexo Técnico Profissional/Trabalho, Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário NTEP ou Nexo Técnico por Doença Equiparada a Acidente do Trabalho. Esta identificação é feita pela nova forma de concessão de benefícios acidentários.
<i>Acidentes Típicos</i>
São os acidentes decorrentes da característica da atividade profissional desempenhada pelo acidentado.
<i>Acidentes de Trajeto</i>
São os acidentes ocorridos no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado e vice-versa.
<i>Acidentes Devidos à Doença do Trabalho</i>
São os acidentes ocasionados por qualquer tipo de doença profissional peculiar a determinado ramo de atividade constante na tabela da Previdência Social.
<i>Acidentes Liquidados</i>
Corresponde ao número de acidentes cujos processos foram encerrados administrativamente pelo INSS, depois de completado o tratamento e indenizadas as seqüelas.
<i>Assistência Médica</i>
Corresponde aos segurados que receberam apenas atendimentos médicos para sua recuperação para o exercício da atividade laborativa.

Continua na página seguinte

ANEXO B: Acidentes do Trabalho

<i>Incapacidade Temporária</i>
Compreende os segurados que ficaram temporariamente incapacitados para o exercício de sua atividade laborativa. Durante os primeiros 15 dias consecutivos ao do afastamento da atividade, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário integral. Após este período, o segurado deverá ser encaminhado à perícia médica da Previdência Social para requerimento do auxílio-doença acidentário. No caso de trabalhador avulso e segurado especial, o auxílio-doença acidentário é pago a partir da data do acidente.
<i>Incapacidade Permanente</i>
Refere-se aos segurados que ficaram permanentemente incapacitados para o exercício laboral. A incapacidade permanente pode ser de dois tipos: parcial e total. Entende-se por incapacidade permanente parcial o fato do acidentado em exercício laboral, após o devido tratamento psicofísicosocial, apresentar seqüela definitiva que implique em redução da capacidade. Esta informação é captada a partir da concessão do benefício auxílio-acidente por acidente do trabalho. O outro tipo ocorre quando o acidentado em exercício laboral apresentar incapacidade permanente e total para o exercício de qualquer atividade laborativa. Esta informação é captada a partir da concessão do benefício aposentadoria por invalidez por acidente do trabalho.
<i>Óbitos</i>
Corresponde a quantidade de segurados que faleceram em função do acidente do trabalho.

Fonte: Extraído do Sistema Único de Benefícios e do Sistema de Comunicação de Acidente do Trabalho, desenvolvido pela DATAPREV.
Disponível em: http://www3.dataprev.gov.br/infologo/Info_AcTrab.